

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

CATARINA HERALDA RIBEIRO DA SILVEIRA

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:

o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos



**Niterói
2013**

S587 Silveira, Catarina Heralda Ribeiro da.

Patrimônio Documental e Políticas Públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos / Catarina Heralda Ribeiro da Silveira; orientada por Vera Lúcia Alves Breglia. – Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2013.

127 f. : il.

Bibliografia: f. 109-116

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

1. Políticas de preservação do patrimônio. 2. Políticas de informação. 3. Patrimônio documental. 4. Centro de memória – Instituição de Ensino Superior. I. Título. II. Universidade Federal Fluminense – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Breglia, Vera Lúcia Alves (Orient.).

CDD 025.8

CATARINA HERALDA RIBEIRO DA SILVEIRA

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:

o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Dimensões Contemporâneas da Informação e do Conhecimento.

Linha de Pesquisa 1: Informação, Cultura e Sociedade.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Alves Breglia

Niterói
2013

CATARINA HERALDA RIBEIRO DA SILVEIRA

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:

o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Dimensões Contemporâneas da Informação e do Conhecimento.

Linha de pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade.

Aprovado em: ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Alves Breglia (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof.^a Dr.^a Mara Eliane Fonseca Rodrigues (Membro Titular Interno)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof.^a Dr.^a Nanci Gonçalves da Nóbrega (Membro Titular Interno)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof.^a Dr.^a Hagar Espanha Gomes (Membro Titular Externo)
Livre Docente - CNPq

Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguía Marañon (Membro Suplente Interno)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (Membro Suplente Externo)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

A vocês, Maria José e Maria da Luz, para sempre em minha memória, por tudo que me ensinaram e amaram.

Aos meus filhos amados, Juliana e Rogerio Junior, e meu companheiro de sempre, Rogerio.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois, sem Ele eu nada seria. Muitas coisas em minha vida não seriam possíveis, inclusive, a realização desta pesquisa.

Com apreço, à Professora Doutora Vera Lúcia Alves Breglia, por aceitar a orientação deste trabalho, contribuindo, assim, para que este percurso pudesse ser concluído. Suas críticas e sugestões foram essenciais para a elaboração desta pesquisa.

Às Professoras Mara Eliane e Nanci Nóbrega, por participarem da banca do exame de qualificação e tecerem comentários valiosos, que contribuíram para o enriquecimento do trabalho. Agradeço também por participarem da defesa e poder avaliar o resultado final desta pesquisa. Espero que tenha conseguido atender às solicitações.

Aos meus filhos e marido, pelo tanto que os amo, pelo afeto, pelo estímulo e pelo permanente apoio às minhas realizações. Agradeço pela paciência, pois em determinados momentos, nem eu me aguentava.

Deus me deu a graça de ter duas mães. Infelizmente, nenhuma das duas está mais entre nós, mas quero deixar registrado aqui que tudo isso foi por causa delas. Sei que ficariam muito felizes e isso me deixa feliz. Naqueles momentos em que dá vontade de desistir, era nelas que eu pensava.

Ao meu pai, Heraldo. Aí está a origem do “Catarina Heraldia”.

Às minhas queridas irmãs Margareth, Conceição, Nosimar, Elvira e Sônia; aos cunhados Jorge, Barbosa e Oséas; aos sobrinhos Jaime, Vitor, Ana Carolina, Sophia, Vinícius, Bruno, Inês, Gabriel, Vitória, Lucas, Daiane e Ana Paula; e os sobrinhos emprestados Marcelinho, Camila e Vitor. A todos da família Ribeiro (família que apavora). A lista é grande, por isso não citarei todos aqui, mas saibam que estão no meu coração.

Aos amigos Vanderléa, Keli, Luciana (meu xuxu, com “x”; minha “dupra de dois”), Valéria, Carlinhos (bacon) Adriana (parioca), Gisele, Janderson, Diego Rosa, Cíntia, Teresa e, principalmente, à Suelen Borge (sem “s”), que mais uma vez me “salvou” no *abstract*.

Aos colegas da turma 2011 do Programa de Pós-Graduação e Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), em especial, Claudiana “nanica”. Cada dia que passa, acredito que realmente fomos “separadas na maternidade”. À Bertinha (minha “filha” adotiva desde a graduação e que estará sempre em minha memória), Miguel, Mara, Fabrícia e Danilo. Só lamento por não ter participado de todas as reuniões no “escritório”.

Aos amigos que fiz na época da graduação (início dessa jornada) e que não poderia deixar de citar: Simone Cantreva, Anastácia Maio, Eduardo Barreto, Ana Maria Ferrão, Thiago Assis, Rita, Cleucivânia, Thaissa, Angélica e Joanilda. Pensou que ia esquecer de você, né? Impossível. Vai ter que me aturar por muitos anos; nossa caminhada é longa.

Aos meus meninos da graduação em Ciências Sociais da UFF: Petter, Lucas, Lobão, Paulo, Júlio e Dênis.

Aos funcionários do PPGCI/UFF: Eduardo, Vitor e Luciana, sempre dispostos a nos ajudar.

A toda equipe do Centro de Memória da Extensão (CEMEX/UFF), da Coordenação de Fomento à Extensão (CDFE/EX) e da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFF), lugar em que comecei a “pensar em Memória” e que motivou a realização desta pesquisa. Agradeço a cada um pela força e apoio, em especial, Maria Lucia Melo Teixeira de Souza (minha eterna coordenadora), Prof.^a Beatriz, Prof.^a Teresa, Prof.^a Ellen, Lucia Ramalho, Maria José Nicolay (a pessoa), Silvinha, Julinha (minha fofa), Edilson, Adriana Carreiro (muito parceira), Tânia Passos (sinônimo de mulher guerreira), Cleyciara, Socorro e Merizu.

Aos colegas de trabalho da Biblioteca do Aterrado de Volta Redonda (BAVR) da UFF, Rosiane, Renata Lemos, Maria das Graças e Daiane que, nos últimos meses, aturaram minhas inquietudes e angústias; dona Cida, Beth, Sueli, Adalberto, Carlinhos e os bolsistas Thiago, João, Larissa e Ariane. Não poderia deixar de citar as bolsistas “tombadas” pela BAVR: Ariane, Úrsula e Natália.

À equipe do Núcleo de Memória da PUC-RIO: Professora Margarida de Souza Neves, Professora Silvia Ilg Biyngton, Eduardo Gonçalves, Clóvis Gorgônio, Antônio Albuquerque, Pedro Fraga, Reinan Ramos, Igor Valamiel e Priscila Sobrinho, por toda a atenção dispensada. Percebi que, apesar da seriedade e do compromisso com o trabalho, as tardes no Núcleo são regadas com muito bom humor e... comidinhas. Ganhei até o primeiro pedaço de bolo no aniversário da Professora Guida.

À Diretora da Divisão de Memória Institucional do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SIBI/UFRJ), Andréa Cristina de Barros Queiroz, que se mostrou pronta para colaborar com esta pesquisa.

Ao chefe da Biblioteca Pedro Calmon da UFRJ, José Tavares da Silva Filho, e à bibliotecária Solange Francisca Mazzaroto, por sua gentileza e atenção.

Certamente esqueci alguns nomes, mas desde já peço que compreendam, pois foi um momento muito tenso.

Muito obrigada!

No pólo da oralidade mítica, a narrativa domina a transmissão do saber; no pólo da escrita/teoria, o documento, com seu estatuto de prova e verdade, é a instituição que predomina na construção do saber científico. A memória social documentada (...) garante a relação de dependência entre documento e memória, mesmo se considerarmos que o conceito de documento se fundamenta na existência de valores circunstanciais e temporários atribuídos aos objetos.

Vera Dodebei

RESUMO

Este estudo tem por objetivo identificar se os procedimentos adotados pelos Centros de Memória das Instituições de Ensino Superior estão em consonância com as Políticas de Preservação do Patrimônio Documental no Brasil. A metodologia utilizada pautou-se na pesquisa bibliográfica e na análise documental para fundamentação dos conceitos relacionados ao tema. O campo empírico teve como alvo o *Núcleo de Memória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* (PUC-Rio) e o *Projeto Memória do Sistema de Bibliotecas e Informação* (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os resultados demonstraram que a preservação e acesso aos documentos contribui para fortalecer a identidade, a história e a memória das Instituições, pois facilitam a recuperação de informações que dificilmente seriam encontradas em outros documentos. Concluiu-se que na ausência de uma política governamental para garantir a preservação documental, as Universidades devem incorporar esses centros em sua estrutura e criar, a nível institucional, políticas de seleção, preservação e acesso à sua produção documental de caráter histórico/memorialístico.

Palavras-chave: 1. Políticas de preservação do patrimônio. 2. Políticas de informação. 3. Patrimônio documental. 4. Centro de memória – Instituição de Ensino Superior.

ABSTRACT

This study aims to identify if the procedures adopted by Memory Centers of Higher Education Institutions are in keeping with the Policies for the Preservation of Documentary Heritage in Brazil. The methodology used was based on the bibliographical research and document analysis for foundation of concepts relation to the topic. The empirical field had targeted the *Core Memory of the Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* (PUC-Rio) and *Memory Project of the Sistema de Bibliotecas e Informação* (SiBI) of the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). The results demonstrate that the preservation and access to documents contributes to strengthen the identity, history and memory of Institutions, because they facilitate the recovery of information that would hardly be found in other documents. Conclude that in the absence of a government policy to ensure the preservation of documents, the Universities should incorporate these centers in their structure and create the institucional level, selection policies, preservation and access your document production of historical/memorialistic.

Keywords: 1. Policies heritage preservation. 2. Information policies. 3. Documentary heritage. 4. Center of memory - Higher Education Institution.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABHO	Associação Brasileira de História Oral
APG	Associação dos Alunos de Pós-Graduação da PUC-Rio
ASIS	American Society for Information Science
BCG	Biblioteca Central do Gragoatá
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPC	Biblioteca Pedro Calmon
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAE	Colégio Brasileiro de Altos Estudos
CCI	Comitê Consultivo Internacional
CCT	Conselho Científico e Tecnológico
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CEMEX-UFF	Centro de Memória da Extensão da Universidade Federal Fluminense
CEMI/ISERJ	Centro de Memória Institucional do Instituto de Educação Superior do Estado do Rio de Janeiro
C&T	Ciência e Tecnologia
CFC	Conselho Federal de Cultura
CI	Ciência da Informação
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CME-FEUSP	Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
CMUFRJ	Coleção Memória da UFRJ
CMU/UNICAMP	Centro de Memória da Universidade de Campinas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CRE	Cultura Religiosa
DAR	Divisão de Admissão e Registro
ECA	Escola de Comunicações e Artes/USP
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FCC	Fórum de Ciência e Cultura
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FID	Federação Internacional de Documentação
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNpM	Fundação Nacional Pró-Memória
GT	Grupo Temático
IACS	Instituto de Artes e Comunicação Social
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
IIB	Instituto Internacional de Bibliografia
IID	Instituto Internacional de Documentação
IFLA	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas
IOHA	International Oral History Association
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISBN	International Standard Book Number
ISSN	International Standard Serial Number
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCUL	Museu de Ciência da Universidade de Lisboa
MEC	Ministério da Educação

MN	Museu Nacional
MP	Ministério Público
NATIS	Sistemas Nacionais de Informação
NTIC	Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
NUDOM	Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II
OED	Oxford English Dictionary
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PCH	Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste
PIBIAC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNC	Política Nacional de Cultura
PND-NR	Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República
PNE	Plano Nacional de Educação
PNG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPGCI	Pós-Graduação em Ciência da Informação
PROEDES	Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade
PROEX/UFF	Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SBPC	Sociedade Brasileira de Progresso à Ciência
SciELO	Scientific Eletronic Library Online
SEDOC	Serviço de Documentação e Acervo
SEMEXT	Semana de Extensão
SiBI	Sistema de Bibliotecas e Informação
SIEX	Sistema de Informação em Extensão Universitária
SIGProj	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SNDCT	Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
SNI	Secretaria Especial de Informática
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UB	Universidade do Brasil

UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISIST	Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
URL	Uniform Resource Locator
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ficha com metadados completos. Fonte: Núcleo de Memória da PUC-Rio.	83
Figura 2	Ficha de uma imagem recuperada no catálogo de imagens. Fonte: Núcleo de Memória da PUC-Rio.	84
Figura 3	Estatística de acesso ao sítio do Núcleo de Memória da PUC-Rio. Adaptada do Núcleo de Memória.	86
Figura 4	Adaptação da estrutura organizacional da preservação e acesso ao patrimônio na UFRJ.	91
Figura 5	Registro de um documento na base Minerva (Memória UFRJ). Fonte Base Minerva.	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL .	23
2.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NO BRASIL: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN)	30
2.2 OS ANOS 1970 E AS MUDANÇAS NA GESTÃO DE ALOÍSIO MAGALHÃES	37
3 MEMÓRIA INSTITUCIONAL: OS DOCUMENTOS REFERÊNCIA	43
3.1 MONUMENTO, DOCUMENTO E INFORMAÇÃO	49
3.2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO - UNESCO.....	56
3.3 POLÍTICAS NACIONAIS DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL (POLÍTICA NACIONAL DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CNPq)	62
4 CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA NAS INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS	71
4.1 O NÚCLEO DE MEMÓRIA DA PUC-RIO.....	76
4.2 O PROJETO MEMÓRIA DO SiBI/UFRJ	88
5 DE VOLTA DO CAMPO EMPÍRICO: ANÁLISE E OS RESULTADOS	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	109
ANEXO A - Leis, Decretos-Leis, Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções, Portarias e Instruções Normativas vigentes sobre preservação e acesso a documentos	117
ANEXO B - Lista dos acervos de memória da UFRJ	126

1 INTRODUÇÃO

O *Patrimônio Cultural* abrange tudo aquilo que possa representar a cultura, a história, a memória e a identidade de um determinado grupo, e deve ser preservado e transmitido tanto para a geração atual, quanto para as seguintes. Nessa categoria podemos incluir o *Patrimônio Documental*, tema desta pesquisa.

No Brasil, as primeiras iniciativas para a preservação e acesso ao patrimônio documental surgem no início do século XX. Desde então, são criadas diversas Leis, Decretos-Leis, Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções, Portarias e Instruções Normativas, seja a nível regional, nacional e até mesmo internacional.

Com o advento da informática, houve um aumento exponencial no volume de produção da informação e, em consequência, uma mudança nas formas de armazenamento, tratamento, divulgação, recuperação e uso da informação. Foi também observada uma mudança na configuração social, política, econômica e cultural, bem como novas descobertas científicas e inovações tecnológicas.

Segundo Darnton (2010), a velocidade da produção da informação ocorre de maneira impressionante

(...) da escrita ao códice foram 4300 anos; do códice aos tipos móveis, 1150 anos; dos tipos móveis à internet, 524 anos; da internet aos buscadores, dezessete anos; dos buscadores ao algoritmo de relevância do Google, sete anos; e quem pode imaginar o que está por vir no futuro próximo? (DARNTON, 2010, p. 41).

Diante dessa realidade, é possível ponderar que na presença da “maré montante dos fluxos de informação”, deve-se “aprender a se informar e aprender a informar”, além de saber onde adquirir as informações (LE COADIC, 2004, p. 112).

Nos últimos anos, a preocupação com a perda de documentos considerados importantes traz para o centro das discussões questões relacionadas não apenas quanto à preservação do patrimônio documental, mas também quanto à forma de como (re) organizar a memória diante de uma massa documental que parece não ter fim. Contudo, esta preocupação está presente nas reflexões epistemológicas desde o pensamento clássico até os dias atuais, isto é, ao longo da história humana, podemos perceber a preocupação com a preservação do patrimônio e da memória.

Na tentativa de evitar a perda da memória, valorizou-se a construção das identidades institucionais. No Brasil, a partir da década de 1950, surgiram os *Centros de Documentação e*

Memória, com a finalidade de preservar, atualizar, divulgar o acervo documental, a história, e as fontes de informação sobre as instituições.

Surgem, então, algumas indagações: O que preconizam as políticas de preservação do patrimônio histórico-documental? Qual a importância da preservação da produção acadêmica e a sua contribuição para o avanço da ciência e tecnologia no país? O que deve ser preservado pela instituição? E quais os critérios e procedimentos que devem ser adotados para evitar a perda de documentos importantes? Essas seriam, portanto, as perguntas iniciais para o aprofundamento do tema, construindo, assim, a questão principal que norteou esta pesquisa: Os Centros de Memória em Instituições de Ensino Superior (IES) estão em consonância com as Políticas de Preservação do Patrimônio Documental no Brasil?

Não basta, na aproximação do tema proposto ao campo disciplinar da Ciência da Informação, considerar apenas a questão acima enunciada. Desse modo, julgamos necessário conhecer em que perspectiva a preservação do patrimônio e, conseqüentemente, da memória, são abordadas pela Ciência da Informação.

Ao propor o tema *Patrimônio Documental*, vinculando-o a linha de pesquisa *Informação, Cultura e Sociedade*, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal Fluminense (UFF), pretendemos trazer à luz questões próprias dos profissionais da informação, mais especificamente os que atuam na pesquisa histórica e na preservação de documentos produzidos nas Instituições de Ensino Superior (IES). Sendo assim, estabelecemos a relação entre a preservação do patrimônio documental e os estudos produzidos pela Ciência da Informação (CI), destacando, sobretudo, o aspecto social que envolve esta relação, com vistas à divulgação, recuperação e uso da informação.

A forma como a Ciência da Informação aborda o conceito de memória foi objeto de dois estudos de autoria de Oliveira e Rodrigues (2009; 2011) intitulados *As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica* e *O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil*. A pesquisa *O campo da ciência da informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área*, realizada por Souza e Crippa (2010) teve como tema de investigação o patrimônio cultural e suas relações com a Ciência da Informação.

Embora o problema do binômio preservação/perda não se constitua em tema exclusivo de parte da produção com origem na Ciência da Informação, está de algum modo presente em alguns autores que examinam a questão da memória. Por exemplo, no artigo *A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento*, Monteiro, Carelli e Pickler (2008) destacam que para

a Ciência da Informação “a preservação é um aspecto central de preocupação e ocupação dos profissionais que atuam nos espaços destinados à memória”. Porém, ainda segundo esses autores, um importante aspecto da memória não é contemplado pela Ciência da Informação: o esquecimento.

Se por um lado há preocupação em preservar o patrimônio documental das instituições, evitando a perda (destruição), por outro lado, há outra questão que deve ser considerada: a que diz respeito ao próprio ato de preservar, isto é, o que se deve preservar. Esta é a questão que serve de base para boa parte das atuais discussões sobre preservação. Desse modo, destacamos aqui outro sentido da perda: o esquecimento. Este, como uma ação necessária para evitar o risco de provocar um “excesso de memórias”, tal como destacado por Meneses (1999).

De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística *preservação* tem sido traduzida por “função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos” (BELLOTTO; CAMARGO, 1996, p. 61). No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, *preservação* é definida como “Medidas empreendidas com a finalidade de proteger, cuidar, manter e reparar ou restaurar os documentos”, ou ainda, “Definição de critérios adequados de armazenamento e uso de documentos, em condições ambientais ótimas para sua guarda, evitando-se, desta forma, os danos” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 290).

Contudo, a noção de preservação, hoje, não está voltada apenas para o tipo patrimonial, mas também para as necessidades informacionais do usuário, pois não basta somente preservar a informação, mas, sobretudo, fazer com que ela circule (LE COADIC, 2004, p. 26).

Paradoxalmente, no momento em que vivemos em uma sociedade em que se apresentam cada vez mais novas tecnologias para recuperação da informação, percebemos que aumenta também a necessidade de preservar o patrimônio e a memória tanto nas instituições públicas quanto nas privadas.

Além disso, a necessidade de constituir bases sólidas de informação impõe-se, no mundo contemporâneo, como condição indispensável ao desenvolvimento científico e cultural, sob pena de comprometer a produção acadêmica no que se refere à sua inserção num circuito informacional mais amplo, nacional e internacional (CAMARGO, 1999, p. 49). As Universidades constituem-se em exemplo, uma vez que, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão produzem um grande volume de documentos, a saber: relatórios técnicos e de pesquisa, teses, dissertações, documentos originados de encontros científicos, como os

anais de congressos, além de fotografias, documentos em áudio e vídeo. Entretanto, em muitos casos, a própria comunidade acadêmica não tem acesso à grande parte das informações contidas naqueles documentos. Isto ocorre, principalmente, pela ineficiência (ou ausência) de critérios para tratamento dos documentos gerados por diversas atividades. Diante disso, presenciamos a perda de muitas informações que poderiam subsidiar pesquisas futuras.

Uma das motivações para a realização desta pesquisa foi em relação à ameaça da perda de documentos produzidos no ambiente acadêmico e que não são publicados, dificultando o acesso a eles. Durante o período em que fui bolsista (e posteriormente contratada) do Centro de Memória da Extensão da Universidade Federal Fluminense (CEMEX-UFF), percebi a dificuldade em reunir, organizar e acessar os documentos relacionados aos programas/projetos de extensão. A ausência de critérios para preservar esses documentos, ao longo dos anos, ocasionou a perda de muitos deles.

No período em que atuei no Centro de Memória (2009 a 2011) coincidiu com o início das comemorações do Jubileu de Ouro da Universidade Federal Fluminense (UFF), em dezembro de 2009, em que foi solicitado o apoio do CEMEX. Na ocasião, colaborei na pesquisa no Arquivo Nacional, no Arquivo Central da UFF e no Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS), resultando em um vídeo sobre a história da Universidade e em uma exposição de fotos de antigos prédios da UFF. A mesma dificuldade foi encontrada em relação ao acesso a documentos históricos sobre a própria Universidade. No ano seguinte, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), através da Determinação de Serviço PROEX N° 13, de 25 de outubro de 2010, designou um grupo composto por docentes, discentes e técnicos para constituírem a *Subcomissão Especial para as Atividades Comemorativas da XV Semana de Extensão (SEMEXT)*, da qual fiz parte.

O objetivo principal deste estudo é identificar se os procedimentos adotados pelos Centros de Memória das Instituições de Ensino Superior (IES) estão em consonância com as Políticas de Preservação do Patrimônio Documental no Brasil.

Nessa perspectiva, a pesquisa teve como desdobramento os seguintes objetivos específicos: a) descrever o processo de institucionalização das políticas de preservação do patrimônio no Brasil; b) conhecer de que maneira a Ciência da Informação aborda a questão da memória e do patrimônio; c) analisar as políticas de preservação do patrimônio documental, bem como a contribuição do patrimônio documental preservado nas IES para a memória da Ciência e Tecnologia; d) apresentar e analisar os critérios de seleção e outros procedimentos de levantamento documental para a constituição de Centros de Memória nas

IES, com vistas à recuperação e uso desse patrimônio, e sua relação com as políticas de preservação do patrimônio.

Nesta pesquisa exploratória¹, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e a análise documental, para fundamentação dos conceitos relacionados ao tema. Além da parte teórica, a pesquisa é composta também pela parte empírica, que teve como proposta a coleta dos dados que pudessem contribuir para a descrição e análise do processo de planejamento, implementação e manutenção de um centro de memória em duas IES, e levou em conta a estrutura, critérios para seleção e aquisição de documentos para compor o acervo e os procedimentos para divulgação, recuperação e uso da informação.

Para delinear o objeto a ser estudado, foi realizado o levantamento e a análise da literatura – encontrada em artigos de periódicos, livros, anais de congressos, monografias, teses, dissertações e pesquisas na internet – que tratasse dos conceitos relacionados ao tema proposto, capaz de projetar luz e permitir uma ordenação, ainda que imprecisa, da realidade.

A pesquisa bibliográfica teve como ponto de partida a base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), direcionada à literatura produzida sobre preservação, patrimônio e memória no âmbito da Ciência da Informação. A Biblioteca Central do Gragoatá (BCG) da Universidade Federal Fluminense (UFF) foi a principal fonte para a localização de livros que contemplassem os conceitos abordados. Também serviram de fonte de informação os anais de encontros científicos, a exemplo do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT).

Foram realizadas, ainda, consultas em páginas eletrônicas de instituições como: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Núcleo de Memória da PUC-Rio;

¹ GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. De acordo com este autor, “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. [...] Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de casos. [...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. (GIL, 2008, p. 27).

Divisão de Memória Institucional da UFRJ; Biblioteca Pedro Calmon (BPC); Sistema de Bibliotecas e Informações (SiBI) da UFRJ; e Fórum de Ciência e Cultura (FCC) da UFRJ.

Para complementar a parte da fundamentação teórica, foram analisados os documentos referência, a saber: o *Relatório da Comissão Especial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq, 2003), que apresenta a proposta de uma *Política Nacional da Memória da Ciência e da Tecnologia*; o Programa *Memória do Mundo* da UNESCO, elaborado por Edmondson (2002); as Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apresentadas, principalmente, por Fonseca (2001; 2009); o Projeto *Memória e História da Pós-Graduação na PUC-Rio* (NEVES, 2006); o Projeto *Memória da UFRJ* (OLIVEIRA; QUEIROZ; MELLO, 2009); e o Projeto *Memória, Documentação e Pesquisa da UFRJ* (QUEIROZ, 2012).

O referencial teórico que norteou a pesquisa foi constituído por um conjunto de conceitos e terminologias. Nota-se que, pela própria natureza e complexidade dos assuntos abordados – como, por exemplo, patrimônio, memória, informação, cultura, identidade e da análise das definições atribuídas a documento, monumento e preservação –, foi imprescindível recorrer a autores de diversas áreas do conhecimento; tem-se como exemplo, a Antropologia, a Sociologia, a História. Considera-se que o diálogo entre autores/textos em perspectiva transversal, contribuirá para um enriquecimento na elucidação dos significados atribuídos às categorias/conceitos trabalhados pelos diversos autores.

Por isso mesmo, a referência a vários autores que não diretamente vinculados à Ciência da Informação ocorrerá com alguma frequência, no intuito de ampliar a reflexão sobre a problemática da preservação/perda de documentos, ultrapassando os limites e fronteiras disciplinares.

Quanto ao conceito de *Patrimônio*, incluindo o *Patrimônio Documental*, foram utilizadas também as obras de Dodebei (2008), Meneses (1999), Gonçalves (2009), Chagas (2007), Coelho (1992), Ribeiro (2009) e Peregrino (2012).

No que diz respeito a relação da *Memória* e da *História* fora colocados em diálogo Le Goff (2003), Nora (1993), Pollak (1989; 1992), Halbwachs (2006) e Dodebei (2005). A forma como a Ciência da Informação aborda a memória e o patrimônio levou em consideração os estudos de Oliveira e Rodrigues (2009; 2011) e Souza e Crippa (2010).

Os conceitos *Documento/Monumento* e *Informação* foram trabalhados tomando como referência os escritos de Le Goff (2003), Dodebei (2011) e Tálamo *et al.* (1994). Já as *Políticas de Informação e Memória da C&T* são apresentadas a partir da abordagem de Jardim (2009), González de Gómez (2002); Silva (2007), Martins (s.d.) e Granato (2009;

2010). A dissertação de Rodrigues (1988), intitulada *A Política Científica e Tecnológica no Brasil*, e suas referências teóricas foram fundamentais para o entendimento da formulação da política científica e tecnológica brasileira.

Por fim, é abordado o conceito de *Centro de Memória* e a sua criação nas Instituições de Ensino Superior (IES), a partir dos trabalhos de Fontanelli (2005), Camargo (1999) e Martins (1992).

Para completar a pesquisa, elegeu-se como campo empírico duas instituições que preservam e divulgam seus documentos de memória: o Núcleo de Memória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e o Projeto Memória do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Por considerar a Ciência da Informação como uma das disciplinas vinculada às Ciências Sociais Aplicadas, a coleta dos dados e sua análise adotou uma “investigação qualitativa”, por se tratar de um universo em que “o cotidiano e as experiências do senso comum [são] interpretadas e re-interpretadas pelos sujeitos que as vivenciam” (MINAYO, 2006, p. 24).

Desse modo, a técnica utilizada para a coleta de dados foi a “observação participante” e a análise dos dados teve seu interesse voltado para a identificação e descrição dos processos de preservação e disponibilização do acervo documental nas duas instituições visitadas, pois as técnicas de preservação e acesso vão variar de acordo com a realidade e/ou especificidade de cada uma.

Com esse propósito, analisamos os Centros de Memória citados a partir das Diretrizes do Programa Memória do Mundo da UNESCO, que apresenta cinco estratégias para atingir seus objetivos, das quais destacamos quatro: 1) *Identificação do Patrimônio Documental*; 2) *Sensibilização*; 3) *Preservação*; 4) *Acesso*. A essas estratégias, acrescentamos, ainda, *Recuperação e Uso*.

Para melhor compreensão do tema proposto, este estudo foi estruturado da seguinte forma:

O capítulo 2 – *Patrimônio e Memória Documental: abordagem histórica e conceitual* – apresenta um panorama das formas de preservação do patrimônio desde as sociedades ágrafas até a sociedade contemporânea, e os conceitos de *Patrimônio* e *Preservação*, por se tratar de termos indissociáveis. A prioridade foi a análise da literatura sobre o patrimônio brasileiro, compreendendo dois períodos: a) década de 1930 – período referente à implementação de uma política de Estado e o início das discussões sobre patrimônio e

preservação, com a criação do SPHAN; b) década de 1970 – ampliação das políticas e retomada do tema.

Logo a seguir, o capítulo 3 – *Memória Institucional: os documentos referência* – apresenta, inicialmente, os conceitos de *Memória e História*. Outras categorias relacionadas à memória foram mencionadas: memória individual, memória coletiva e memória social, com o propósito de delimitar o conceito de *Memória Institucional*. Traça a relação entre a preservação do patrimônio documental e a Ciência da Informação (CI), tentando conhecer de que forma a CI aborda a questão da memória e do patrimônio. São apresentados, também, os conceitos de *Documento/Monumento e Informação*, além de analisar os documentos referentes à preservação do patrimônio documental, no âmbito nacional e internacional, e sua contribuição na preservação da memória da Ciência e Tecnologia (C&T).

O capítulo 4 – *Centros de Documentação e Memória nas Instituições Universitárias* – trata do surgimento dos centros de memória e sua contribuição para as Instituições de Ensino Superior (IES) na construção da identidade e da memória dessas instituições. Tem como prioridade apresentar o planejamento, a implantação, a estrutura, os critérios utilizados para seleção e catalogação dos documentos para compor os acervos documentais, bem como os procedimentos para divulgação, recuperação e uso da informação, através dos Projetos de Memória Institucional, de duas IES: o *Núcleo de Memória da PUC-Rio* e o *Projeto Memória do SiBI/UFRJ*.

O capítulo 5 – *De Volta do Campo Empírico: Análise e os resultados* – Com base na literatura consultada apresenta a análise dos dados coletados nos centros de memória estudados, confrontando-os com as Políticas de Preservação do Patrimônio Documental no Brasil.

Finalmente, no capítulo 6 – *Considerações Finais* – são traçadas as considerações sobre os resultados e as recomendações para futuras pesquisas.

2 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL

A questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação.

Maria C. L. Fonseca

Nos últimos anos, tem-se discutido muito sobre o que é memorável, o que deve ser preservado e como faremos para preservar o patrimônio nas sociedades contemporâneas, marcadas pela forte presença das novas tecnologias da informação e da comunicação. Essas discussões trazem no seu bojo a questão quanto à forma de (re) organizar a memória e à (re) construção da identidade individual, coletiva e nacional.

Por esse motivo, antes de tratarmos das políticas de preservação do patrimônio no Brasil, julgamos necessário fazer uma reflexão sobre as formas de preservação do patrimônio e da memória desde as sociedades ágrafas.

Desde os primórdios, a humanidade busca acumular e atribuir significados aos objetos que podem estar relacionados à sua identidade; é uma forma de garantir que não será esquecido. Esses objetos – fora da sua função original, portanto, refuncionalizados e ressignificados – são “um instrumento de mediação entre diferentes mundos, entre o passado, o presente e o futuro, entre o visível e o invisível” (POMIAN, 1984).

Le Goff (2003) aborda as formas de preservação da memória em cinco períodos: 1) a memória étnica nas sociedades sem escrita, ditas ‘selvagens’; 2) o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da Pré-História à Antiguidade; 3) a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; 4) os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; 5) os desenvolvimentos atuais da memória (LE GOFF, 2003, p. 423).

Desse modo, a preservação do patrimônio e da memória ao longo da história humana será brevemente abordada neste capítulo com base na estrutura apontada por Le Goff. No entanto, o último período citado por ele – os desenvolvimentos atuais da memória – é apresentado no capítulo 4 desta pesquisa, em que são analisados os centros de memória de duas Instituições de Ensino Superior selecionadas para constituir o campo empírico.

Até o surgimento da escrita, nas sociedades ditas primitivas, o conhecimento era transmitido oralmente e era comum a presença de “homens-memória”², tidos como “guardiões da história”, ou seja, responsáveis pelas coisas dos grupos. Eram, geralmente, chefes de famílias, idosos ou sacerdotes (BARRETO, 2007). A memória desses grupos estava incorporada ao cotidiano através dos costumes e tradições, e era praticada, exercitada, através de rituais mnemônicos. Desta forma, podemos identificar que neste período já havia uma valorização pelo o que chamamos hoje de *patrimônio imaterial*.

Com a criação da escrita, considerada por muitos o avanço tecnológico mais importante da história da humanidade, além da ampliação do conhecimento, surgiram as primeiras “protobibliotecas”, em Nippur, na Suméria, constituídas por “catálogos primitivos em tábuas de argila”, cujo objetivo era conservar o conhecimento e a cultura das civilizações antigas (SIQUEIRA, 2010). Se para alguns autores os primeiros bibliotecários teriam surgido na Biblioteca de Alexandria, uma das bibliotecas mais famosas do mundo antigo, para outros, os primeiros bibliotecários foram os religiosos responsáveis pela organização, armazenamento e guarda de livros.

O registro da memória ligada à escrita é o documento (o manuscrito), com a função de armazenar informações para comunicá-las através do tempo e do espaço. Porém, para o filósofo Platão, a invenção da escrita possibilitou um enfraquecimento da memória espontânea, pois o indivíduo passa a não mais exercitá-la, por confiar nos registros escritos, alojando-se fora dele (BARRETO, 2007; MENESES, 1999).

Durante a Idade Média, os documentos eram constantemente movidos de um lugar para outro. Ainda nesse período, surgiu uma nova concepção de memória, utilizada para difundir a doutrina cristã. Trata-se da memória dos Livros Sagrados, dos Santos e dos próprios livros de memória da Igreja, em que constavam os obituários e nomes dos seus benfeitores. A palavra de Deus vive na memória do cotidiano dos cristãos.

O aperfeiçoamento dos tipos móveis por Gutemberg, em 1450, marcou o início de uma nova época, a Idade Moderna. O conhecimento transmitido oralmente (ou através de manuscritos) começa a aparecer no formato também impresso.

Tem origem em Burke (2003, p.128) a atribuição à Igreja como a pioneira na criação de arquivos, pois “em 1565, Pio IV pediu que o cardeal bibliotecário criasse um arquivo e no ano seguinte uma bula papal determinava a organização de arquivos de documentos de cada diocese”. Contudo, em 1545, o príncipe regente Filipe ordenou a guarda dos documentos do

² Termo criado por Bradbury. Cf. BRADBURY, R. Fahrenheit 451: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima... São Paulo, Globo, 2003.

Estado. Já Moreno (2004) afirma que os arquivos surgem com a invenção da escrita. De qualquer forma, é notável a participação tanto do Estado quanto da Igreja na constituição dos arquivos.

Na primeira bibliografia impressa, de 1545 – e, em 1548, com a Bibliografia Geral – Conrad Gesner estava “interessado em classificar tanto livros como animais”. Para ele, a “ordem dos livros” nas bibliotecas deveria reproduzir a ordem do currículo na Universidade. Os catálogos e a organização dessas bibliografias eram apresentados como “bibliotecas imaginárias” (BURKE, 2003, p. 88; CHARTIER, 1998), principalmente, a de Gesner, que se tornou base de catálogos de bibliotecas reais. A construção dessas coleções em forma de biblioteca visava disfarçar a impossível reunião de todos os livros sobre um tema. Mas no século XVI – e ainda hoje é assim – essa tarefa parecia inútil, pois o ideal era selecionar o que seria preservado, pois o saber necessário estaria presente em algumas poucas obras. Pensando não só na preservação, mas também na disponibilização do que era produzido, Naudé já se mostrava contra uma Biblioteca reservada para uma única pessoa. Para ele, devia-se “consagrá-la à utilidade pública” (CHARTIER, 1998, p. 69-72).

Com a formação do Estado Moderno e o movimento da periferia da Europa para seus centros, as cidades começaram a produzir volumes crescentes de informação sobre si mesmas, possibilitando a proliferação dos serviços de informação. A acumulação documentária e a necessidade de se preservar a “memória do papel”³ faz surgir as “instituições-memória: arquivos (diplomáticos, financeiros, administrativos), bibliotecas, museus, memória real, onde os reis narram acima de tudo os seus feitos” (LUCAS, 1998, p. 89). Essas instituições tinham como função coletar, armazenar, classificar e organizar os documentos produzidos pelos Estados a fim de permitir que os funcionários recuperassem informações com agilidade. Elas se voltam para a formação de profissionais para o tratamento dos fundos de memória. Aqui já não há mais a figura dos homens-memória. As *memórias vivas* se transformaram em arquivistas (*funcionários da memória*), ligados à manutenção do poder do Estado (rei, imperador) e da Igreja (papa). A memória coletiva já não cabe mais na memória individual. Ela passa a ser representada nas fichas das bibliotecas, dos arquivos e dos museus. Esse alargamento da memória coletiva, propiciado pela exteriorização progressiva da memória individual, trouxe consigo a preocupação em “controlar” uma “desordem dos livros”.

Com o intuito de possibilitar o acesso ao que era produzido e preservado, as bibliotecas e os museus – destinados a fornecer monumentos da lembrança à memória

³ Termo utilizado por Leibniz (NORA, 1993, p. 15).

coletiva – são abertos ao público, deixando de ser uma prerrogativa do Estado e da Igreja, isto é, tornam-se um direito do cidadão. Entretanto, a formação de sociedades científicas, o surgimento dos periódicos e, conseqüentemente, o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica foram os que mais contribuíram para tornar público o conhecimento, provocando uma nova explosão informacional.

A questão principal desta pesquisa está relacionada à preservação do patrimônio documental nos Centros de Memória de duas Instituições de Ensino Superior. Porém, ao se falar em preservação do patrimônio documental, deve-se, primeiramente, refletir sobre o conceito de *Patrimônio* e o significado de *Preservação*.

Se inicialmente o conceito de Patrimônio estava ligado à “herança paterna” ou aos “bens familiares”, a literatura da área aponta que, gradativamente, o termo foi adquirindo inúmeros qualificativos: culturais, históricos, artísticos, documentais, ecológicos, arquitetônicos, urbanísticos, genéticos, espirituais, linguísticos, imobiliários, econômicos, financeiros e, mais recentemente, patrimônios imateriais (intangíveis). Enfim, de acordo com Gonçalves (2009), a palavra *patrimônio* está entre as que mais utilizamos no cotidiano. Apesar da atribuição de uma infinidade de conteúdos semânticos, a intenção do patrimônio é sempre a mesma: passar de geração a geração.

Em 23 de novembro de 1972, a Conferência Geral da UNESCO aprovou, a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural* ⁴, “à qual o Brasil aderiu em setembro de 1977” (UNESCO) ⁵, através do Decreto Lei nº 74 de 30 de junho. Com esta Conferência, a UNESCO defendeu que o patrimônio é um legado que herdamos do passado e deve ser conservado e transmitido tanto para a geração atual, quanto às futuras.

O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade (UNESCO).

Patrimônio, no sentido mais amplo, pode ser definido como “(...) todo o meio ambiente criado pelo homem, incluindo-se os sítios onde se instala, necessários à sua vivência

⁴ Textos fundamentais da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Ed. 2005. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-562-1.pdf>>. Acesso em 25 maio 2012. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na sua décima sétima sessão. Paris, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>.

⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). Representação da Unesco no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/>>. Acesso em: 25 maio 2012.

social”. Este é, para Coelho (1992, p. 31), o conceito mais abrangente de patrimônio, em que “envolve não só todas as realizações do homem, como também o meio em que vive e os recursos apresentados pela natureza e que são por ele transformados para prover suas necessidades materiais e espirituais”.

Para Ribeiro (2009), patrimônio é muito mais do que os grandes monumentos arquitetônicos. Ele “é formado (...) por tudo aquilo que representa a identidade, a cultura, a memória de um povo ou de um grupo étnico”. Representam o “desenvolvimento e enriquecimento cultural da nação”, pois

(...) guardam informações, significados, mensagens, registros da história humana – refletem idéias, crenças, costumes, gosto estético, conhecimento tecnológico, condições sociais, econômicas e políticas de um grupo em uma determinada época (RIBEIRO, 2009, p. 203).

Vale ressaltar que a noção de patrimônio como conhecemos hoje não têm mais de duzentos e cinquenta anos. Todavia, na qualidade de “categoria antropológica de pensamento”, é possível identificá-lo em “sistemas de pensamento não modernos ou tradicionais” (GONÇALVES, 2009, p. 25).

Corroborando a ideia de patrimônio formulada por Gonçalves, como categoria de pensamento, Abreu (2008, p. 47) afirma que

De acordo com a tradição da Escola Sociológica Francesa, pode-se dizer que a categoria patrimônio está inserida no contexto das grandes categorias do espírito humano e serve para distinguir e demarcar valores sociais. Tal como as categorias cultura e natureza, a de patrimônio é (...) uma importante categoria de pensamento para classificar e ordenar o mundo físico e mental das sociedades humanas.

Ao conceito de patrimônio, atrela-se a noção de preservação. Para Christo (2006, p. 22), preservação é

O conjunto de técnicas e métodos que visam conservar os documentos de arquivos e bibliotecas e as informações neles contidas, assim como as atividades financeiras e administrativas necessárias, os equipamentos, as condições de armazenagem e a formação de pessoal.

Outras autoras, como Cessares (2000) e Maia (1997), acrescentam, ainda, que além de uma atividade administrativa, é também uma atividade política, compreendendo qualquer ação adotada pelo Estado voltada para a proteção à integridade dos materiais. Preservar, então, seria o ato de proteger de algum dano ou perigo.

Em diversas definições aparecem as palavras *conservar* e *restaurar* como sinônimos de preservar. Entretanto, essas seriam não o ato de preservar, mas formas de garantir a

preservação. Há também uma diferença entre os dois termos. Enquanto a *conservação* é a ação que visa evitar a degradação de documentos, incluindo pequenos reparos para garantir sua integridade física que possibilite a sua utilização, na *restauração* exige-se uma intervenção maior, ou seja, é necessária a aplicação de um conjunto de procedimentos para recuperar a deterioração e os danos já causados aos documentos.

No artigo *Casas e Portas da Memória e do Patrimônio*, Chagas (2007) aponta duas palavras-chave para a ação preservacionista: *Perigo* e *Valor*. Segundo o autor, “aquilo que se apresenta como perigo para uns, pode não ser percebido como perigo para outros. Além disso, uma mudança de perspectiva pode alterar a visão de perigo”. Sendo assim, a questão da perda pode estar relacionada à percepção de perigo, ou seja, não preservar, pois não vê ameaça. Porém, é preciso identificar algum valor no objeto a ser preservado. Sem atribuição de um valor (“mágico, econômico, simbólico, artístico, histórico, científico, afetivo ou cognitivo”) não haverá preservação, mesmo que haja algum perigo de se perder, isto é, o que é importante (tem um valor) para um, pode não ser para outro (CHAGAS, 2007, p. 210). Concordando com Chagas, Fonseca (2009, p. 38) diz que o que justifica o reconhecimento de um bem como patrimônio e sua proteção pelo Estado é o valor cultural atribuído a ele.

Afirmar que ainda há uma estreita relação entre poder e patrimônio, e que esta relação se estende à propriedade material ou espiritual, econômica ou simbólica é feita por Chagas (2007). Para ele, a noção de preservação encontra-se na raiz do patrimônio e é uma prática social utilizada para “mascarar” discursos “que se pretendem positivos, científicos e objetivos”, e que

(...) há uma hierarquia de valores que é mobilizada politicamente para justificar a preservação ou a destruição dos chamados bens culturais. Em nome da preservação e da defesa de supostos valores ‘mais altos’, exércitos são mobilizados e colocados em marcha provocando a destruição de seres e coisas, que, de resto, passam a ser tratados como patrimônios inúteis (CHAGAS, 2007, p. 211).

Porém, se olharmos numa outra perspectiva e considerarmos o contexto atual, arquitetado pelo advento de novas tecnologias, como anteriormente mencionado, surgem algumas preocupações. Uma delas seria o que Meneses (1999, p. 13-21) chamou de “a crise da memória”, abordando cinco dimensões dessa crise: *epistemológica* (a própria noção de passado); *técnica* (externalização da memória iniciada nas sociedades orais e chegando a seu cume com os registros eletrônicos); *existencial* (referente às práticas sociais); *política* (onde a “hiperinformação redundante em desinformação”); e *socioeconômica* (presente em todas as

outras, porém, com o foco na *sociedade da informação* e, principalmente, na economia da informação).

O sentido da palavra crise, no entanto, expressa a necessidade, dentre outras, de selecionar, de escolher. Esta é, pois, uma atividade favorável à preservação do patrimônio e da memória e, de acordo com Meneses (1999, p.12), se não realizada, corre-se o risco de se criar “um grande museu ao ar livre, em que o mapa e o território teriam a mesma escala (...)”.

Desse modo, a construção do patrimônio e da memória pode também estar pautado no esquecimento. É o caso da Revolução Francesa, em que tudo o que pudesse lembrar o Antigo Regime era alvo de destruição:

(...) diligências deliberadas para destruir e apagar determinados corpos capazes de condensar uma simbologia referente ao antigo regime, ao mundo feudal, à monarquia e ao clero; esforços efetivos para promover deslocamentos ou transferências de sentidos de alguns desses corpos; e ações concretas capazes de produzir novos corpos, de construir novas simbologias e de criar novos lugares e padrões de representação de memória (CHAGAS, 2007, p. 215).

Quando perguntamos o que deve ser preservado, a primeira coisa que devemos ter em mente é que não podemos (nem devemos) preservar tudo. Vemos, então, dois sentidos para o termo *perda*: a) ato de perder (destruição) decorrente: da deterioração causada por agentes físicos, químicos e biológicos; da inexistência de critérios para a preservação dos documentos, seja porque não foi atribuído um valor, seja porque não vê ameaça, perigo; ou de questões políticas; b) esquecimento: relacionado à seleção, esta, porém, uma ação necessária.

Tanto uma ação quanto outra é subjetiva. Depende da percepção de perigo e valor daquele que preserva. Com efeito, a construção do patrimônio e da memória se dá a partir da tensão entre duas ações: lembrar e esquecer.

Destaca-se, contudo, que no caso da França, o esquecimento apresenta também marcas de uma relação de força e poder, configurando campos de tensão e conflito. Todavia, é praticamente inevitável separar a noção de poder do de preservação, pois

Sendo a preservação de monumentos uma atividade necessariamente seletiva, uma constante opção entre o conservar e o destruir (ativo ou passivo, no sentido de não impedir a destruição), ela será exercida por determinados agentes, e segundo determinados critérios, que orientam e também legitimam o processo de atribuição de valores – e, conseqüentemente, a preservação (FONSECA, 2009, p. 53).

Por outro lado, Dodebei (2005) pondera que

Se a escolha do que preservar não pode ser unilateral, pois a centralização da decisão, normalmente representada pelo poder do Estado, certamente não representará a heterogeneidade das culturas, subculturas e subjetividades

vigentes, deve ser vista como uma construção circunstancial, um acontecimento que permanecerá até que outras escolhas sejam feitas, sob outras circunstâncias ou acontecimentos (DODEBEI, 2005, p. 47).

A autora acima citada considera que “o conceito de patrimônio pode ter envelhecido e, atualmente, encontra-se num processo de transformação” e que esta transformação “pode representar a formação de uma cadeia de indagações que nos ajude a mapear o conceito de patrimônio na contemporaneidade, com o cenário arquitetado pela informação, localizado no espaço virtual e vivenciado em tempo real” (DODEBEI, 2008, p. 11).

A agregação de outras categorias expande o conceito de patrimônio: “(...) preservação e destruição, perigo e valor, público e privado, refuncionalização e ressignificação parecem ser os termos que dão o contorno moderno da noção de patrimônio” (CHAGAS, 2007, p. 214). Categorias essas que estão intimamente relacionadas à ideia de identidade nacional.

2.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NO BRASIL: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN)

A Igreja e a aristocracia, ao longo da história, produziram e acumularam objetos, monumento, relíquias, isto é, bens simbólicos que representassem um sentido de continuidade. A noção de propriedade coletiva dos bens religiosos permitia que esses bens fossem preservados para garantir sua transmissão às gerações futuras. “Foi no século XV que ocorreram as primeiras medidas de preservação, empreendidas por papas através de bulas, visando à proteção de edificações antigas e cristãs” (FONSECA, 2009, p. 56). Entretanto, o valor de culto atribuído a esses bens não foi suficiente para que fosse constituída a ideia de patrimônio tal como o conhecemos hoje.

O conceito de patrimônio histórico e artístico nacional entendido como um bem capaz de simbolizar a nação e, portanto, objeto de proteção legal só foi definido no final do século XVIII, quando o Estado assume, em nome do interesse público, esse papel. Assim, a ideia de *nação*, a formação dos Estados Nacionais e a ameaça de destruição e perda de monumentos – principalmente pelo vandalismo ocorrido na Revolução Francesa – foram fundamentais para a constituição do “sentido do patrimônio”. Desse modo, “A noção de patrimônio se inseriu, portanto, no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-nações modernos” (FONSECA, 2009, p. 55; 59).

Apesar de no Brasil, assim como em outros países, a consolidação do patrimônio ter se dado somente ao longo do século XX, algumas iniciativas já vinham sendo realizadas,

principalmente na Europa, entre os séculos XVIII e XIX. Na França, por exemplo, em 1837, foi criada a Comissão dos Monumentos Históricos, preocupada com a salvaguarda de edifícios e monumentos.

Os debates sobre a preservação do patrimônio histórico ampliaram-se e o tema foi tratado com seriedade durante todo o século XX. Neste período, surgiram diversas leis, decretos, políticas, projetos e programas⁶. Desta forma, a partir da primeira metade do século XX, adotou-se o modelo de política de preservação francês, estatal e centralizador que atendia os interesses políticos do Estado. Outro modelo consolidado é o anglo-saxônico, voltado para o culto ao passado e que conta com o apoio de associações civis.

Antes mesmo da institucionalização das políticas ligadas ao patrimônio no Brasil, já podemos encontrar, no início do século XX, alguns projetos que visavam à proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, em diversas regiões do país. Como se pode constatar por meio das considerações abaixo, a década de 1920 fertilizou o solo para que frutificassem várias iniciativas com vistas à futura institucionalização das políticas brasileiras de patrimônio.

Em 1920, o presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, Prof. Bruno Lobo, encarregou o conservador do Museu Nacional, Prof. Alberto Childe, de elaborar anteprojeto de lei de defesa do Patrimônio Artístico Nacional.

Em 1923, o deputado pernambucano Luis Cedro apresentou à Câmara dos Deputados, o primeiro projeto político com vistas a organizar a defesa dos monumentos históricos e artísticos do país, inspirado na legislação francesa de preservação. Em consequência das denúncias de que obras de arte brasileiras estavam sendo exportadas ilegalmente, o poeta e deputado Augusto de Lima apresentou à Câmara dos Deputados, em 1924, um projeto que tinha como objetivo proibir a saída de obras de artes brasileiras para o estrangeiro.

O primeiro governo no âmbito estadual a se preocupar com a preservação do patrimônio histórico foi o de Mello Viana, então Presidente de Minas Gerais, em 1925. Ele organizou uma comissão para impedir que o patrimônio das velhas cidades mineiras se consumisse pelo efeito do comércio de antiguidades. A elaboração desse projeto é tida como a primeira iniciativa para a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

⁶ Cf. **Revista Museu**. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=11653>>. Acesso em: 21 maio 2012; **Programa Monumenta**. Linha do Tempo da Defesa ao Patrimônio Histórico Brasileiro. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=165>. Acesso em: 21 maio 2012; BERBEL. Joatan Vilela. Cultura em debate II: a atribulada história do Ministério da Cultura [documento eletrônico]. In: **O Ironista Visionário**. 4 ago. 2011. Disponível em: <<http://reberbel.com/2011/08/04/cultura-em-debate-ii-a-atribulada-historia-do-ministerio-da-cultura/>>.

Em 1927, o presidente estadual da Bahia, Francisco Góis Calmon criou a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, para organizar a defesa do acervo histórico e artístico estadual.

Em 1930, o estado da Bahia apresentou ao Congresso Nacional um novo projeto de lei federal sobre o assunto, através do deputado José Vanderley de Araújo Pinho. O Decreto 22.928, de 12 de julho de 1933, erige a cidade de Ouro Preto em Monumento Nacional. Trata-se de um marco por assinalar a decisão do poder público nacional em traçar políticas de proteção ao patrimônio.

Entretanto, foram os intelectuais do Movimento Modernista Brasileiro que começaram a questionar nossa identidade. A Semana de Arte Moderna, realizada entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922, marca a aclamação por uma arte modernista brasileira, em detrimento de uma cultura europeia, no desejo de se construir uma identidade realmente nacional e uma tradição brasileira autêntica. O Brasil precisava conhecer a si mesmo.

Em viagens realizadas a Minas Gerais, a partir de 1916 e por toda a década de 1920, Alceu Amoroso Lima, Rodrigo Melo Franco de Andrade – que mais tarde seria o diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) –, Lúcio Costa e Mário de Andrade, entraram em contato com a arquitetura colonial brasileira, e identificaram em Minas “o berço de uma civilização brasileira” (FONSECA, 2009, p. 92).

Em 1934, Gustavo Capanema assumiu a pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública⁷. Respalhado por intelectuais como Mário e Oswald de Andrade, defendia a ideia de que a cultura era um processo de transformação e deveria ser difundida através da educação. Dois anos após a sua posse, em 1936, Capanema solicitou ao poeta e romancista Mário de Andrade – um dos fundadores do modernismo brasileiro e chefe do Departamento de Cultura de São Paulo – a elaboração do anteprojeto para a proteção das obras nacionais (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 81).

Com a decretação do Estado Novo⁸, a necessidade de se criar uma cultura e uma identidade nacional possibilitou a criação, no Ministério da Educação e Saúde, de órgãos

⁷ Órgão criado pelo então Presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, com o nome de *Ministério da Educação e Saúde Pública*. Em 13 de janeiro de 1937, passou a se chamar *Ministério da Educação e Saúde*. Com a criação do Ministério da Saúde, em 1953, passa a se chamar *Ministério da Educação e Cultura* (MEC). Em 1985, é criado o Ministério da Cultura (MinC) e, mais uma vez, há uma mudança no nome do órgão, passando a se chamar *Ministério da Educação*, porém, permanecendo com a sigla MEC. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171>.

⁸ Decretado por Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, o Estado Novo durou até 29 de outubro de 1945. Foi um regime político caracterizado pelo autoritarismo e pela centralização do poder. Este foi o terceiro momento do primeiro governo Vargas. Os outros dois momentos foram: o Governo Provisório (1930-1934) e o Governo Constitucional (1934-1937).

representativos nas áreas de cinema, rádio, educação, livro, teatro, música, imprensa e do patrimônio cultural ⁹: o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1937), o Serviço de Radiodifusão Educativa (1937), a Universidade do Brasil (1937), o Instituto Nacional do Livro (1937), o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), o Serviço Nacional de Teatro (1937), o Conselho Nacional de Cultura (1938); alguns museus nacionais, dentre eles: o Museu Nacional de Belas-Artes, o Museu Imperial e o Museu da Inconfidência, além da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (1939) e da estatização da Radio Nacional (1940).

Criado provisoriamente em abril de 1936, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ¹⁰ –, teve consolidada sua estrutura definitiva através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 e convertida no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, marcando o início da institucionalização das políticas de preservação do patrimônio no Brasil. No Decreto-Lei, Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é definido como

(...) conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Porém, com base no anteprojeto de Mário de Andrade, o texto que deu origem ao Decreto-Lei e à criação do SPHAN foi modificado e redigido pelo advogado, jornalista e contista Rodrigo Melo Franco de Andrade – diretor do órgão de 1936 a 1967 –, que deixou de fora um aspecto destacado por Andrade: a preservação dos bens imateriais – lendas, danças, crenças, superstições, culinárias. No entanto,

A preocupação maior de Mário de Andrade não se restringia à conceituação de patrimônio, mas também dizia respeito à caracterização da função social do órgão, o que implicava detalhar atividades que facilitassem a comunicação com o público. Na verdade, para Mário, a atuação do Estado na área da cultura devia ter como finalidade principal a coletivização do saber,

⁹ Grande parte desses órgãos foram criados através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

¹⁰ Desde sua criação, o IPHAN teve várias denominações: em 1946, o então SPHAN passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); em 1970, o DPHAN se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); em 1979, criação, no âmbito do MEC, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM); em 1980, o Decreto nº 84.396, de 16 de janeiro, aprova o estatuto da Fundação Pró-Memória. Constituição da SPHAN/Pró-Memória; em 1990, o SPHAN e a FNpM são extintos e é criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); em 1994, a Medida Provisória de nº 752, de 6 de dezembro determina que o IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBA) passem a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Fundação de Artes (FUNARTE).

daí sua preocupação e mesmo seu envolvimento na questão educacional (FONSECA, 2009, p. 102).

Apesar disso, o SPHAN não se dedicava à “educação das massas” e à “coletivização do saber”, limitando-se à “proteção de bens e a produção e divulgação do saber necessário ao exercício dessa função, através dos procedimentos usuais no meio científico: publicações, conferências, cursos etc.” (FONSECA, 2009, p. 124).

Embora a concepção de legitimidade do patrimônio fosse mais restrita em relação ao anteprojeto de Mário de Andrade era, no entanto, mais adequada ao contexto de sua formulação. A limitação do Decreto-Lei nº 25 em relação ao anteprojeto é justificada pela inadequação do tombamento – instrumento estabelecido para a preservação do patrimônio – para proteger outros bens que não se referisse aos bens imóveis. Assim, o tombamento referia-se tão somente aos bens materiais imóveis. Com efeito, a Arquitetura foi a área que mais se apropriou do campo do patrimônio. Quanto aos bens móveis, o instrumento de sua proteção ficou a cargo dos museus.

Apesar de a instituição da preservação dos bens imateriais só ter ocorrido no ano 2000, a preocupação com a preservação de tais bens é uma questão destacada tanto por Mário de Andrade, quanto pela Constituição Federal de 1988, que define o patrimônio cultural como

(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

É importante pontuar que a criação do SPHAN, durante o governo de Getúlio Vargas deu-se, principalmente, através de Gustavo Capanema que reuniu vários intelectuais e os colocou a serviço do Estado, abrindo espaço para uma faceta modernista ao governo Vargas. À época, era muito forte o sentido de nação. O que é do povo, o que pertence ao povo, provocando um sentimento de comprometimento do povo. As instituições oficiais recorreram a “símbolos criados para invocar a pátria (bandeira, hinos, a efígie de Vargas etc.)” (FONSECA, 2009, p. 86).

Entretanto, com o SPHAN desejava-se cooptar as classes mais altas e intelectualizadas, já que para cooptar a massa trabalhadora, Vargas utilizou-se da política trabalhista. A cooptação dos “intelectuais do patrimônio” se dava em dois sentidos: se por um

lado, o Brasil se beneficiava do prestígio que alcançou no exterior, inserindo-se no conjunto de nações civilizadas; por outro, o governo abria a possibilidade de remuneração desses intelectuais. Estes viam nesta relação a “possibilidade de criação de instituições culturais sólidas” (FONSECA, 2009, p. 123).

É inquestionável a participação dos intelectuais modernistas no processo de institucionalização das políticas de patrimônio brasileiro. Além dos já citados Alceu Amoroso Lima, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa e Mário de Andrade, outros colaboraram na estruturação do Instituto, realizando um trabalho de inventário (forma preliminar e informal de salvaguarda) dos monumentos históricos brasileiros. Esses intelectuais compuseram a chamada “Constelação Capanema”¹¹.

Esses intelectuais tidos como “mediadores simbólicos”, face ao universo em que atuavam, exerceram um papel importante na orientação das políticas culturais e de patrimônio, visto que, no contexto brasileiro, a participação da sociedade nessas políticas era altamente restrita. Desse modo, eram responsáveis por construir uma representação da nação que, levando em conta a pluralidade cultural, deveria despertar um sentimento comum de pertencimento, como forma de reforçar a identidade nacional. Outro desafio dos intelectuais modernistas era o de fazer com que o resultado da seleção dos bens culturais fosse aceito como consensual e não arbitrário, ou seja, buscar o consenso dentro de uma diversidade cultural. Porém, ao identificarem o caráter arbitrário existente, principalmente no período autoritário, empenharam-se na sua transformação.

A literatura que trata das questões afetas ao patrimônio, principalmente na América Latina, deixa claro que o reconhecimento do patrimônio nacional privilegiava os bens que representavam a História oficial e a memória da classe dominante da sociedade. Constituíam-se em bens tombados os monumentos, as obras de arte e conjuntos arquitetônicos, de propriedade da Igreja Católica e do Estado. Assim, na formação da identidade nacional não eram considerada a contribuição das culturas ditas “inferiores”.

A partir da década de 1950, o conceito de patrimônio é ampliado, acrescentando-se a ele “objetos considerados não tão valiosos”. Além dos edifícios históricos, passam a ser considerados como patrimônio da sociedade: fábricas, usinas, teatros, casas, bairros, e até cidades inteiras (DODEBEI, 2008, p. 23).

¹¹ Dentre esses intelectuais estavam: Afonso Arinos de Melo Franco, Cândido Portinari, Carlos Drummond de Andrade – à época, chefe de gabinete do ministro Capanema –, Gilberto Freyre, Luís Jardim, Manuel Bandeira, Noronha Santos, Oscar Niemeyer, Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda (BOMENY, 2001, p. 15).

No Brasil, a Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965, proibiu a saída para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidas no País, até o fim do período monárquico, abrangendo não só pinturas, desenhos, esculturas, gravuras e elementos de arquitetura, como também obra de talha, imaginária, ourivesaria, mobiliário e outras modalidades.

Do que foi exposto até aqui, percebe-se que, a partir da década de 1930, houve um esforço por parte dos Governos em relação à preservação do patrimônio histórico do país. Apesar do esforço empreendido, a constituição do patrimônio privilegiava, basicamente, as grandes construções da Igreja e do Estado.

Da criação do SPHAN, em 1937, até a gestão de Aloísio Magalhães, iniciada em 1979, prevaleceu uma política cultural que privilegiava o tombamento de bens que representavam a cultura da elite (herança europeia, branca e cristã). Sob o ponto de vista institucional, esses tombamentos eram justificados pela ameaça de desaparecimento de tais bens culturais pelo acelerado processo de urbanização. Por cerca de quarenta anos foram tombadas diversas igrejas, chafarizes, palácios e conjuntos arquitetônicos de estilo Barroco, considerado, até então, como uma manifestação cultural tipicamente brasileira.

De forma geral, as políticas de patrimônio foram orientadas por intelectuais tradicionais¹², escritores, artistas, historiadores e arquitetos que, atuando junto ao Estado na defesa da cultura em nome do interesse público, assumiam duas posições: a de intelectuais e de homens públicos. No Brasil, foi assim com os intelectuais modernistas que atuaram no SPHAN – o SPHAN “do doutor Rodrigo”¹³.

Apesar da literatura consultada tratar como equivalentes *política estatal* e *política pública*, Fonseca (2009) faz uma distinção entre os dois termos: a política de patrimônio é realmente de interesse público (política pública), ou é um recurso ideológico que interessa somente ao Estado (política estatal)? De acordo com a autora citada, o discurso utilizado para justificar a formação do patrimônio e a elaboração de políticas públicas de preservação atinge, principalmente, um nível simbólico, com o objetivo de reforçar a identidade, a formação de cidadãos e a educação. Embora esse discurso ressalte a identidade nacional, não considera as camadas populares. Na verdade é uma política produzida por intelectuais e voltada para a proteção da cultura das camadas cultas da sociedade, e pretendia atender os interesses do governo, naquele momento; era, portanto, uma política de Estado.

¹² Grupo de intelectuais com perfil conservador e representantes de uma ordem passada (ORTIZ, 2006, p. 91).

¹³ Segundo diversos autores, na *fase heroica* (1937-1967) o SPHAN era conhecido como “SPHAN do doutor Rodrigo”, em alusão ao diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Em 1966, o presidente Castello Branco criou o Conselho Federal de Cultura (CFC), extinto em 1990, no governo Collor¹⁴. Porém, no início da década de 1970, o órgão teve sua força política e sua proposta cultural esgotada. Faziam parte do Conselho, intelectuais renomados como Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Afonso Arinos, entre outros. Em 1967, Rodrigo Melo Franco de Andrade se aposentou e a direção do SPHAN foi entregue ao arquiteto Renato Soeiro, também conselheiro do CFC, que permaneceu no órgão até 1979. A gestão de Soeiro, segundo alguns autores, representa um hiato entre a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (época heroica) e a gestão de Aloísio Magalhães (fase moderna), sucessor de Soeiro. Por esse motivo, sua trajetória não é muito estudada. Fato é que a consolidação do regime militar coincidiu com sua gestão (1967-1979).

2.2 OS ANOS 1970 E AS MUDANÇAS NA GESTÃO DE ALOÍSIO MAGALHÃES

As questões relacionadas à cultura brasileira ficaram “hibernadas” até os anos 1970. A partir dessa década, houve uma mudança na concepção de patrimônio no Brasil. Nesse sentido, buscava-se demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico.

O primeiro documento brasileiro que estabeleceu recomendações, em nível nacional, para a proteção do acervo cultural do país foi o Compromisso de Brasília, resultado do 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, realizado de 2 a 3 de abril 1970, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura. Este documento desencadeou um “processo irreversível de preservação da memória nacional”, em vários municípios e estados (COELHO, 1992, p. 21-22).

Se por um lado, o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), tido como o início da “distensão”, é marcado pela tentativa de reaproximação com a classe artística e intelectual, tendo em vista que a política adotada começou a ser criticada e seu caráter nacional contestado, por se referir apenas às produções das elites; por outro lado, os intelectuais dessa época viram na cultura uma forma de resistência ao regime e de utilidade para a construção da cidadania (FONSECA, 2009, p. 23). Porém, por conta dos Governos que antecederam o do presidente Geisel, a imagem do Brasil estava fragilizada no cenário internacional devido às

¹⁴ Como parte do programa econômico do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), a Lei nº 8.031, de 1990 instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND), responsável pela extinção de diversos órgãos na área da cultura, dentre eles a EMBRAFILME.

acusações de assassinatos, prisões e torturas, e mostrava os primeiros sinais de esgotamento do regime militar. Enfim, instaurava-se uma crise de legitimidade.

O discurso utilizado para a preservação do patrimônio nacional nesse início de década tinha por base, de acordo com Peregrino (2012, p. 88-89), “uma memória nacional sacralizada, erudita e, quando popular, folclórica e estática (...), como algo que o presente não deve modificar, transformar”. Como veremos mais adiante, esse era justamente um dos pontos criticados por Aloísio Magalhães. Para ele, a memória tinha um sentido dinâmico, um elemento vivo, aberto a alterações e modificações.

Como estratégia para trazer visibilidade e recursos financeiros para as instituições, o Conselho Federal de Cultura (CFC) adotou muitas vezes o discurso dos militares, chegando a se apropriar de temas como “*desenvolvimento e segurança nacional*”, isso porque

Nossas instituições culturais alegavam que um país desenvolvido se caracterizava pela proteção dispensada à sua história e memória e que a segurança nacional dependia também da defesa desse patrimônio, o qual representava a nação sob diversas formas (PEREGRINO, 2012, p. 89).

Como pontuado anteriormente, no início da década de 1970 as propostas do Conselho Federal de Cultura (CFC) já não correspondiam à necessidade de modernização do país. A bem da verdade,

A política cultural dos primeiros anos do regime militar não deu conta das demandas sociais, da expansão demográfica, do crescimento da indústria e do turismo cultural, das novas tecnologias e novas perspectivas em torno do popular. Com isso, o esgotamento do discurso elitista e conservador era inevitável e deveria ser substituído por outro, e outros. Essa mudança acompanharia a regra dos militares, ou seja, também seria gradual. A questão do *desenvolvimento nacional* já não podia ser conjugada com a da *segurança*; as novas demandas abriram espaço para um novo ator – a *pluralidade nacional* (PEREGRINO, 2012, p. 90).

Com vistas a resolver essa questão, a década de 1970 é marcada pela ampliação das políticas públicas para o patrimônio cultural, criando programas e instituições de preservação e divulgação do patrimônio como o *Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste* (PCH) e o *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC)¹⁵ da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ambos em 1973. Vale ressaltar que, pela primeira vez, foi elaborada uma *Política Nacional de Cultura* (PNC) no país, em 1975, assinada pelo então Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga. No bojo

¹⁵ O CPDOC tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do País, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação. Os conjuntos documentais doados ao CPDOC constituem, atualmente, o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país. Seu acervo é composto por, aproximadamente, 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos, totalmente informatizados e abertos à consulta pública por meio do sistema Accessus.

da PNC, foram criadas várias instituições culturais: o *Centro Nacional de Referência Cultural* (1975), a *Fundação Nacional das Artes* (1975), a *RADIOBRÁS* (1976), o *Conselho Nacional de Cinema* (1976) e a *Fundação Nacional Pró-Memória* (1979).

Através da Política Nacional de Cultura (PNC), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estimulou e financiou a criação de centros de memória, documentação e pesquisa, definindo que a organização e preservação dos acervos documentais brasileiros era uma função da Universidade. Os programas de preservação da memória incentivados pela PNC deveria enfatizar a memória regional, tendo em vista a precariedade e inexistência de arquivos públicos municipais, ocasionando a perda de importantes fontes de pesquisa (CAMARGO, 1999). Na esfera das Universidades Federais, os pioneiros no desenvolvimento desses centros foram os Núcleos de Documentação e Informação Histórica Regional das Universidades Federais de Mato Grosso e da Paraíba. No âmbito das instituições para-acadêmicas pode-se citar o da Fundação Casa de Osvaldo Cruz, o da Fundação Casa de Rui Barbosa, e o da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC).

Segundo Fonseca (2009)¹⁶, na obra *O patrimônio em processo*, as mudanças mais significativas ocorrem em 1975 e um dos órgãos responsáveis por essa mudança foi o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), pois pretendia-se uma nova política de preservação do patrimônio cultural, uma vez que, mesmo com a colaboração da UNESCO, desde 1965, a estrutura do IPHAN era insuficiente para atender às novas necessidades da preservação no modelo de desenvolvimento vigente no Brasil à época.

Inicialmente, o trabalho do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) privilegiava o referenciamento do patrimônio. Posteriormente, centrou seu trabalho no desenvolvimento de quatro programas em áreas ainda pouco exploradas pelo IPHAN, a saber: 1) mapeamento do artesanato brasileiro; 2) levantamentos socioculturais; 3) história da ciência e tecnologia no Brasil e; 4) levantamento de documentação sobre o Brasil.

Entre as décadas de 1970 e 1980, há uma dupla orientação para a constituição do patrimônio: a da *pedra e cal* – adotada pelo antigo SPHAN, e a da *referência*, proposta pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que referenciava o saber popular, reforçando a fase moderna, em que o discurso acompanhava as mudanças da política

¹⁶ Maria Cecília Londres Fonseca é doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Foi pesquisadora do CNRC e coordenadora de projetos da Fundação Pró-Memória. Foi assessora do ministro da cultura e coordenadora-geral de Políticas da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas. Foi integrante do Grupo de trabalho do Patrimônio Imaterial e representante do Brasil na elaboração da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

brasileira, pautada na abertura política e transição democrática. Desse modo, pretendia-se estimular a participação da sociedade, com vistas a sua colaboração nas ações do Estado.

A aproximação que o CNRC deu ao conceito de bem cultural atinge uma área de que o Patrimônio não estava cuidando. Ou seja: o bem cultural móvel, as atividades do povo, as atividades artesanais, os hábitos culturais da humanidade. O Patrimônio atuava de cima para baixo, e, de certo modo, com uma concepção elitista (...) O CNRC procurava trabalhar de baixo para cima (...) Desse contraponto, pode surgir uma hipótese – a de que o CNRC começava a tocar nas coisas vivas, enquanto o Iphan se preocupava principalmente com as coisas mortas (MAGALHÃES, 1985, p. 217 apud FONSECA, 2009, p. 154) ¹⁷.

Todavia, o “novo” apresentado pelo CNRC não era em relação à valorização da cultura popular na construção da identidade nacional, até porque desde o início da institucionalização do patrimônio, já se falava em valorizar as manifestações populares. O novo seria quanto à perspectiva abordada. Nesse caso, essas manifestações não eram apreciadas pelo viés do folclore ou da etnografia. Eram associadas à capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país, revelando sua dimensão de geração de valor econômico. Esse “patrimônio cultural não-consagrado” não era reconhecido como patrimônio oficial, no entanto, o interesse do CNRC residia na possibilidade de atuar sobre essas manifestações culturais vivas, inseridas no contexto social contemporâneo. O interesse do CNRC reflete o pensamento de Aloísio Magalhães que via a cultura como autêntica, viva e um legado para a civilização ocidental. As propostas do Centro podem ser consideradas como o embrião do que mais tarde constituiu-se como Patrimônio Imaterial. Vale lembrar que, apesar de ter sido criado em 1975, a institucionalização do CNRC deu-se no início de 1979, quando da sua fusão com o IPHAN.

Sem dúvida, uma importante figura nesse cenário, foi Aloísio Magalhães; seu dinamismo foi fundamental para essa nova fase (a fase moderna) no processo do patrimônio no Brasil. Foi coordenador geral do CNRC e, apesar de ter assumido o IPHAN, criticava a política adotada por seus antecessores, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Renato Soeiro, por se apresentar como nacional, mas não considerar representativa a pluralidade cultural brasileira. Entretanto, havia em Aloísio Magalhães uma preferência pela vertente patrimonial, tida como conservadora por alguns autores. Ainda assim, podemos reconhecer que entre ele e Rodrigo Melo Franco de Andrade existia uma diferença de discurso, pois

[...] embora a retórica da perda estivesse presente na fala de ambos, suas ações não eram complementares. Aloísio não descartava, e nem poderia, o patrimônio de pedra e cal. O problema não era preservar esse patrimônio,

¹⁷ MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: FNpM, 1985.

mas sim limitar-se a ele. Por isso, a política institucional de Magalhães era de ampliação dos bens culturais, reconhecendo a pluralidade brasileira e retomando o projeto de Mário de Andrade, de 1936, que não fora totalmente absorvido por Rodrigo na implantação do SPHAN (PEREGRINO, 2012, p. 94).

Em resumo, a constituição do patrimônio cultural brasileiro por sua pluralidade de contextos culturais é bastante problemática, pois “as eventuais demandas da sociedade em relação à cultura são extremamente difusas”, isto é, há uma multiplicidade de grupos e interesses (FONSECA, 2009, p. 24).

De acordo com Peregrino (2012), o período em que Aloísio Magalhães esteve à frente do IPHAN (1979-1982) – na gestão de Eduardo Portella no MEC – ficou caracterizado pela mudança de discurso, pelo processo de abertura política e pelos novos rumos das políticas de preservação do patrimônio cultural nacional, evidenciado pelo reconhecimento da pluralidade cultural. Em 1980, ocorre a fusão SPHAN/Pró-Memória e Aloísio Magalhães foi nomeado secretário da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Presidente da Fundação Pró-Memória (FNpM).

Atualmente, o IPHAN¹⁸, vinculado ao Ministério da Cultura, é uma autarquia federal responsável pela identificação, fiscalização, preservação, restauração, revitalização e divulgação dos bens culturais brasileiros, assegurando às gerações futuras a permanência e usufruto desses bens. O tombamento de um bem de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental é de sua responsabilidade e qualquer cidadão ou instituição pública pode solicitar a abertura do processo de tombamento, impedindo a destruição de tais bens, como fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas, dentre outros. Entretanto, para que um bem seja tombado deve ser considerado de “interesse para a preservação da memória coletiva”.

O Patrimônio Histórico e Cultural é classificado pelo IPHAN como *Patrimônio Material* – divididos em *bens imóveis* - núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, e bens individuais - e *bens móveis* - coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, bibliográficos, videográficos, fotográficos, e cinematográficos (grifo nosso).

Nas últimas décadas, tem crescido o interesse em nível estadual e federal em relação à preservação do patrimônio cultural. Embora as propostas do IPHAN ainda sejam fundamentais para a preservação, tem surgido um movimento com vistas à descentralização,

¹⁸ Cf. o sítio do IPHAN: <<https://portal.iphan.gov.br/>>.

em que iniciativas na área da cultura têm sido formuladas e reformuladas por parte de governos de estados e municípios,

(...) buscando aperfeiçoar iniciativas de apoio à transmissão de conhecimentos e práticas por parte dos detentores de saberes e fazeres tradicionais que, por não estarem integrados nos sistemas consagrados de ensino e pesquisa, nem no mercado formal de trabalho, não costumam receber atenção por parte dos órgãos estatais (...) (FONSECA, 2009, p. 18).

Entretanto, para a preservação do patrimônio é necessário que, além de políticas e ações governamentais, haja a conscientização e a reflexão da sociedade acerca do reconhecimento da diversidade cultural do país e de sua importância para a humanidade. Deve haver um sentimento que Nora chamou de “vontade de memória”, ou seja, a necessidade de “saber da sociedade sobre si mesma” (NORA, 1993, p. 12).

Para isso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) elabora programas e projetos que contam com a participação da comunidade, integrando-a aos seus objetivos, pois para o Instituto, “Ampliar o acesso ao patrimônio cultural como direito de cidadania é base para o desenvolvimento sustentável e melhoria das condições de vida da população” (IPHAN, 2009). Atuando de maneira diversificada e em consonância com a determinação da Constituição Brasileira, o IPHAN tem como missão “fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país” (IPHAN, 2012). Pioneiro na preservação do patrimônio na América Latina, nos últimos anos, o IPHAN, através do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, tem compartilhado experiências e cooperado com diversos países na capacitação técnica, tornando-se referência no âmbito nacional e internacional na área do patrimônio.

Como instrumento de salvaguarda do patrimônio, ainda prevalece o tombamento, a nível nacional. Porém, nos últimos anos, o patrimônio cultural se insere tanto em contexto mais amplo, como as inscrições nas listas criadas pelas Convenções da UNESCO, a nível internacional, quanto em contextos mais restritos, como os registros do patrimônio imaterial, o das comunidades locais.

Percebemos que há uma reformulação nas políticas de preservação patrimonial, buscando soluções adaptadas às novas necessidades e realidades, em que há a participação da sociedade e de diversas instituições, que abordaremos no capítulo seguinte.

3 MEMÓRIA INSTITUCIONAL: OS DOCUMENTOS REFERÊNCIA

(...) *é a memória que dita e a história que escreve.*

Pierre Nora

Para delimitar o conceito de *Memória Institucional* foi necessário retomar as ideias de alguns autores que refletiram sobre os conceitos de *Memória* e de *História*. Como marco teórico, utilizou-se neste capítulo os conceitos do sociólogo francês Maurice Halbwachs¹⁹ (2006) – que criou a expressão “memória coletiva” –, do historiador francês Pierre Nora (1993) e do sociólogo Michael Pollak (1989; 1992) que chamou de “memórias subterrâneas”, aquelas referentes às camadas populares. É importante enfatizar que os dois últimos estabeleceram um constante diálogo com a obra do primeiro.

O conceito de memória apresenta várias categorias analíticas. É um tempo vivido e que deve ser guardado na memória dos indivíduos (memória individual), dos grupos (memória coletiva), da sociedade (memória social), da nação (memória nacional ou oficial), das instituições (memória institucional), dos documentos (memória documental) e até das máquinas (memória artificial).

Vários fatores determinam o processo de preservação da memória: o social, o econômico e o político. De acordo com Le Goff (2003, p. 419) a memória “é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento passado, produz diversos tipos de *documento/monumento*, faz escrever a história, acumular objetos”. O autor citado considera a memória como “propriedade de conservar certas informações” e nos remete “em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. No entanto, para Halbwachs (2006), e aí está a questão principal da sua obra, a memória é um fenômeno somente social, pois a memória individual só terá sentido se compartilhada com o grupo ao qual o indivíduo faz parte, ou seja, a memória individual só existe a partir de uma memória coletiva, pois é no interior de um grupo que todas as lembranças são construídas. A memória individual seria como uma “intuição sensível” – estado de consciência individual,

¹⁹ Discípulo do filósofo e diplomata francês Henri Bergson, com quem estudou Filosofia na *École Normale Supérieure*, em Paris, Halbwachs encontrou Émile Durkheim quando retornou à França, em 1905, e se interessou por Sociologia. Lecionou em diversas Universidades, e em 1944, ocupou uma cátedra de Psicologia Social no *Collège de France*. Após a ocupação nazista de Paris, Halbwachs foi detido pela Gestapo e executado em 1945.

presente na base de toda lembrança, distinto “das percepções em que entram alguns elementos do pensamento social” (HALBWACHS, 2006, p.42).

Por outro lado, Bosi (1983, p. 333) aponta que “por muito que deva à memória coletiva é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador das camadas do passado a que tem acesso e pode reter objetos que são para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”.

O historiador francês Pierre Nora é outra importante referência nos estudos da memória e identidade francesa. Em seu artigo *Entre Memória e História: a problemática dos lugares* diz que “O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (NORA, 1993, p. 15). Este autor faz uma distinção entre Memória e História; para ele, ambas evocam o passado. Entretanto, por compreenderem o passado de maneira distinta, não se confundem, pois a história começa quando a memória acaba e esta acaba quando não há mais um grupo como detentor dessa memória: a memória é viva e quando um determinado grupo desaparece, a única forma de preservar sua memória é através da escrita de sua História.

A História é, portanto, segundo Meneses (1992) a “forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva”, enquanto memória é uma

(...) operação ideológica, processo psíquico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para intercâmbio social. Nessa perspectiva, o estudo da memória ganharia muito se fosse conduzido no domínio das representações sociais (MENESES, 1992, p. 22-23).

No entanto, Pollak (1989, p.4) estabelece a relação entre Memória e História ou entre aquilo que denominou “memórias subterrâneas” – em alusão às camadas populares – e a memória oficial (nacional). Ele alega que a história oral abriu novas possibilidades para essas memórias (subalternas) e admite que não se trata de uma historicização da memória que deixou de existir, e sim, trazer à tona memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. Este autor destaca, ainda, a importância dos esquecimentos e do silêncio, e considera que ambos são fundamentais para a manutenção da memória.

Em síntese, o que Pollak quis dizer é que não se trata de uma disputa entre Memória e História, mas entre “memórias”: a memória coletiva (a oficial), organizada por aqueles que estão no poder, e as memórias subterrâneas, que são impedidas de serem divulgadas. E é

nesse sentido que ele vai chamar atenção para o que ele nomeou de “enquadramento da memória”.

A memória não é só aquela que está nas pessoas. Como forma de se preservar a memória, criam-se suportes para ela, que podem ser tanto as instituições, nomeadas por Nora (1993) de “lugares de memória”, que compreende os arquivos, bibliotecas e museus, quanto os documentos (memória documental) preservados nesses lugares e que representam os registros da memória coletiva. No conceito deste autor, esses lugares expressam o desejo de um determinado grupo se auto reconhecer e até mesmo diferenciar-se dos demais.

(...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituirlos. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993, p. 13).

Observa-se a ênfase na importância dos “lugares de memória” na perspectiva de não se perder aquilo que a memória natural não dá mais conta em guardar. Portanto, esses lugares possibilitam a existência de um sentimento de identidade e de pertencimento. Por outro lado, nota-se uma crítica quanto à necessidade de criação desses lugares que surgem quando não há mais meios de “memória espontânea”, que preponderava nas sociedades ditas primitivas.

Outra categoria trabalhada por Nora (1993) é identidade. Ele a coloca em discussão em relação à ameaça de sua perda. Para ele, identidade está associada à existência coletiva, ou seja, à identificação do grupo em diversos momentos históricos. A memória, seja do indivíduo ou do grupo, estaria, por conseguinte, na base da formulação da identidade.

Já dissemos que preservar a memória é a necessidade que um determinado grupo tem em reconstruir as experiências passadas e transmiti-las para as gerações seguintes. Porém, é preciso que haja uma “vontade de memória” e um “lugar de memória” para que ela se concretize. Para que a identidade de um grupo seja consolidada, deve existir uma articulação entre esses dois fatores, pois se não há uma intenção memorialista em sua origem, não é um lugar de memória, mas um lugar de História (NORA, 1993).

Como complemento, Barreto (2007, p. 163) afirma que o processo de construção da memória é “dinâmico e interativo”. Por isso, não deve ser tratado exclusivamente como um

“mecanismo de recepção e armazenamento de experiências”, uma vez que, “memória, enquanto acervo de lembranças, não é um mero produto resultante do acúmulo de vivências, mas um processo que se faz no presente para atender às necessidades do presente”.

Ao avaliar a problemática dos lugares de memória, Nora diz que

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi (...)” (NORA, 1993, p. 15).

Desse modo, a busca por soluções para os problemas acumulados quanto à preservação da memória e do patrimônio documental pode trazer várias consequências, como por exemplo, o risco do excesso de memórias, do excesso de patrimonialização.

Se antes a memória era um tema estudado, sobretudo, pela História e pela Sociologia, nos dias atuais, o assunto retornou ao ambiente acadêmico não só nas disciplinas das Ciências Humanas, mas em diversas áreas do conhecimento ²⁰. Isso, sem dúvida, é decorrente de fenômenos e inovações que repercutem na sociedade contemporânea, a exemplo da globalização, do desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's) e da importância da informação em quase todos os campos da ação e das relações humanas. Essas questões fazem com que o homem procure compreender o seu tempo e o seu passado, questionando a sua identidade tanto do ponto de vista coletivo e social, quanto nacional e até mesmo institucional.

Como um dos objetivos específicos deste estudo é conhecer como a CI aborda a memória e, mais especificamente, o patrimônio documental – necessário para a representação da história e da memória das instituições, dos fatos e das pessoas que delas fazem parte – foi imprescindível conhecer como a questão do patrimônio é tratada pelos profissionais da informação – arquivistas, bibliotecários e museólogos – e se é um tema que se insere nos eventos da área e nos programas de graduação e pós-graduação.

Na tentativa de identificar a presença da temática da memória e do patrimônio na produção da CI, foi realizada uma pesquisa na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) ²¹.

²⁰ O tema memória vem sendo tratado por diversas áreas do conhecimento: Neurociência, Filosofia, Psicologia, Educação e História, dependendo do aspecto que se pretende estudar.

²¹ Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/index.php>>.

Desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento, o projeto de pesquisa *Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior* identificou os títulos de periódicos da área de Ciência da Informação e indexou seus artigos, resultando na base de dados referenciais. Atualmente, estão disponíveis 7.698 textos, com referências e resumos, publicados em 35 periódicos nacionais impressos e eletrônicos. Desses, 27 estão ativos e 8 descontinuados. Por ser uma ferramenta dinâmica e de interface simples, esta base referencial permite aos usuários, alunos, professores e pesquisadores da área conhecer o conjunto da produção editorial na CI, bem como recuperar os artigos indexados.

A busca teve início pelo descritor “memória”. Como o resultado apresentou um número muito grande (245 trabalhos recuperados) foi preciso selecionar os artigos que contemplassem o escopo da pesquisa, ou seja, a memória no âmbito da CI. Optou-se, então, por fazer uma nova busca, associando o termo “memória” à “Ciência da Informação” (74 trabalhos). A busca teve este resultado, porque recuperou todos os artigos com os termos “memória” e/ou “ciência” e/ou “informação”.

Posteriormente a busca foi feita pelos termos “preservação” (161 trabalhos) e “patrimônio” (63 trabalhos). Contudo, muitos trabalhos não diziam respeito a “patrimônio documental”. Vale lembrar que esse tipo de busca foi possível porque quando os termos pesquisados estavam no título, no resumo ou nas palavras-chave, o artigo era recuperado. Em outros casos, quando a busca também é feita em todo o texto, esse tipo de pesquisa pode apresentar um resultado muito superior. Após a leitura dos resumos dos artigos recuperados, selecionamos aqueles que julgamos mais relevantes tendo em vista o escopo deste estudo. Desse modo, por se tratar de uma análise qualitativa e, por isso, apresentar um aspecto subjetivo, ressalta-se que outras pesquisas podem obter resultados diferentes.

Para a seleção dos artigos, foram considerados dois requisitos: 1) os que tratassem da memória e/ou patrimônio documental e/ou preservação; 2) artigos que tratassem os termos pesquisados no âmbito da CI.

No total foram selecionados quinze artigos, sendo três disponibilizados pela revista DataGramZero e dois na Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina. Os demais artigos foram disponibilizados em outros dez periódicos, ou seja, um artigo em cada periódico, dentre eles *Perspectivas em Ciência da Informação* e *Ciência da Informação*, ambos classificados como Qualis A2. Vale lembrar que alguns artigos aparecem no resultado das buscas tanto pelo termo “memória” quanto pelo termo “patrimônio”, mostrando, assim, a

relação entre ambos os termos.

Mesmo não sendo assuntos centrais na produção da Ciência da Informação, recentemente tem-se observado um crescimento dos temas *Memória* e *Patrimônio* nas discussões do campo. Como exemplos, podemos citar: o Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), principalmente a linha de pesquisa Memória e Patrimônio; o Programa Museologia e Patrimônio, também da UNIRIO; o conjunto de *Debates sobre Museologia e Patrimônio*, em 2007, no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), organizado pelos pesquisadores da UNIRIO; e a inclusão de dois novos Grupos Temáticos (GT): o GT9: *Museu, Patrimônio e Informação*, em 2008, e do GT10: *Informação e Memória*, em 2010, no ENANCIB.

Entretanto, nos estudos preliminares realizados por Oliveira e Rodrigues (2009; 2011) sobre as teses e dissertações produzidas entre 1972 e 2005, nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência da Informação do Brasil, verificou-se que das 1.287 teses e dissertações defendidas, apenas 26 (2%) abordavam o tema da memória. No mesmo período, foram analisados 1.411 artigos publicados em sete periódicos vinculados a esses programas. Somente 62 (4,39%) referiam-se à temática.

Quanto à recorrência do tema nos ENANCIBs, aqueles estudos apontaram que mais de 43% das comunicações apresentadas não são produtos dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, isto é, os produtores pertencem a outras áreas do conhecimento.

Os resultados dos estudos levaram Oliveira e Rodrigues (2009; 2011) a concluir que, embora seja um assunto em voga, o tema memória foi pouco explorado pelos profissionais da informação. Esse fato, ainda conforme as autoras do estudo, pode ser observado nos números poucos expressivos de documentos produzidos sobre memória na CI. Elas destacam também que dos três aspectos identificados na literatura internacional, a saber: memória humana, memória artificial e memória social; o estudo constatou apenas um dos aspectos na apropriação do conceito pela CI no Brasil: o social ²².

²² Oliveira e Rodrigues (2011, p. 315) optaram por utilizar as abordagens identificadas nos estudos de Smit e Tálamo (2006), em que aplicam as noções de memória identificadas nas propostas de Paul Otlet e Vannevar Bush. Deste modo, os documentos analisados foram classificados nas seguintes categorias e critérios: **Categoria 1** - Memória humana: artigos que, ao abordar o tema memória, dirigem seu foco para a faculdade humana de conservar, recordar e transmitir informações, sentimentos e experiências, bem como sua relação com os processos cognitivos; **Categoria 2** - Memória artificial: artigos que têm como foco a memória exteriorizada como extensão da memória humana, uma memória adicional possibilitada por recursos tecnológicos, ou um procedimento técnico que permite sua fixação e facilita sua recuperação, seja uma técnica mnemônica, um registro escrito ou um disco rígido; **Categoria 3** - Memória social: artigos cujo foco recai sobre os registros da informação como memória socialmente construída, representada e compartilhada por um grupo, estejam eles institucionalizados (compondo os acervos de arquivos, bibliotecas e museus) ou não.

Em pesquisa realizada por Souza e Crippa (2010) com o objetivo de identificar como o tema *patrimônio cultural* está inserido na Ciência da Informação (CI), os autores citados assinalam que das dezesseis revistas *on-line* disponibilizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), algumas apresentam uma clara relação com a Comunicação, Informática, Sociologia, mostrando diferentes enfoques sobre o tema. Os autores concluíram que, apesar de terem encontrado pesquisas relacionadas ao patrimônio cultural na CI, a produção da área sobre esse tema ainda é pequena, se comparada, por exemplo, com outras linhas de pesquisa como “organização” e “recuperação da informação”. Todavia, acrescentam que não basta que haja publicações sobre o tema: as pesquisas devem contribuir para o reconhecimento e desenvolvimento do campo.

Apesar de considerar a importância dos Centros de Memória para a preservação do patrimônio documental das Universidades, nota-se que a CI restringe seus estudos à organização da informação científica registrada, publicada nos canais formais da comunicação científica, e armazenada nas instituições-memória (arquivos, bibliotecas e museus). Entretanto, a importância da utilização de documentos acadêmicos como fontes de informação é alvo da atenção de Campello (2007, p. 40) que afirma que a “universidade, centros ou instituto de pesquisa (...) podem ser excelentes fontes de informação, pois produzem um grande volume de documentos técnicos em suas especialidades (...)”.

Os conceitos de memória e história apresentados e sua relação com a identidade da instituição nos levam a perceber a necessidade de preservação do patrimônio documental das universidades e a criação de novos *lugares de memória*. Acreditamos, ainda, ser fundamental a participação dos profissionais da informação nesse processo de (re) construção da memória institucional. Contudo, antes de falarmos das políticas e programas/projetos de preservação em instituições como a UNESCO e o CNPq, trataremos a seguir, do conceito de documento.

3.1 MONUMENTO, DOCUMENTO E INFORMAÇÃO

A preservação, organização e disponibilização do conhecimento cultural, científico e tecnológico nem sempre foi uma questão para as diferentes sociedades em diversos períodos históricos. Porém, a preocupação com o crescimento exponencial da informação e a produção de documentos pelo homem em todas as suas ações, foi alvo do discurso de Ortega y Gasset, por ocasião do 2º Congresso Mundial de Bibliotecas e Bibliografia, realizado em Madrid, em 1935. Naquele momento, polêmicas à parte, ele anunciou para os bibliotecários de todo

mundo uma missão: “cuidar do livro como missão viva: terá de exercer a polícia do livro e tornar-se domador do livro enfurecido” (ORTEGA Y GASSET, 2006, p. 39). Hoje, continua a ser missão, de todos os profissionais que têm a informação como ofício, lidar com a explosão da informação, que inclui os *documentos*.

Mas afinal, o que é documento? Para responder essa pergunta, foi necessário traçar um breve histórico da construção dos conceitos *documento*, *monumento* e *informação* e sua apropriação por alguns estudiosos, em paralelo ao surgimento e consolidação das Ciências da Informação – Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação – e da própria Ciência da Informação. Além disso, o fato de identificar a relação indissociável entre os conceitos de documento, informação, patrimônio documental, memória e centro de documentação e memória, fez-se necessário trabalhar as definições desses conceitos. Para tanto, o texto tomado por base foi *Documento/Monumento*, de Le Goff (2003). As definições de informação foram trabalhadas tendo em vista o escopo da CI.

O termo *documento* difunde-se no século XVII na linguagem jurídica francesa, mas somente no início do século XIX assume o sentido de “testemunho histórico”. Apesar do uso da palavra documento, o termo monumento continua a ser utilizado durante o século XIX para designar “as grandes coleções de documentos” (LE GOFF, 2003, p. 528).

A referência a Paul Otlet e à sua obra *Tratado da Documentação*²³, publicada em 1934 é fundamental, uma vez que ele amplia o conceito de documento, levando em conta os que não eram considerados parte constante dos acervos biblioteconômicos: artigos e relatórios científicos e técnicos, cartões-postais, fotografias, além de objetos naturais, artefatos, achados arqueológicos, jogos educativos, obras de arte, dentre outros. Assim, na concepção de Otlet, documento seria qualquer objeto (material) informativo.

Posteriormente, Samaran (1961, p. XII apud LE GOFF, 2003, p. 531) expande o conceito de documento, que ganha outros contornos porque “há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”²⁴. Sendo assim, documento seria muito mais do que um registro escrito, devendo ser considerados também os documentos audiovisuais.

Para Le Goff (2003, p. 531) o [...] “alargamento do conteúdo do termo *documento* foi apenas uma etapa para a explosão do documento, que se produziu a partir dos anos 1960 e levou a uma verdadeira revolução documental”. Além disso, este autor estabelece a

²³ OTLET, Paul. **Traité de documentation**. Le livre sur le livre. Théorie et pratique. Bruxelles, Editions Mundaneum, Palais Mondial, 1934.

²⁴ SAMARAN, C. (Org.). **L’histoire et ses methods**, XI. Paris: Gallimard, 1961, Encyclopédie de la Pléiade.

diferenciação entre *monumentos* (herança do passado) e *documentos* (escolha do historiador). Segundo ele, o monumento é “um sinal do passado (...) tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”.

Corroborando as ideias de Paul Zumthor²⁵, Le Goff considera que “o que transforma o documento em monumento [é] a sua utilização pelo poder”, descartando a possibilidade de uma objetividade do documento, pois

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 535-536).

Pioneiros de uma Nova História²⁶, os fundadores da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* buscaram, do mesmo modo, ampliar o conceito de documento, passando a utilizar outras fontes documentais como depoimentos orais, obras de arte, monumentos etc. Entre os historiadores dessa corrente estavam Jacques Le Goff, Pierre Nora e Georges Duby.

Com o aumento de publicações científicas e tecnológicas, no século XIX, fez-se imperativo a criação de novas técnicas de gerenciamento (coleta, preservação, seleção, organização, representação e divulgação) daquelas publicações. A *Bibliografia*²⁷, então, era a responsável por fazer esse gerenciamento.

No início do século XX, gradualmente, o termo *Bibliografia* foi sendo substituído por *Documentação*²⁸ (utilizado pela primeira vez em 1903), pois a primeira limitava-se a organização somente do conhecimento registrado (livro), enquanto que a segunda abrangia – além da Bibliografia – as técnicas de reprodução (através da microfilmagem), registro e arquivamento de documentos nos serviços de informação.

Paul Otlet tinha a pretensão de moldar o controle universal da produção intelectual humana. Foi essa a motivação para criar, em 1905, um sistema de classificação do

²⁵ ZUMTHOR, P. Document et monument. A propos des plus anciens textes de langue française. **Revue des Sciences Humaines**, fac. 97, 1960. p. 5-19.

²⁶ Em 1929, foi organizada a revista *Annales*, tendo como fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre, resultando na Escola dos *Annales*. Nesse contexto, surge a “Nova História” que “tinha como principal motivação derrubar as barreiras estritamente disciplinares. Assim, busca-se a pesquisa das diferenças mais do que a das semelhanças, e o modelo universal dá lugar ao estudo das singularidades das culturas, agora vistas e aceitas como plurais” (THIESEN, 1995, p. 46).

²⁷ Considerado o primeiro registro da disciplina que estuda as ciências da informação. O termo *bibliografia* foi utilizado pela primeira vez em 1802 (ÁLVARES; ARAÚJO JÚNIOR, 2010, p. 196).

²⁸ “Entre 1905 e 1917, Otlet foi abandonando o termo Bibliografia em suas publicações, com o provilégio de Documentação e Informação, ainda que muitas vezes empregue uma pela outra” (ORTEGA, 2009, p. 62).

conhecimento – a Classificação Decimal Universal (CDU) – baseado na *Classificação Decimal de Dewey* (CDD)²⁹, de 1876.

A proliferação dos periódicos que provocou uma crise na bibliografia inspirou Otlet que, em parceria com Henri La Fontaine, fundou, em 1892, o Escritório Internacional de Bibliografia, que, a partir de 1895, passou a se chamar Instituto Internacional de Bibliografia (IIB). Em 1931, o IIB passou a denominar-se Instituto Internacional de Documentação (IID) e, finalmente, em 1938, Federação Internacional de Documentação (FID).

A preocupação de Otlet em organizar e disponibilizar o patrimônio documental fez com que ele criasse, em 1910, o *Mundaneum*, que chegou a contabilizar 70.000.000 de entradas. Otlet acreditava que se o conhecimento registrado estivesse organizado e disponível, e uma vez recuperada a informação, ela seria “capaz de operar comunicação intelectual, mudança social e paz mundial (...)”. Numa perspectiva inovadora, Otlet e La Fontaine passaram a se dedicar ao conteúdo dos documentos, na informação em si, em que esta “começa a se constituir como campo de atividade científica” (FREIRE, 2006, p. 10).

A partir da segunda metade da década de 1950, uma nova terminologia é empregada para designar o conjunto de técnicas de gerenciamento da informação. Considera-se que o evento que marcou a utilização do termo *Ciência da Informação* foi a *International Conference on Scientific Information*, em 1958, ano em que houve o registro do termo *Ciência da Informação* no dicionário Oxford English Dictionary (OED) em referência ao artigo de Saul Gorn. Porém, somente em 1962, ocorre o primeiro registro oficial da denominação *Ciência da Informação*, na Reunião do *Georgia Institute of Technology*.

Para Freire (2006, p. 9), a utopia de Otlet e La Fontaine na organização mundial da informação pode ser vista como o início da CI (visão europeia). Autores dessa corrente acreditam que ela tenha sua origem na Bibliografia e, posteriormente, na Documentação. Para outros autores (corrente anglo-saxônica), a CI surge na década de 1960, nos Estados Unidos.

Para Le Coadic (2004, p. 115), a CI tem sua origem em 1968, com o nascimento da primeira Sociedade Científica dos Estados Unidos, a *American Society for Information Science* (ASIS). O autor citado, assim como Borko, em 1968, destaca a interdisciplinaridade da CI, que envolveria as ciências matemáticas, físicas, sociais e humanas. Para ele, a CI é uma ciência social rigorosa e que “tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), e a análise de seus processos de construção, comunicação e uso”

²⁹ Os sistemas decimais de classificação são muito conhecidos e utilizados no Brasil, chamadas também de Linguagens Documentárias. Orientam tanto a disposição de livros e documentos nas bibliotecas, como as formas de entrada (por assunto) nos catálogos disponíveis aos usuários (TÁLAMO et al., 1994, p. 18). Sobre outros esquemas de classificação ver também Álvares; Araújo Júnior, 2010, p. 198.

(LE COADIC, 2004, p. 25).

No entanto, independentemente das diversas correntes de pensamento, pode-se afirmar que a CI teve sua origem pós II Guerra Mundial ³⁰, resultado da revolução científica e técnica neste período. Assim, o surgimento e uso das novas tecnologias na recuperação da informação, aliada à necessidade de um campo que tratasse das questões relacionadas à organização, indexação, catalogação e disponibilização da informação possibilitou o desenvolvimento da CI.

No artigo *Information Science - What is it?*, publicado em 1968, Borko apresenta a definição do conceito de CI ³¹ e a organização dos limites da área: ciência interdisciplinar derivada da Matemática, Lógica, Linguística, Psicologia, Ciência Computacional, Pesquisa Operacional, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração e áreas afins. O diálogo com outros campos disciplinares é algo que parece estar ligado à complexidade de seu objeto de estudo: a informação, pois ela está presente em toda atividade humana e é um fenômeno investigado por diversas áreas do conhecimento.

Então, pode-se inferir que o desenvolvimento da CI foi possível graças ao arcabouço teórico da Documentação, aliado aos sistemas informatizados de Recuperação da Informação. Porém, muito antes do surgimento da CI, os arquivos e as bibliotecas já se preocupavam com a preservação e organização dos documentos, desenvolvendo técnicas e serviços que facilitassem a recuperação e uso da informação, como os catálogos, guias, repertórios e resumos.

Vale destacar que, a partir da década de 1960 houve uma revolução documental/informacional. De forma semelhante, nas últimas décadas presenciamos uma nova revolução: a revolução tecnológica pautada nas *Novas Tecnologias de Informação e Comunicação* (NTIC's), com o predomínio da informatização dos objetos – tecnologia pós-

³⁰ A II Guerra Mundial marca o início de uma revolução científica e tecnológica. Para dar conta dessa revolução os chamados países aliados (EUA, URSS e Grã-Bretanha), “empregaram um grande número de pessoas que passaram a trabalhar em processos de coleta, seleção, processamento e disseminação de informações que fossem relevantes para o esforço de ganhar a guerra” (FREIRE, 2006, p. 10).

³¹ “Ciência da informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a otimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui a investigação, as representações da informação tanto no sistema natural, como no artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares. Tem tanto uma componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos. [...] a biblioteconomia e a documentação são aspectos aplicados da Ciência da Informação” (BORKO, 1968, p.4 apud ÁLVARES; ARAÚJO JÚNIOR, 2010, p. 201).

moderna. Não obstante, o termo *tecnologia* também é empregado para se referir a outras formas de fixação material, a exemplo das pinturas rupestres, papiros e pergaminhos utilizados pelas sociedades “primitivas”, assim como as técnicas desenvolvidas na modernidade - tecnologia moderna -, como o registro em livros, fotos, jornais, revistas, discos, vídeos e outros suportes magnéticos.

A explosão bibliográfica e o aumento exponencial da produção de informação, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, fez surgir novas relações, novos modos de construção do conhecimento e a emergência de diferentes modos de pensar, ordenar, avaliar e viver. Nesse novo modelo de organização das sociedades, pode-se destacar um dos fenômenos que propiciou esta mudança: a importância da informação em quase todos os campos da ação e das relações humanas. Desse modo, “(...) a informação, entendida de forma ampla, se constitui, na sociedade moderna, num objeto de primeira necessidade, capaz de mudar nosso rumo pessoal e de modificar a vida em sociedade” (TÁLAMO, *et al.*, 1994, p. 15).

Ressalta-se que se até fins do século XIX o importante era o suporte, o objeto material. Após o surgimento da CI, com a informação cada dia mais presente nas ações cotidianas, a apropriação da informação e do conhecimento transformou-os em “forças produtivas”.

Nesse contexto, de acordo com Tálamo *et al.* (1994, p. 15), “a informação é utilizada para atualizar conhecimentos, para permitir o avanço nas diversas áreas de conhecimento, para divulgar novas ideias, para promover, enfim, a comunicação entre os homens”. A informação sempre foi necessária para o desenvolvimento da sociedade. Porém, na sociedade contemporânea a informação ganhou novos contornos e abordagens e instaurou-se um novo paradigma. Então,

Se num primeiro momento a ênfase era no armazenamento da informação e sua disseminação para grupos específicos, como, por exemplo, os cientistas, hoje, o desafio passa a ser a distribuição de informações que seriam, ou não, úteis para a sociedade em geral (FREIRE, 2006, p. 13).

Em uma interpretação livre, pode-se dizer que os serviços de informação deixam de particularizar as necessidades de alguns grupos, para atender às demandas com origem nos diversos segmentos sociais.

De forma similar à informação, gradativamente, presenciamos um alargamento do conceito de documento. Em mais uma mudança paradigmática, característica do século XXI, observa-se que “(...) não é a forma, muito menos o conteúdo que pode definir o que é um documento, mas o seu uso” (DODEBEI, 2011, p. [7]). No artigo *Cultura Digital: novo*

sentido e significado de documento para a memória social?, a autora citada divide os documentos em tangíveis e não tangíveis. Para ela, a materialidade do documento está não somente na sua visibilidade, mas, sobretudo, na ação de registrá-lo em um suporte material.

Ora, se considerarmos um objeto, a que foi atribuído um valor cultural, como um documento e, por conseguinte, um patrimônio (bem cultural), o mesmo objeto pode ser classificado tanto como um documento material (tangível), quando registrado em um suporte, quanto na qualidade de documento imaterial (intangível) que, apesar de não ser registrado em suportes materiais, é resultado de uma ação cultural, em que são atribuídos determinados significados. No entanto, Dodebei (2011, p. [5]) afirma que não existe objeto que nasce como documento ou patrimônio. Alguns objetos produzidos pela sociedade vão sofrendo mudanças em relação à memória social. Essa mudança se dá através da atribuição de valores documentais e patrimoniais ao objeto. Esse valor atribuído não é definitivo, mas temporário e circunstancial e depende, principalmente, da relação do sujeito que vai atribuir o valor e das condições espaço-temporal. Portanto, pode-se afirmar que nem todos os objetos devem ser protegidos contra a perda, senão aqueles a quem foram atribuídos tais valores.

Por esse motivo, a autora citada acredita que as definições de documento formuladas por diversas áreas do conhecimento não se adequam à preservação da memória social, pois a restrição não se refere apenas à sua forma e potencial informativo, mas considera também a intencionalidade, o sentido e o significado da preservação. Para ela, documento deve ser entendido como um “constructo” e reunir três proposições: unicidade, virtualidade e significação.

Normalmente associa-se o termo documento a um registro textual. No entanto, se para a CI qualquer fonte de informação é um documento, pode-se incluir nessa categoria as imagens, os objetos, os eventos e os processos ³².

Como vimos, o conceito de documento sofreu grandes alterações, passando a ser considerado outros suportes. Porém, quando tratamos de preservação de patrimônio documental devemos considerar também o valor atribuído a ele. Outro aspecto a ser observado, e que é tratado no item a seguir, é quanto ao acesso aos documentos preservados, pois de nada adianta preservar se não houver um propósito, que nesse caso seria o de promover o acesso a esses documentos.

³² Os dois últimos (eventos e processos) não estão incluídos na definição de Otlet, que, apesar da ampliação do conceito, só considera os documentos em sua forma material.

3.2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO - UNESCO

Após as definições sobre o conceito “universal” de documento, dois aspectos merecem destaque: a noção de documento como patrimônio cultural e a importância do acesso à informação.

Conforme anotado no item 2.1, a Constituição Federal Brasileira, Artigo 216, inciso IV, elevou os documentos à categoria de patrimônio cultural. O patrimônio documental - se visto como patrimônio cultural - é muito mais do que um objeto com “valor de prova” e “valor informativo” (JARDIM, 1995, p. 6). De tal modo que, o patrimônio documental constitui a memória coletiva, pois representa os elementos da cultura de uma sociedade.

De acordo com Edmondson (2002, p. 62), “Patrimônio documental, compreende peças que se podem mover, preservar e deslocar e que se têm conservado graças a um processo de documentação intencional”³³.

Em relação ao acesso à informação, direito fundamental previsto na Constituição e um dos pilares do regime democrático, em acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, e com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, de 1966, o que vale dizer que todo indivíduo tem direito a uma identidade e, por conseguinte, direito a ter acesso a seu patrimônio documental, o que compreende saber que este existe e onde se encontra, tornando-se necessária a preservação da informação em condições de ser recuperada e acessada.

Ao Ministério Público (MP), cabe o dever de zelar para que os órgãos públicos responsáveis pela gestão e proteção dos documentos de arquivos cumpram a legislação federal e estadual sobre arquivos e documentos públicos (ou de caráter público) tendo em vista o apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico, assim como valor de prova e informação (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO; MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO, 2011).

Em 1991, a Lei nº 8.159 criou o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que começou a funcionar em dezembro de 1994 e é o órgão responsável por formular a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e de exercer orientação normativa, visando à gestão de documentos e à proteção especial aos documentos de arquivo. A partir de medidas

³³ Ainda de acordo com as definições de Edmondson (2002), em relação ao Patrimônio Documental, temos: **Patrimônio ameaçado ou em perigo:** que, por razões físicas ou políticas, corre perigo de deterioro e que requer medidas urgentes e/ou confidenciais para evitar seu desaparecimento; **Patrimônio desaparecido:** cuja atual localização se desconhece, mas cuja perda não se pode confirmar nem certificar-se de modo fidedigno e; **Patrimônio perdido:** cujo desaparecimento foi confirmado.

preventivas como a digitalização, apresenta referências para preservação, armazenamento e publicização de documentos. Porém, diante da proliferação de documentos, que já nascem digitais, os debates atuais têm se voltado para a preservação do patrimônio digital.

Em 2003, a UNESCO lançou a Carta para a Preservação do Patrimônio Digital, iniciativa pioneira relacionada ao tema. No documento, que registra preocupação da UNESCO com a preservação dos documentos digitais, há um trecho que merece destaque:

(...) a menos que as pessoas com poder decisório demonstrem uma forte vontade política e tomem medidas urgentes, haverá um grande risco de que toda nossa sociedade da informação possa explodir sem deixar nada além do que a “bolha da internet”. Nossas sociedades da informação iriam ser reduzidas a sociedades obcecadas pelo presente, com uma insignificante memória de trabalho [...] de costas viradas para as próximas gerações, quebrando a cadeia da transmissão (UNESCO, 2003) ³⁴.

Em 2004 foi tornada pública a Carta de Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital do CONARQ que tem por base a carta da UNESCO e, como objetivo, “conscientizar e ampliar a discussão sobre a instabilidade do legado digital, que se encontra em perigo de perda e de falta de confiabilidade”, além de manifestar “a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações, que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais” (CONARQ, 2004) ³⁵.

A preocupação com o péssimo estado de conservação do patrimônio documental de diversas partes do mundo e até mesmo o desaparecimento para sempre de muitos documentos – além da dificuldade de acesso a eles – levou a UNESCO a criar, em 1992, o *Programa Memória do Mundo*, considerando a importância da preservação do patrimônio documental para o desenvolvimento das nações.

A UNESCO, juntamente com a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) e com o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), realizou um levantamento dos arquivos e bibliotecas que haviam sofrido danos irreparáveis ou que estavam em perigo. O documento *Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental* - elaborado por Juan Lyall, em 1995 e atualizado por Edmondson, em 2002 – serviu de base para o desenvolvimento do Programa.

³⁴ UNESCO. Unesco's basic texts on the information Society. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.phpURL_ID=12845&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>.

³⁵ Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_doc_ele/preservacao/cartapreservacao.asp>. Acesso em: 21 maio 2012.

Para fundamentar esta parte da pesquisa, analisou-se as Diretrizes publicadas por Edmondson ³⁶, na tentativa de conhecer quais os critérios utilizados na preservação do patrimônio documental, seja no âmbito nacional ou internacional.

Sob a coordenação da UNESCO, o Programa mantém em sua estrutura o Comitê Consultivo Internacional (CCI), reunido pela primeira vez em 1993, na Polônia, e seus órgãos subsidiários – Diretoria; Subcomitês Técnico, de Marketing, de Registro e Secretaria (assumida pela Divisão da Sociedade da Informação da UNESCO) –, além dos Comitês Nacionais e Regionais.

Para os propósitos do Programa Memória do Mundo, a definição de patrimônio documental compreende elementos que são: “movíveis ³⁷ feitos de símbolos/códigos, sons e/ou imagens; preserváveis; reproduzíveis e transladáveis e, fruto de um processo de documentação deliberado” ³⁸.

A Memória do Mundo é, segundo as Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental, a memória coletiva e documentada (patrimônio documental), em que é traçada a “(...) evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura” ³⁹. O patrimônio documental representa a maior parte do patrimônio cultural mundial e é relacionado a outras facetas do patrimônio material e imaterial. Entretanto, o patrimônio documental de diversos povos encontra-se em perigo; muitos por desaparecimento ou perda. Pode-se atribuir esses fenômenos a desastres naturais (inundações ou incêndios) ou desastres humanos (pilhagem, acidentes ou guerras), além da deterioração gradual, resultante da falta de conhecimento e/ou recursos ou ainda do descuido com o armazenamento e preservação dos documentos. Na estimativa de Edmondson (2002), algo em torno de 70% a 80% do patrimônio cultural da Europa Oriental e Central está inacessível e/ou necessitando urgentemente de ações de preservação ⁴⁰. Para atender seus objetivos, as Diretrizes apontam que o Programa segue cinco estratégias: Identificação do patrimônio documental; Sensibilização; Preservação; Acesso; e Estruturas, estatuto e relações ⁴¹.

Diante desse quadro, o Programa Memória do Mundo assenta-se em três objetivos principais: preservar o patrimônio documental utilizando-se de técnicas adequadas; facilitar o

³⁶ EDMONDSON, Ray. **Memória do Mundo: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental**. UNESCO, 2002.

³⁷ Entretanto, alguns documentos, como, por exemplo, as pinturas rupestres e outras inscrições não são movíveis.

³⁸ Ibid, p. 11.

³⁹ Ibid, p. 5.

⁴⁰ Ibid, p. 5.

⁴¹ Ibid, p. 13-14.

acesso universal ao acervo documental, respeitando, porém, as restrições culturais e as especificidades de controle de direitos autorais; e criar maior consciência em todo o mundo da existência e da importância desse patrimônio.

De forma pontual, a expectativa desta iniciativa é que o patrimônio documental mundial deve pertencer a todos, ser plenamente preservado e protegido para todos e, respeitando os hábitos e práticas culturais, deve ser acessível para todos de maneira permanente e sem obstáculos. Sua missão é “aumentar a consciência e a proteção do patrimônio documental mundial e conseguir sua acessibilidade universal e permanente”⁴². Considerando que um documento agrega dois componentes: o suporte e o conteúdo (informativo, independente do suporte ou formato), as Diretrizes do Programa apresentam alguns exemplos da variedade de tipos e suportes de documentos⁴³: *Itens textuais*: manuscritos, livros, jornais, cartazes etc. O conteúdo textual pode ter sido inscrito a tinta, lápis, pintura ou outro meio. O suporte pode ser de papel, plástico, papiro, pergaminho, folhas de palmeira, cortiça, pano, pedra etc. *Itens não textuais*: desenhos, gravuras, mapas ou partituras. *Itens audiovisuais*: filmes, discos, fitas e fotografias, gravados de forma analógica ou digital, por meios mecânicos, eletrônicos, e *Documentos virtuais*: sítios de Internet (armazenados em servidores) cujo conteúdo são os dados eletrônicos e o suporte pode ser um disco rígido ou uma fita.

Pela variedade de documentos que o *Memória do Mundo* abrange, uma de suas características é a diversidade de critérios com relação ao envolvimento de profissionais: arquivistas, bibliotecários, museólogos e demais especialistas. Além disso, o Programa estabelece um diálogo com outros programas, recomendações e convenções da UNESCO⁴⁴, e assim, possibilita a colaboração em outros projetos, como a *Lista do Patrimônio Mundial*, que integra lugares que podem abarcar elementos do patrimônio documental.

Criado pelas Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental, de 1995, o *Registro da Memória do Mundo*⁴⁵ é o aspecto mais visível do Programa Memória do Mundo para o público. Altamente seletivo, mas acessível universalmente, foca sua atenção não só nos itens que figuram na lista, como também no conjunto do patrimônio documental.

Em 2 de setembro de 2004, o Ministério de Estado da Cultura, através da Portaria nº 259, criou o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. A

⁴² Ibid, p. 9.

⁴³ Ibid, p. 11.

⁴⁴ A lista de seleção desses programas, recomendações e convenções pode ser consultada em Edmondson (2002, p. 9).

⁴⁵ Disponível em: <www.unesco.org/webworld/mdm>.

Portaria nº 61, de 31 de outubro de 2007 aprovou o regulamento do comitê, que tem por objetivo

(...) assegurar a preservação de documentos e conjuntos documentais de importância mundial, de natureza arquivística ou bibliográfica, por meio de seu registro na lista do patrimônio documental da humanidade, democratizar o acesso a esses documentos e conscientizar sobre a sua importância (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007).

O Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo ⁴⁶ deve ter entre cinco e dez membros, com representação em todas as regiões e interesses culturais. Entre as exigências consta que não poderá haver mais de um membro de qualquer organização ou organismo importante. O Presidente da Comissão ou seu representante nomeará os membros a título pessoal, sendo eleitos em função de sua competência na matéria ou de sua capacidade de contribuir com os objetivos do Programa. O Comitê deve ser composto por um membro do Comitê Consultivo Internacional do Programa Memória do Mundo, profissionais de arquivos, bibliotecas e museus, um especialista em conservação/preservação, dentre outros.

O Brasil está representado pelo IPHAN que, além de suas atribuições, integra o Comitê da UNESCO, juntamente com outras instituições: Arquivo Nacional, Conselho Nacional de Arquivos, Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, Arquivos eclesiásticos, Arquivos militares, dentre outros, além de dois membros convidados, pertencentes a associações de ensino e pesquisa, especialistas na área de preservação do Patrimônio Documental Brasileiro.

Desde a instalação oficial do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, em 2007, cinco editais de nomeação ao Registro Memória do Mundo do Brasil foram lançados, resultando em quarenta e cinco acervos documentais nomeados.

Para que um patrimônio documental tenha a sua inscrição em um Registro da Memória do Mundo ⁴⁷, deve-se avaliar a sua importância para a humanidade, devendo ser autêntico, único e insubstituível. Deve-se considerar, ainda, cumprir um ou mais dos seguintes critérios: tempo, lugar, pessoas, assunto e tema, e forma e estilo.

Finalmente, deverão ser levados em conta também os seguintes aspectos: *raridade* (se

⁴⁶ Até 2002, já haviam sido criados em torno de 45 comitês nacionais da Memória do Mundo (EDMONDSON, 2002).

⁴⁷ Existem três tipos de registros: internacionais (lista todo o patrimônio documental que cumpra os critérios de seleção, cuja inscrição foi aprovada pelo Comitê Consultivo Internacional - CCI e ratificada pelo Diretor Geral da UNESCO); regionais (abrangerão o patrimônio documental cuja inscrição foi aprovada pelos comitês regionais do Memória do Mundo correspondentes) e; nacionais (compreendem o patrimônio documental da nação cuja inscrição foi aprovada pelo comitê nacional do Memória do Mundo ou, em sua ausência, pela Comissão Nacional da UNESCO correspondente). Contudo, um dado item pode aparecer em mais de um registro (EDMONDSON, 2002).

é um exemplar raro sobrevivente de sua categoria ou sua época), *integridade* (se está conservado completa ou parcialmente e se foi alterado ou danificado), *ameaça* (se está em risco e, caso esteja seguro, se é necessário se velar para que assim permaneça) e *plano de gestão* (se existe um plano adequado à importância documental, com estratégias adequadas para preservá-lo e proporcionar acesso a ele).

A análise das orientações constantes nas Diretrizes propostas pelo Programa Memória do Mundo torna evidente que há um avanço no sentido de preservar o patrimônio documental a nível internacional. Contudo, quando se trata de políticas de preservação no Brasil, ainda há muito que fazer. Essa situação pode ter sua raiz na forma de como o País olha para o patrimônio: tradicionalmente, o Brasil não tem uma cultura preservacionista. Percebe-se um fascínio pelo novo, embora apresente nitidamente traços de um ideal político; a própria trajetória da institucionalização das políticas de patrimônio no País pode ser vista como uma possibilidade de mudança naquele momento, em que se fazia necessário um rompimento com o “velho”. Observa-se que, ainda hoje, as políticas de preservação do patrimônio continuam privilegiando um patrimônio de pedra e cal: o próprio IPHAN ainda trata o seu patrimônio dessa forma.

Em estudo realizado no Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre o patrimônio documental da SPHAN/Pró-Memória – extinta em 1990 –, a consultora da UNESCO no IPHAN, Peregrino, concluiu que

(...) as condições de preservação do nosso patrimônio documental e as dificuldades no que diz respeito ao acesso às fontes primárias de órgãos de cultura (...) indicam que, no vasto leque do patrimônio cultural nacional, a preservação documental tem sido postergada (PEREGRINO, 2012, p. 99).

Lamentavelmente, grande parte das instituições-memórias é obrigada a operar com os recursos disponíveis, mas não em condições ideais. Desse modo, “o que acontece na maioria das nossas instituições que possuem documentos de memória, sejam elas públicas ou privadas, é que só em situações extremas, quase de catástrofe, se começa a pensar em um trabalho de preservação dos documentos” (BERTOLETTI, 2002, p. 12).

A preocupação com o estado em que se encontra grande parte do patrimônio documental das instituições de ensino e pesquisa exige que órgãos governamentais tenham uma outra postura em relação a esse patrimônio. É necessário criar políticas públicas que atendam essa demanda, caso contrário, corre-se o risco de muitos documentos de importância histórica para o país serem perdidos.

3.3 POLÍTICAS NACIONAIS DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL (POLÍTICA NACIONAL DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CNPq)

O conceito de políticas públicas pode ser entendido como um conjunto de ações do Estado, isto é, o papel do Estado frente às demandas da sociedade e sua interação com ela.

Segundo Jardim (2009, p. 9), as Políticas Públicas de Informação

(...) constituem o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação de natureza pública e privada.

Historicamente, as Políticas Públicas de Informação emergiram na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, o Estado assumiu o papel de “gerenciador, planejador e financiador das atividades de ciência e tecnologia”, através da elaboração de políticas em C&T. Nesse processo, de acordo com Rodrigues (1988, p. 24-25), a Informação em Ciência e Tecnologia (ICT) exerceu um papel relevante.

No Brasil, na década de 1920, a ciência institucionalizou-se e sua consolidação deu-se a partir da década de 1950, com o surgimento de instituições de apoio à pesquisa, dentre elas, a Sociedade Brasileira de Progresso à Ciência (SBPC), em 1948; a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), em 1951, atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que, em 1951, foi transformado em fundação pelo II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) - (1975/1979), permanecendo com a mesma sigla, porém, com o nome de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Em 1954, foi fundado o primeiro centro nacional de bibliografia do país, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Em 1976, o IBBD mudou de nome e passou a se chamar Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Desde então, integra a estrutura organizacional do CNPq, ficando responsável pela coordenação das atividades de informação científica e tecnológica, no Brasil ⁴⁸.

Em julho de 1969, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), tornando-se fonte principal para o desenvolvimento da pesquisa no país que, em 1972, passou a ser administrado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Com base nas prioridades dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, o FNDCT

⁴⁸ Cf. o sítio do IBICT. Disponível em: <<http://www.ibict.br/sobre-o-ibict/historico-1>>.

financiou vários programas de preservação da memória desenvolvidos em Universidades e instituições afins.

A institucionalização da Pós-graduação no Brasil deu-se em 1975, com a criação do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNG). No mesmo ano, foi criado o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT). O CNPq tem a tarefa de coordenar as atividades nesse setor, servindo de subsídios para a estruturação desse sistema.

O período que compreende o final da década de 1960 e início da década de 1970 é marcado pelo esforço do governo em relação à C&T. De acordo com Rodrigues (1988), a institucionalização de políticas científicas e tecnológicas no País inicia-se com os planos governamentais brasileiros (1968-1988)⁴⁹. Esse período foi marcado por um discurso desenvolvimentista, apoiado em um regime autoritário.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR) – 1986/1989 propõe a reedificação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT) e, em 15 de março de 1985, o Decreto nº 91.146 cria o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), composto pelo CNPq, pela FINEP e pela Secretaria Especial de Informática (SNI), que fica responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, propondo, ainda, que o Conselho Científico e Tecnológico (CCT) atuasse mais decisivamente na definição de políticas em ciência e tecnologia. Através do Decreto nº 93.944, de 16 de janeiro de 1987, o CCT é transformado em Conselho de Ciência e Tecnologia, mantendo a sigla. O I PND-NR tinha por objetivo a ampliação dos recursos, aumentando o número de institutos de pesquisas e cursos de pós-graduação, além do valor e número de bolsas de ensino e pesquisa. Essas medidas foram detalhadas no Novo Plano de Ciência e Tecnologia, elaborado pelo MCT. Desse modo, o Brasil estava no caminho para torna-se autônomo científica e tecnologicamente.

Conforme já mencionado, o desenvolvimento científico e tecnológico e a expansão do sistema capitalista possibilitaram grandes transformações na sociedade. As considerações feitas por Rodrigues (1988, p. 12) apontam que entre as transformações uma diz respeito à utilização da informação, que adquiriu nova relevância econômica e cultural. Se antes o crescimento de um país dependia do capital, a informação, gradativamente, transformou-se

⁴⁹ O trabalho de Rodrigues foi utilizado para conhecer esses planos governamentais e, principalmente, entender as políticas de informação em ciência e tecnologia. Ver: RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. **A Política Científica e Tecnológica no Brasil**: análise das áreas de Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais, 1988. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, CNPq, 1988.

em “força produtiva”; esta transformação contribuiu para a mudança da relação entre os países, tanto os desenvolvidos quanto os em desenvolvimento.

Buscando diminuir o desequilíbrio científico-informacional entre os países centrais e periféricos, a partir da década de 1960, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) empreendeu seus esforços no estabelecimento de um programa intergovernamental e cooperativo para melhorar o acesso e uso da informação nos países periféricos, lançando, em 1972, o *Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica* (UNISIST) que, em 1974, se desdobrou nos *Sistemas Nacionais de Informação* (NATIS). No entanto, as formulações daqueles programas não obtiveram um resultado satisfatório, principalmente nos países em desenvolvimento. Sendo assim, a partir da década de 1980, a UNESCO se voltou para as ações de incentivo às políticas nacionais de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; JARDIM, 2009).

Se antes as políticas públicas para a informação estavam voltadas para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, hoje, as discussões se voltam para a elaboração de políticas de acesso, incluindo o acesso digital, passo para que o Brasil se insira no contexto da *Sociedade da Informação*⁵⁰ que tem em seus pressupostos suprir as demandas por informação dos diversos estratos sociais que compõem as sociedades, além do acesso à informação para todos, nas mais variadas fontes e por meio de diversos canais. Por outro lado, o desenvolvimento de uma sociedade não depende apenas do volume de informação ou tecnologia disponível: a informação deve ser um elemento de inclusão social, possibilitando o desenvolvimento social.

Com base nas políticas de informação em C&T apontadas aqui, objetivou-se identificar os mecanismos de preservação e divulgação do patrimônio documental produzido nas Universidades. Para tanto, fez-se necessário identificar que tipo(s) de documento(s) pode(m) ser considerado(s) parte da memória científica.

A respeito da preservação da memória científica e dos documentos que a compõe, é fundamental estar alerta para o fato de que,

(...) Tais registros, ou traços, são constituídos de documentos de natureza diversa. São textuais, fotográficos, impressos ou virtuais. Mas podem ser, também, tridimensionais, como instrumentos científicos e tecnológicos, modelos e protótipos. E, ainda, amostras de seres vivos e espécimes animais etc. (SILVA, 2007, p. 22).

⁵⁰ Destaca-se o Livro Verde, publicado em 2000 (TAKAHASHI, 2000), resultado do *Programa Sociedade da Informação* (SocInfo), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

A autora da citação acima analisou a relação dos cientistas com os documentos produzidos nos laboratórios, com a intenção de buscar elementos para propor um programa de preservação de arquivos em C&T. Nas considerações sobre o trabalho realizado ela afirma que, por conta da uma enorme diversidade, não se sabe ao certo quais os documentos procedentes do meio científico devem ser preservados. No entanto, aponta alguns trabalhos que podem servir de referência para a preservação daqueles documentos ⁵¹.

Um dos maiores problemas na preservação da memória científica brasileira é a falta de políticas específicas para a preservação de objetos que têm uma relação de pertencimento com a memória científica e tecnológica. Para além, é necessário criar formas de divulgação desse patrimônio, pois ao torná-lo conhecido, aumenta-se a probabilidade de atribuir-lhe um valor, porque

A ausência de políticas, diretrizes ou programas governamentais para a preservação da memória científica e tecnológica brasileira permite que os registros oriundos da C&T tomem os destinos mais variados possíveis. E, ainda, possibilita perdas, desmembramentos, abandono e tráfico para o exterior. A memória da produção nacional em C&T se perde no Brasil. A importância de se conhecer o passado, as conquistas já realizadas, os fracassos, a história e os vultos de destaque nas diversas áreas científicas apenas recentemente têm sido valorizados no Brasil (SILVA, 2007, p. 30).

Como anteriormente discutido, a Constituição de 1988, no art. 216, prevê a salvaguarda do patrimônio em ciência e tecnologia, além de incluí-lo no domínio do patrimônio cultural. Todavia, por não existir um livro de tombo específico para os objetos de C&T, ao serem tombado pelo IPHAN esses objetos são classificados como *Histórico* ou *Natural*. Dificuldade maior é apresentada se quisermos registrar um patrimônio intangível em C&T, por exemplo, um evento científico.

A preocupação com o elevado risco de perda do patrimônio da C&T e a urgência em se preservar o que ainda resta desse patrimônio no Brasil estimularam algumas iniciativas como a proposta de uma *Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia* (CNPq, 2003), apresentada no *Relatório da Comissão Especial do Conselho Nacional de*

⁵¹ Silva (2007, p. 28) aponta que diversos guias e manuais foram elaborados na tentativa de conscientizar sobre a importância dos documentos produzidos pela C&T e orientar sobre quais devem ser preservados. A autora destaca os seguintes documentos: o folder do La Villette; os critérios de avaliação e seleção adotados pelo American Institute of Physics; o guia para doadores do National Cataloguing Unit for Archives of Contemporary Scientists (NCUACS); informações sobre arquivos científicos e programas de preservação do Australian Science Archives Project (ASAP); a descrição dos arquivos científicos e da documentação dos laboratórios do programa Archives issues des sciences contemporaines – le programme ARISC; a relação dos documentos de interesse para o arquivo, do Serviço de Arquivo do Instituto Pasteur; e, no Brasil, a página do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) que apresenta um guia para doações de arquivos tendo como inspiração os guias e manuais citados.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ⁵², elaborado pela Comissão Especial nomeada pela presidência do CNPq – órgão da estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) –, através da Portaria 116/2003, de 4 de julho de 2003.

O resultado do trabalho da referida Comissão destaca a necessidade de preservação do patrimônio de C&T brasileiro, entendendo a memória da ciência e da tecnologia como “parte integrante do patrimônio histórico nacional”, e que por isso “é necessário que a cidadania conheça a contribuição de seu país para o avanço do conhecimento mundial, bem como a continuada existência de atividades científicas no seio da sociedade brasileira” (CNPq, 2003).

O relatório aponta que as Universidades (além de outras instituições) são fundamentais na implementação da Política Nacional de Memória da Ciência. Deste modo, é necessário que estas instituições desenvolvam seus próprios arquivos ou centros de memória (grifo nosso).

Ainda de acordo com o relatório, o próprio acervo do CNPq encontrava-se disperso e mal conservado, impossibilitando o seu acesso pela comunidade científica brasileira. Para minimizar a perda de seus documentos, o CNPq criou em 2001 o Serviço de Documentação e Acervo (SEDOC) levando em consideração a importância da sua produção documental para a história/memória da ciência no Brasil, que se confunde com sua própria história/memória, e a necessidade de organizar e preservar sua memória e torná-la pública. As atividades desenvolvidas pelo SEDOC possibilitaram a criação do Centro de Memória Institucional do CNPq, em Brasília, em 13 de abril de 2004 ⁵³.

O acervo do Centro de Memória do CNPq compreende toda a documentação (passada e presente) relacionada às pesquisas desenvolvidas pelo CNPq. Essa documentação inclui atas de reunião, planos de ação, convênios e expedições científicas, além de exemplares de todas as publicações de autoria do CNPq, fotografias, negativos, filmes, fitas de vídeo, registros de depoimentos orais, obras de referência, base de dados contendo relatórios técnicos e microfilmes dos processos de fomento.

Embora o relatório apresente dez recomendações para a elaboração da Política Nacional de Memória da Ciência e Tecnologia, até o momento, quase nenhuma das recomendações foram implementadas. Dentre as recomendações está a que preconiza que a Política Nacional de Memória da Ciência e Tecnologia deve priorizar o estímulo às atividades de preservação, de pesquisa e de difusão, por meio de editais que mobilizem instituições, pesquisadores e técnicos para atuarem nesse sentido (CNPq, 2003).

⁵² Disponível em: <<http://ghtc.ifi.unicamp.br/SBHC/Memoria-CT.pdf>>.

⁵³ Cf. o sítio do Centro de Memória do CNPq: <<http://cnpq.gov.br/>>.

Pouquíssimos editais relacionados à preservação do patrimônio em C&T foram abertos, como o Edital CTINFRA/MCT/CNPq 003/2003; O Edital MCT/SECIS/CNPq 007/2003; e um edital de 2006, lançado pelo CNPq, mas que na verdade, é mais voltado para a popularização da ciência do que para a conscientização do valor e preservação do patrimônio em C&T.

A Comissão sugeriu também a criação de um grupo responsável por inserir a memória da ciência nas diretrizes da Política Nacional de Ciência e Tecnologia. No entanto, até o momento não há registro de que a iniciativa tenha sido levada a cabo. Ainda assim, é possível afirmar que a criação do Centro de Memória do CNPq resultou como iniciativa mais significativa dos trabalhos da Comissão do CNPq, embora a Política ainda não tenha sido elaborada. Caso sejam tomadas como referência as atuais políticas de informação e as políticas nacionais de preservação do patrimônio histórico-documental, pode-se questionar se nesse cenário há indícios de repercussão na produção acadêmica no avanço da Ciência e Tecnologia (C&T) autóctones.

Conforme as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), a universidade e os centros de pesquisa são os principais produtores de conhecimento e, portanto, a base do desenvolvimento científico e tecnológico, tendo como missão “contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional” (PNE, 2001). Por outro lado, no texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996, art. 86) está posto que “As instituições de educação superior, constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica”. Este trecho reforça a necessidade de haver articulação entre as IES e as instituições de ciência e tecnologia.

Para reafirmar a interface ente os documentos oficiais sob análise e as questões que envolvem a produção em C&T e a guarda de seus documentos vale ressaltar que

As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos (PNE, 2001).

A citação acima ganha consistência por meio da afirmação que as universidades realizam “mais de 90% da pesquisa e da pós-graduação nacionais – em sintonia com o papel constitucional a elas reservado”, colaborando com o Ministério da Ciência e Tecnologia e

com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, na “política de incentivo à pós-graduação e à investigação científica, tecnológica e humanística” (PNE, 2001).

As considerações de Martins (s.d.) vão ao encontro do comentado acima, uma vez que, no seu entender “as universidades são os principais centros de pesquisa científica e sua documentação tem um papel essencial na história da ciência e da tecnologia”. No entanto, apesar de serem responsáveis por significativa produção científica e tecnológica, as Universidades brasileiras têm se mostrado pouco interessadas na preservação da memória científica e dos documentos relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. O autor citado pondera que a atenção das universidades está voltada para a preservação e tratamento de documentos administrativos. Porém, faz-se necessária a preservação de documentos de outra natureza para incentivar a implantação de novas pesquisas e o planejamento de futuras ações. Pode-se concluir que a memória científica deve ser preservada de maneira contínua. A importância atribuída aos documentos antigos deverá ser a mesma em relação aos documentos atuais que futuramente serão utilizados.

O levantamento realizado por Granato (2009; 2010) sobre o patrimônio científico e tecnológico brasileiro, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST), demonstra que algumas instituições têm empreendido esforços para a valorização de seu patrimônio em C&T, como o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)⁵⁴, que possui uma das mais significativas coleções no campo da ciência, com cerca de 2.000 objetos. No entanto, o autor citado chama a atenção para o estado de conservação do acervo de diversas instituições que se encontram em ambientes inadequados. Vale ressaltar que o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), além da preservação e divulgação de suas coleções, tem colaborado com diversas instituições na preservação de acervos de C&T; inclusive, faz pesquisas para identificar outros acervos, em parceria com o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa (MCUL), através de um projeto de cooperação entre as duas instituições.

Grande parte dos acervos relacionados à C&T encontra-se nas Universidades, com destaque para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que possui quatro unidades de preservação e guarda dos *documentos memória*: o Museu Nacional (que reúne os maiores acervos de C&T da América Latina), o Museu da Escola Politécnica, o Observatório do Valongo e o Museu da Química Professor Athos da Silveira Ramos.

⁵⁴ Criado no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo, posteriormente, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

É comum, os objetos – documentos, fotografias, livros, mobiliário, instrumentos provenientes dos laboratórios – que compõem o acervo das *instituições memória* não estarem organizados, registrados e catalogados, isto é, organizados de forma sistemática. Porém, no caso das quatro instituições da UFRJ, a maioria dos objetos encontra-se em bom estado de conservação e, muitos deles, em exposição.

Nos últimos anos, temos visto que as instituições de ensino, em especial, as universidades, têm buscado alternativas para preservar e divulgar sua produção científica. Destacam-se aqui os repositórios institucionais, que reúnem a produção acadêmica em forma digital e aos quais se atribui “funções de memória institucional”, com vistas à preservação e divulgação da produção intelectual das instituições. Mueller (2006, p.32-33) afirma que “uma alternativa extremamente atraente, mas certamente utópica, poderia ser oferecida, se todas as universidades do mundo mantivessem repositórios institucionais de acesso livre”. Em suas reflexões, ela considera que o Brasil tem avançado nesse sentido.

Para incentivar os pesquisadores a divulgarem os resultados de suas pesquisas nas novas mídias ou nos novos canais de comunicação da ciência, agências de fomento de vários países têm condicionado o financiamento ao depósito nos repositórios de acesso aberto, não sendo, porém, impedidos de publicar em outros canais.

Outra iniciativa para democratizar a produção das Instituições de Ensino Superior (IES) tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade é o Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj)⁵⁵, desenvolvido por pesquisadores e alunos de várias Universidades brasileiras. O objetivo do sistema é auxiliar o planejamento, gestão, avaliação e a publicização de projetos de extensão, pesquisa, ensino e assuntos estudantis desenvolvidos e executados nas Universidades brasileiras; coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), o SIGProj é resultado da parceria entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em que foi desenvolvido o Sistema de Informação em Extensão Universitária (SIEX).

Apesar do anúncio de mudanças no cenário traçado até o momento, ainda é cedo para análises substantivas, ainda que as perspectivas sejam promissoras. Por enquanto, o que permanece é a urgência em preservar e tornar acessível, a quem interessar, ao que é produzido pelas diversas ações humanas, seja no seu cotidiano, seja nas atividades de ciência e tecnologia, em que se pode incluir aquelas referentes às atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão). Diversas instituições públicas (federal, estadual e municipal) e privadas, nas esferas regionais, nacionais e até internacionais, ampliam as políticas públicas e

⁵⁵ Cf. o sítio do SIGProj: <<http://sigproj1.mec.gov.br>>.

programas/projetos voltados para esse fim. Além disso, outras *instituições-memória* deverão ser criadas para dar conta de tratar o volume expressivo de documentos que continuam a ser produzidos.

Tratar de Memória Institucional exige uma abordagem multidisciplinar. O pressuposto de Costa (1995) é que o tema “vem sendo tratado através de subtemas e subconceitos” apropriados de diversas áreas: História, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Educação e a própria Ciência da Informação. Contudo, segundo a autora citada, é um conceito em construção e “deve permanecer aberto para que seja capaz de crescer juntamente com a dinâmica do conhecimento” (COSTA, 1995, p. 47).

Embora o trabalho com Memória Institucional possibilite a produção de novos conhecimentos e a consolidação da identidade das diferentes instituições, percebe-se que a memória documental das Instituições de Ensino Superior dificilmente encontra-se disponível de forma sistemática e articulada com as diversas instâncias das Universidades.

Outra iniciativa, além das apresentadas até aqui, que visa à preservação e o acesso a esses documentos que se encontram dispersos e, na maioria das vezes, desorganizados, é a criação de centros de memória nas Instituições de Ensino Superior, os quais serão tratados a seguir.

4 CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA NAS INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS

No Brasil, a preocupação com a organização, preservação e divulgação do patrimônio histórico-documental fez com que fossem criados, ainda no século XIX, *lugares de memória* como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional.

O desenvolvimento e a rápida difusão das tecnologias de informação e comunicação vêm revolucionando as formas de produção, acesso, tratamento e disseminação da informação; novos instrumentos são criados e novas práticas estabelecidas para a modernização da disponibilização dos conteúdos informacionais. Nesse novo contexto, as *instituições-memória* que, até então, privilegiavam tão-somente a guarda dos documentos, passam, a ter como foco a disseminação do patrimônio preservado.

A grande quantidade de documentos produzidos em nossa sociedade demanda tratamento especializado para que as informações registradas não se percam. De outro lado, é necessário garantir a divulgação dos conteúdos dos mais diferentes suportes documentais, além de garantir o compartilhamento do conhecimento entre pessoas, instituições, assim como servir de fonte de pesquisa para a produção de novos conhecimentos. Entende-se que sem um tratamento adequado das informações para posterior recuperação e uso, estaremos em um “círculo vicioso da redescoberta científica”, isto é, “redescobrimos muitos fenômenos já estudados”, o que impede que realmente haja um desenvolvimento do conhecimento em condições de operar mudanças.

Nos últimos anos, discussões acerca da importância dos centros de memória institucional vêm ganhando destaque junto aos espaços em que se produz conhecimento seja nas universidades, nas instituições de ponta de pesquisa em ciência, em diferentes comunidades, enfim, nos diferentes extratos sociais. No entanto, na realização deste estudo percebemos que a literatura sobre o tema ainda é pouco representativa. Foram encontrados textos que tratavam de estudos de caso, da constituição de alguns centros de memória. Mas era primordial entender o que é um centro de memória, como surgiram, bem como os pontos divergentes e/ou convergentes entre eles e outras instituições-memória. Dentre tantos artigos selecionados sobre a temática, selecionamos, ainda, dois trabalhos que traziam o conceito de *centro de memória*.

O primeiro foi o de Silvana Aparecida Fontanelli (2005), intitulado *Centro de Memória e Ciência da Informação: uma interação necessária*, apresentado ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da

Universidade de São Paulo (USP). Destaca-se que a própria autora apontou dificuldades em obter textos específicos sobre centros de memória. O segundo trabalho está publicado sob a forma de capítulo de livro, sob o título *Os Centros de Documentação das Universidades: tendências e perspectivas*, e autoria de Célia Reis Camargo (1999).

De acordo com as autoras citadas, a partir dos anos 1950 e, mais fortemente, nos anos 1970, há uma preocupação com a memória das instituições, principalmente, das empresas, criando-se, assim, os *Centros de Documentação e Memória*. Inicialmente, a criação desses centros voltava-se para a memória das empresas que, naquele momento, começaram a se preocupar com o resgate de sua memória, importante para o seu crescimento, além de fortalecer sua identidade tanto interna quanto externamente ⁵⁶.

A partir dos anos de 1960 e 1970, sob a influência da Nova História, vários pesquisadores brasileiros – sociólogos, antropólogos e, principalmente, historiadores – dedicaram-se aos estudos sobre a questão da memória.

Embora o governo brasileiro, ao longo do século passado, tenha empreendido esforços para a institucionalização de políticas de preservação do patrimônio documental brasileiro, a ausência de instituições voltadas para a preservação desse patrimônio, o descaso das instituições, a falta de recursos humanos especializados e a insuficiência de recursos financeiros voltados para a preservação, no início dos anos 1970, dificultava o acesso às fontes originais. Percebe-se, então, que a dificuldade de acesso às fontes primárias ⁵⁷ de pesquisa é a mesma encontrada hoje. Outro fator, não menos importante, para a preservação do patrimônio documental brasileiro está relacionado às enormes dimensões do País que, com efeito, produz um volume muito grande de informação, seja na esfera pública ou privada. Assim sendo, ainda na década de 1970, as Universidades brasileiras começam a criar centros especializados na organização e preservação de seus acervos documentais, compostos, em sua maioria, por fontes primárias.

A mesma dificuldade encontrada na obtenção de textos sobre o tema é também encontrada quando buscou-se a definição do conceito de centro de memória. Fontanelli (2005) destaca que encontrou somente uma definição: os centros de memória,

⁵⁶ Como destaca Goulart (2002), na tentativa de evitar a perda da memória de muitas empresas, o governo francês transformou-se em “guardião da memória das empresas e dos sindicatos”, criando, em 1983, os *Arquivos do Mundo do Trabalho*, cujo foco era a preservação dos documentos para uso somente pelos historiadores.

⁵⁷ Considerando o modelo de Garvey e Griffith (1972), Mueller (2000, p. 31) destaca que as fontes primárias são aquelas que se encontram no início do processo como: relatórios técnicos, trabalhos apresentados em congresso, teses, dissertações, patentes, normas técnicas e o artigo científico. A autora cita, ainda, Grogan (1992), que diz que essas fontes, por sua natureza, “são dispersas e desorganizadas do ponto de vista da produção, divulgação e controle”, o que dificulta a sua identificação e localização.

[...] constituem-se como setores responsáveis pela definição e aplicação de uma política sistemática de resgate, avaliação, tratamento técnico e divulgação de acervos e, principalmente, pelos serviços de disseminação do conhecimento acumulado pela empresa e de fontes de interesse histórico [...] [que garantam] a manutenção racional e sucessiva de conhecimento produzido cotidianamente, sem acúmulo desnecessário, perda ou dispersão de documentos que expressam a evolução da empresa e fundamentam a formação de sua cultura, seus valores e seu capital intelectual (GAGETE; TOTINI, 2004, p. 124 apud FONTANELLI, 2005, p. 83).

Contudo, pode-se considerar também a definição de Camargo (2009), que afirma que

Tais centros apresentam como característica fundamental a proposta de trabalho que envolve a reunião, a preservação e a organização de arquivos e coleções (geralmente compostos de documentos originais, “as fontes primárias”) e de conjuntos documentais diversos (de natureza bibliográfica ou arquivística, originais ou cópias) reunidos sob o critério do valor histórico e informativo, em torno de temas ou de períodos da história. Trabalha, portanto, com informação especializada (CAMARGO, 1999, p. 50).

Vale ressaltar que, sob o ponto de vista conceitual, o arquivo, a biblioteca, o museu, o centro de documentação e o centro de memória, possuem características em comum, ou seja, são responsáveis pela coleta, seleção, organização, tratamento e divulgação das informações registradas nos documentos, nos variados suportes. Diferem, todavia, no modo como tratam a informação, pois cada instituição apresenta uma especificidade. No caso dos centros de documentação ou memória, uma das características mais acentuada da distinção com as demais instituições é a não obrigatoriedade desses locais de possuírem um acervo físico. Os documentos, geralmente sobre um assunto específico, podem ser exclusivamente referenciados, isto é, há informações sobre eles, incluindo sua localização. Contudo, não há a necessidade do documento estar fisicamente nesses centros.

Entretanto, ainda que seja comum tratarem como sinônimos, existem diferenças entre os *centros de documentação* e os *centros de memória*. É verdade que ambos preservam documentos e se preocupam com a gestão das informações para a produção de novos conhecimentos; a diferença está na função atribuída aos documentos. Assim, o acervo de um *centro de memória* deve conter parte da massa documental produzida pela instituição e, em especial, os documentos relacionados à história da instituição para que seja possível reconstituir a sua trajetória. Já os *centros de documentação* ficariam encarregados de preservar os documentos que possuem valor legal, ou seja, os documentos de origens contábeis, jurídicos e de recursos humanos. Desse modo, teriam um caráter permanente, estático. Em oposição, os centros de memória seriam *vivos*, não necessariamente relacionados

ao passado, mas em constante transformação, num movimento de significação e ressignificação dos documentos/objetos.

Dodebei chama a atenção para os contornos que os bens culturais, informacionais e documentais assumiram e destaca a forma híbrida dos centros de memória:

É bem verdade que havia uma separação, nem sempre muito nítida, entre o bem cultural, o bem informacional e o bem documental. Assim, deixava-se a cultura para os museus, a informação para a biblioteca e os documentos administrativos para os arquivos. Mas quando os centros culturais ou centros de memória surgiram e se multiplicaram, esses tipos de “bem” foram absorvidos pelo que hoje se pode chamar de patrimônio cultural. Todas essas casas passam a ser “casas de patrimônios”, quer dizer, um pouco museus, um pouco arquivos, um pouco bibliotecas, um pouco espaços de lazer e encontros presenciais (DODEBEI, 2011, p. [2]).

De outro lado, Camargo (1999, p. 50-51) afirma que os centros de memória são criados, em sua maioria, em organizações “que dispõem de biblioteca e de um setor de arquivo, o que demonstra a necessidade de outras formas de base informativa, para apoio da administração, da comunicação ou como instrumentos de decisão”.

A escolha de uma instituição pela criação de um centro de memória, em detrimento das outras, encontra justificativa em Juaçaba (2005) ao dizer que “Os arquivos têm como objetivo comprovar; as bibliotecas instruir e informar. Já os centros de memória, que se parecem com museus, além de informar e instruir, em alguns casos tem como objetivo provar”.

Na opinião de Axt (2004, p. 27), é atribuição de qualquer instituição que pretenda criar um centro de memória elaborar um *projeto de memória*. Essa medida, no entendimento do autor, é a mais conveniente, por dois motivos: primeiro, porque se for preciso desmobilizá-lo, os constrangimentos serão menores, visto que, por ser um projeto, funcionará temporariamente. O segundo motivo refere-se aos resultados que, se testados na prática e forem favoráveis, têm grandes chances de institucionalização do projeto e de conseguir um espaço físico definitivo e um regimento interno.

No atual contexto, a preocupação em resguardar a memória institucional torna-se cada vez mais discutida e diversas organizações mostram-se interessadas em preservar seu patrimônio documental. Inúmeras instituições têm investido neste setor. Dentre essas iniciativas podemos destacar os centros de memória de Instituições de Ensino Superior em todo território nacional: Centro de Memória da Universidade de Campinas (CMU/UNICAMP), Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CME-FEUSP), Centro de Memória Institucional do Instituto de

Educação Superior do Estado do Rio de Janeiro (CEMI ISERJ), o Núcleo de Memória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e o Projeto Memória do Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Outras instituições de ensino também criaram seus centros de memória, a exemplo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

Esses centros de memória apresentam como característica comum, preservar a memória e a identidade da instituição para disponibilizar ao público em geral. Desta forma, contribuem para que a sociedade conheça não só a história da instituição, além de servirem como fonte para pesquisadores.

Ao direcionar a atenção para as Universidades, pode-se inferir que as informações contidas nos documentos acadêmicos vão contribuir de maneira significativa para a construção da memória e da identidade de cada instituição, com enfoque especial na importância da preservação de documentos. Nesse sentido, o conhecimento registrado nos documentos passa a ser a principal matéria-prima das instituições, peça fundamental para o seu desenvolvimento, e os riscos de danos a esses documentos surgem como fator primordial para a preservação da informação.

Em suas três atividades – ensino, pesquisa e extensão – a Universidade produz um grande acervo documental, a saber: planos de aulas e de cursos, atividades de avaliação, relatórios técnicos e de pesquisa, projetos/programas, dentre outros, e que podem ser constituídos em fontes de pesquisa. Sendo assim, ela desempenha um papel fundamental na preservação da memória da C&T, assegurando o “retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão” (PNE, 2001), não só o que pode resultar de um projeto, mas todo o processo.

Porém, Martins (s.d.) afirma que, em relação à memória científica e tecnológica, não existem mecanismos institucionais que permitam a preservação, organização e consulta dos documentos oriundos dessas atividades, isto é, grande parte deles é organizada pelo próprio pesquisador. O que se tem hoje preservado e organizado nos departamentos, por exemplo, é muito pouco em relação ao que foi produzido. Há ainda, de acordo com o autor, uma preocupação dos departamentos em preservar somente a documentação “oficial”.

Em outro artigo, Martins (1992) afirma que muitas das atividades desenvolvidas nas universidades, por diferentes pesquisadores, não resultam em registro⁵⁸. Ainda de acordo com

⁵⁸ Em seu artigo, Martins (1992, p. 36-38) apresenta uma lista com as atividades desenvolvidas na universidade por um pesquisador e os respectivos documentos oriundos dessas atividades. Vale lembrar, que os documentos relacionados referem-se somente aos trabalhos desenvolvidos pelos docentes, não incluindo, os trabalhos desenvolvidos pelos discentes e técnico-administrativos, que também são produtores de conhecimento.

o autor citado, apenas as publicações, como os livros, possuem uma certa garantia, quase automática, de preservação, nas bibliotecas.

Entendemos que as informações contidas nos documentos acadêmicos são de suma importância não só para a comunidade acadêmica, mas também para a sociedade. Para que uma sociedade se desenvolva de forma plena, sua população deve estar informada em relação aos avanços da ciência e da tecnologia. Nesse sentido, a Universidade, ao criar um centro de memória, deve organizar e descrever os conjuntos documentais de maneira que sejam disponibilizados a diferentes públicos: os acadêmicos e os não acadêmicos.

Nos centros de memória das Universidades, os acervos organizados e colocados à disposição dos usuários servem como fontes para a pesquisas dos docentes e discentes, oferecendo aos diferentes pesquisadores a informação especializada. Deve-se, porém, estabelecer critérios na seleção do que preservar, evidenciando *o que, como, e para que* guardar. E essa é a condição *sine qua non* para a constituição de um centro de memória.

Quando tratamos de patrimônio cultural, Chagas (2007, p. 222) diz que o que está em jogo é “memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação (...) e por tudo isso interessa compreendê-los em sua dinâmica social, (...) o que se pode *fazer com eles, contra eles, apesar e a partir deles*” (grifo nosso). É nessa perspectiva que abordamos os centros de memória alvos deste estudo.

Desse modo, apresentamos, a seguir, por meio de seus *Projetos de Memória Institucional* e dos dados coletados na pesquisa de campo, o processo de planejamento, implantação e estrutura, os critérios utilizados para seleção e catalogação dos documentos para compor os acervos documentais, bem como os procedimentos para divulgação, recuperação e uso da informação de dois centros de memória no âmbito acadêmico: o *Núcleo de Memória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)* e o *Projeto Memória do Sistema de Bibliotecas e Informação (SIBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*.

4.1 O NÚCLEO DE MEMÓRIA DA PUC-RIO

A trajetória da PUC-Rio teve início ainda nos anos 1930, com o projeto de fundação de uma universidade, idealizado pelo Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião

Leme de Silveira Cintra, e pelo Padre Leonel Franca S.J, primeiro Reitor da PUC-Rio (1941 a 1948), com o apoio de um grupo de intelectuais católicos, dentre eles, Alceu Amoroso Lima.

Em 1940, foram criadas as Faculdades Católicas, entre elas a de Filosofia e a de Direito; seis anos depois, essas Faculdades se juntaram à Escola de Serviço Social, formando a primeira Universidade Católica do Brasil que, em 1947, por meio de decreto da Santa Sé, recebeu o nome de Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

A PUC-Rio foi uma das Universidades pioneiras na Pós-Graduação no Brasil: Engenharia Elétrica (1963), Engenharia Mecânica (1964), Engenharia Civil (1965) e Educação (1965). Em 1966, iniciou-se o Curso de Mestrado em Educação, sendo por muitos anos, um dos poucos cursos de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil e que, com a aprovação pelo Conselho Federal de Educação do seu credenciamento, em 4 de fevereiro de 1971, constitui-se no primeiro Curso de Mestrado em Educação credenciado no país. Vale ressaltar que, até a década de 1960, a pesquisa científica ainda não era muito comum nas universidades brasileiras, prevalecendo, ainda, o modelo de escolas profissionais.

A PUC-Rio contribuiu também para o desenvolvimento da Informática no Brasil, abrigando, em 1960, o primeiro computador de grande porte do país, o Burroughs 205, e criando, em 1967, o Curso de Mestrado em Informática e, em 1975, o de Doutorado.

Para atender parte do objetivo desta pesquisa será apresentado aqui o Núcleo de Memória da PUC-Rio ⁵⁹. Primeiramente, buscou-se conhecer o que motivou a PUC-Rio a constituir um centro de memória. A literatura voltada para as questões que envolvem a memória ressalta que para constituir um centro de memória institucional é essencial que a instituição deseje e esteja consciente do papel que ele desempenhará. Para que um centro de memória se concretize é fundamental que haja uma “vontade de memória”.

Esse anseio de memória é algo que permeia a constituição do Núcleo e pode ser reforçado com a fala de Neves (2006, p. [1]):

Não foi difícil verificar que, se não fossem iniciativas individuais de alguns professores, ex-alunos e funcionários que guardaram ciosamente documentos preciosos e conservavam em sua lembrança pessoal retalhos de nossa memória institucional, alguns aspectos e dimensões essenciais da história da PUC-Rio que traduzem a experiência vivida na pós-graduação e na pesquisa estariam perdidos para sempre.

⁵⁹ As informações apresentadas nesta seção tiveram como base: o Projeto *Memória e História da Pós-Graduação na PUC-Rio* (NEVES, 2006); o sítio do Núcleo de Memória da PUC-Rio; e os dados coletados na pesquisa de campo com os pesquisadores do Núcleo, Prof.^a Sílvia Ilg, Clóvis Gorgônio, Eduardo, e os bolsistas Pedro e Igor.

Dada à importância histórica da PUC-Rio no cenário acadêmico brasileiro e as comemorações dos quarenta anos dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Educação e de Engenharia Elétrica, foi elaborado, em agosto de 2006, o Projeto *Memória e História da Pós-Graduação na PUC-Rio*, sob a coordenação da Professora Margarida de Souza Neves ⁶⁰, do Departamento de História. O projeto foi uma iniciativa da Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa (CCGP) e a ideia inicial era consolidar um *Núcleo de Documentação da Pós-Graduação e da Pesquisa na PUC-Rio*.

O entendimento de que a preservação da memória contribui para a construção da identidade da instituição, assim como fornece elementos para a formulação de novos projetos, a CCGP realizou, através daquele Núcleo, um levantamento histórico – por meio da leitura e fichamento dos Anuários da PUC-Rio – e o diagnóstico da produção documental da pós-graduação e da pesquisa da PUC-Rio, iniciando prontamente um processo de identificação, localização, organização, disponibilização e divulgação do acervo documental e memorialístico.

No início do projeto, a equipe do Núcleo ficou responsável pela organização dos arquivos internos referentes à pós-graduação da Universidade. Os departamentos selecionavam o que era importante e a equipe cadastrava e disponibilizava no sítio do Núcleo, lançado em setembro de 2007. Com a divulgação do sítio para toda a comunidade universitária, a Vice Reitoria Acadêmica, em parceria com o Departamento de História, percebeu que era necessário que o Núcleo não ficasse restrito apenas à pós-graduação, mas que pertencesse a toda Universidade. Assim, em 2008, foi elaborado o Projeto *Memória e História da PUC-Rio*, criando, em seguida, o *Núcleo de Memória da PUC-Rio*. Destaca-se, porém, que a ideia de um núcleo de memória da Universidade é antiga. Em 1986, o Professor Paulo Novais apresentou o projeto *Centro de Memória da PUC-Rio* ⁶¹.

O Núcleo de Memória da PUC-Rio tem como missão a formação de pesquisadores, bem como atender as demandas dos Centros, dos Departamentos e dos Núcleos, fornecendo subsídios para os projetos desenvolvidos na Universidade no que diz respeito à memória e história da PUC-Rio, incluindo informações sobre professores, eventos etc.

A equipe executiva do Núcleo de Memória da PUC é constituída, em sua maioria, por

⁶⁰ A Professora Margarida foi uma das pessoas que contribuíram com a Comissão nomeada pelo CNPq para propor uma Política Nacional de Preservação da Memória da Ciência e da Tecnologia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social da Cultura, e trabalha principalmente nos seguintes temas: memória e história, literatura e história, história cultural, cidade e história e pensamento social brasileiro.

⁶¹ O projeto apresentado pelo professor Paulo Novais só foi encontrado quando a equipe do Núcleo realizou o levantamento de seu acervo, guardado na Vice-Reitoria de Desenvolvimento. Para consultar o projeto na íntegra, ver o sítio do Núcleo de Memória: <[https:// www.puc-rio.br](https://www.puc-rio.br) >.

historiadores, sendo: *Coordenação Acadêmica*: Professora Margarida de Souza Neves, professora emérita do Departamento de História; *Coordenação de Pesquisa e coordenação dos bolsistas de Iniciação Científica*: Professora Silvia Ilg Biyngton, doutoranda pelo Programa de História Social da Cultura da PUC-Rio; *Pesquisador*: Eduardo Gonçalves, mestre em História Social da Cultura; *Pesquisa de imagem e webmaster*: Clóvis Gorgônio de Amorim Júnior, licenciado e bacharel em História pela PUC-Rio e Mestre em Ciência da Informação pela UFRJ; *Fotógrafo*: Antônio Albuquerque; e *4 Bolsistas*: alunos de graduação em História, com bolsas equivalentes a bolsas de Iniciação Científica. Apesar de todos os alunos serem do curso de História, esse dado não é um requisito ou obrigatoriedade.

O Núcleo está ligado à Vice-Reitoria Acadêmica, uma das quatro vice-reitorias da PUC-Rio, que se encarrega de definir a infraestrutura e o espaço físico para as reuniões e trabalho da equipe e dos pesquisadores e bolsistas. A coordenação geral do projeto fica a cargo do vice-reitor Acadêmico, Prof. José Ricardo Bergmann. Atualmente, o Núcleo funciona na sala 263, no Edifício Cardeal Leme.

A função do Núcleo de Memória da PUC-Rio é múltipla: localizar, identificar, selecionar, classificar, digitalizar, catalogar, colocar à disposição e divulgar os principais acervos documentais da Universidade que estavam dispersos nos vários Centros, Departamentos, na Administração Central (Reitoria), e mesmo em acervos privados, de posse de funcionários, professores e alunos que pertenceram ou pertençam aos quadros da PUC-Rio. Entretanto, o Núcleo não resume seu trabalho somente no ato de preservar e disponibilizar a documentação antiga. A memória recente também faz parte do escopo do trabalho, pois, por ser um *lugar de memória*, a memória deve ser construída de forma que permita a atualização constante da identidade da instituição. Assim, o Núcleo, ele mesmo um produtor de conhecimento e de memória, também realiza: registro fotográfico dos eventos da Universidade, entrevistas, eventos, seminários, palestras.

A equipe do Núcleo também realiza pesquisas em acervos externos procurando imagens e matérias sobre a PUC-Rio, como a que realizou, em 2010, no Centro de Documentação e Informação do InfoGlobo (jornal O Globo). No mesmo ano, em outra pesquisa, a equipe identificou diversos documentos de seu interesse na *Coleção PUC/RJ*, doada por uma ex-professora da PUC-Rio e da UFRJ ao Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade, da Faculdade de Educação da UFRJ (PROEDES). Em 2012, a equipe do Núcleo participou de uma reunião para a digitalização de imagens relacionadas à PUC-Rio, produzidas pela TV Tupi nas décadas de 1950-70, e que estão sob a guarda de uma produtora.

O Núcleo de Memória da PUC-Rio apresenta, portanto, três características principais: é descentralizado, dinâmico e plural: *Descentralizado*, pois os documentos que compõem o acervo permanecem nos setores que os originaram e mesmo com as pessoas que detêm a sua guarda. Por ser um núcleo virtual, o que interessa é a localização, a valorização e a divulgação do acervo e não a sua posse. É *Dinâmico* porque não deve ser um simples depósito de documentos, mas seu acervo deve ser utilizado e resignificado e *Plural*, pois trabalhando com um conceito ampliado de documento, contempla diferentes suportes físicos e não apenas a documentação escrita. Ademais, a equipe do Núcleo não só preserva esses documentos como também participa na construção de novos documentos, como já assinalado.

Ao pensar em preservação da memória na universidade, não nos referimos apenas à memória histórica, mas também à memória científica. Mas, quais são os documentos produzidos nas Universidades devem ser preservados nos centros de memória? Para o Núcleo, documento é tudo aquilo que registra uma vivência, todo tipo de registros da vida acadêmica e da comunidade do entorno; não só sobre a história da Universidade, mas também sobre suas contribuições para a cultura, a ciência e a tecnologia.

O acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio é constituído por documentos impressos (cartas, notícias de jornal, anuários, escrituras) iconográficos (fotografias, slides, imagens digitalizadas), filmografia (depoimentos em vídeos) registros sonoros (gravações, discos, CDs de som, fitas) e objetos tridimensionais, desde uma placa comemorativa até os que documentem o cotidiano da pesquisa e da pós-graduação, tais como instrumentos de pesquisa, material de laboratório, dentre outros. Entretanto, grande parte do acervo do Núcleo é composta por fotografias. Para continuar alimentando o seu acervo, o Núcleo de Memória da PUC-Rio conta com a colaboração de todos os que fizeram ou fazem parte da história da PUC-Rio. Em recente reunião, ficou definido que o acervo fotográfico do Projeto Comunicar será cadastrado no banco de dados do Núcleo.

Para o tratamento dos diversos tipos de documentos, o Núcleo promove o intercâmbio (direta ou indiretamente) com outras instituições para, assim, aprimorar as técnicas de trabalho, ou seja, nem sempre há necessidade de criar uma nova metodologia. O fato de alguns documentos guardarem consigo uma especificidade exige um tratamento específico. Nesse caso, utilizam-se técnicas desenvolvidas por outras instituições, por exemplo, a metodologia utilizada pelo CPDOC sobre a História Oral. Porém, não há uma parceria formalizada; o auxílio é informal, isto é, o Núcleo de Memória da PUC-Rio faz a leitura das publicações do CPDOC e adapta à sua realidade.

A constituição do acervo do Núcleo é uma tarefa de todos. A equipe executiva procura os Centros, Departamentos e Núcleos; os materiais que acham relevantes são organizados e catalogados pela equipe do Núcleo. No entanto, é fundamental a colaboração dos diversos setores na identificação do material e das pessoas a serem entrevistadas. O Núcleo não só procura os setores, como também é procurado por eles. É comum um setor solicitar o auxílio na avaliação, na seleção e na digitalização de documentos. Embora as solicitações estejam mais voltadas para o processamento técnico, a equipe do Núcleo mostra para o produtor do documento o sentido e a importância dele, permitindo, assim, um “outro olhar” em relação aos documentos. Só no ano de 2011 o Núcleo realizou o processo de limpeza, seleção e identificação de documentos antigos da Divisão de Admissão e Registro (DAR); realizou, em conjunto com a Reitoria, o levantamento, identificação, higienização e catalogação dos objetos dos armários transformados em vitrines de exposição existentes na entrada da Reitoria da PUC-Rio; digitalizou fotografias dos álbuns do Centro de Pastoral Anchieta da PUC-Rio e do acervo da Cultura Religiosa (CRE). Além disso, foi procurado também para auxiliar na organização e digitalização do acervo da Associação dos Alunos de Pós-Graduação (APG) da PUC-Rio.

O método adotado pelo Núcleo para garantir a preservação dos documentos é a digitalização. Em alguns casos, os objetos tridimensionais são fotografados e até mesmo digitalizados, como por exemplo, as medalhas. Em se tratando de livros, é comum que ele seja catalogado e somente algumas páginas são digitalizadas. O livro, então, é devolvido para o proprietário da obra e o Núcleo aponta a sua localização.

O banco de dados desenvolvido para a catalogação de todo o acervo do Núcleo é baseado no *Dublin Core*. O padrão *Dublin Core* é um esquema de metadados que visa descrever objetos digitais, tais como, vídeos, sons, imagens, textos e *sites* na *web*. Esses metadados vão para um provedor de dados, padronizando a entrada dos dados e facilitando a recuperação das informações. Até o momento, já foram catalogados mais de dez mil documentos, e o Núcleo possui ainda cerca de vinte mil documentos para serem registrados.

O Núcleo adaptou os elementos de descrição do *Dublin Core* e, ao inserir um documento no banco de dados, ele é nomeado como *metadado-pai* (pastas ou conjunto de documentos) ou *metadado-filho* (registro descritivo de cada imagem digitalizada), apresentando campos específicos para cada um. Para exemplificar: um livro é o *pai* e a(s) página(s) é (são) o(s) *filho(s)*. Um evento é o *pai* e a(s) foto(s) desse evento é (são) o(s) *filho(s)*.

No registro de um documento *pai*, além do código que é gerado automaticamente e do nível de acesso, que pode ser *interno* ou *público*, deve conter os seguintes elementos ⁶²: *Título* (dado pelo criador/publicador do documento. Caso não tenha, coloca-se uma breve descrição); *Autores/Criadores* (pessoa ou instituição responsável pela criação intelectual da obra); *Descrição* (texto mais extenso que o título); *Identificador* (identificação do documento: ISBN, ISSN, URL); *Arquivo digital* (nesse caso é o filho); *Local* (de publicação do documento: cidade, país, instituição); *Contribuidores* (tradutor, ilustrador, revisor); *Editor/Publicador*; *Data da criação* (ou da disponibilização do documento); *Data de obtenção* (em que o documento foi recebido); *Relações do documento com outros* (com outros documentos ou coleções. Se possível, coloca-se o(s) código(s) do(s) filho(s)); *Natureza do documento* (livro, revista, foto em papel, negativo, CD, *paper*, carta, *e-mail*, tese, *homepage*, imagem digital, arquivo sonoro, vídeo, *software*, recorte, revista, jornal etc.); *Número de Páginas/Tamanho em KB* (ou duração do vídeo/fita de áudio); *Fonte* (origem do documento, por exemplo, nome do acervo, banco de dados, biblioteca, arquivo ou acervo particular); *Idioma*; *Direitos Autorais* (nome do acervo ou do detentor original dos direitos). Outras informações são geradas pelo próprio sistema: a data de criação do registro, o *login* da criação, a data da última alteração e o *login* da última alteração.

Para o registro de um documento *filho* são preenchidos os seguintes campos: *Identificação original* (identificações escritas na foto ou documentos; código utilizado pelo acervo original; em caso de livros e revistas, “capa”, “índice”, ou o número da página); *Referente à* (instituição, órgão administrativo, unidade, departamento ou curso); *Local* (nome do espaço, prédio, do laboratório e/ou o número da sala. Não se aplica para texto); *Natureza do documento*; *Tipo de documento* (fotografia cor, fotografia PB, revista, livro, jornal, slide, entrevista, documentário, cinejornal, mapa, planta, manuscrito, folheto); *Data*; *Descrição* (descrição do conteúdo do documento, contendo todas as informações necessárias à sua compreensão e uso, e que não estejam cobertas pelos outros campos); *Legenda* (identificação breve, resumo da descrição); *Palavras-chave* (evita repetição de palavras já contidas em outros campos); *Pessoas presentes ou citadas* (nomes completos, com o título antes e seguido da sigla do órgão ou departamento ao qual a pessoa está relacionada na data da origem do documento); *Autores*; *Contribuidores* (pessoas que ajudaram a identificar o documento); *Comentários* (informações que não foram incluídas nos campos *Descrição* e *Legenda*). A data

⁶² Informações obtidas por meio do pesquisador de imagem e webmaster, Clóvis Gorgônio de Amorim Júnior, responsável pelo sítio do Núcleo e pela estruturação do banco de dados.

de criação do registro, o *login* da criação, a data da última alteração e o *login* da última alteração também são geradas pelo sistema.

A figura 1 apresenta uma ficha com todos os metadados.

The screenshot displays the 'Núcleo de Memória da PUC-Rio' interface. The main content area is titled 'Acervos do Núcleo de Memória :: Metadados' and lists the following metadata fields:

Código	cg0047
Título	Acervo de Relatoria - arquivos de metal
Autoria/Criação	Rubens Porto, Burroughs do Brasil.
Assunto	
Descrição	Acervo de documentos da Relatoria da PUC-Rio. Está organizado em armários metálicos, com pastas suspensas, em sala anexa à sala do Relator. Contém documentos administrativos e acadêmicos relativos a todos os decanatos, centros, programas e departamentos da PUC-Rio.
Identificador	n.a.
Local	Rio de Janeiro
Contribuidores	diversos
Editor/Publicador	PUC-Rio e correspondentes
Data de Criação	1950-1959
Data de obtenção do documento	2007-05-29
Relações do documento com outros	Acervos de Relatoria, Centros e Departamentos
Tipo de documento	Documentos em papel, fotografias, recortes de jorn
Número de Páginas/Tamanho em KB	27 p.
Formato do documento	
Fonte	Acervos de Relatoria
Idioma	Português, Inglês.
Direitos Autorais	PUC-Rio
Imagens Digitalizadas	ver lista de imagens :: ver slide show
Arquivos Anexos	

At the bottom of the page, there is a search bar with the text 'PUC-Rio' and a search button. Below the search bar, the contact information for the PUC-Rio is provided: 'PUC-Rio Universidade Católica de Rio de Janeiro', 'Rua Marquês de São Carlos, 224, Gávea - Rio de Janeiro, RJ - Brasil - Cep: 22461-900 - Caixa Postal: 33297', 'Telefone: (21 31) 3337-1000', and 'PUC-RIO © 1993 - 2013. 20 avenue WEB - Todos os Direitos Reservados.'

Figura 1 – Ficha com metadados completos. Fonte: Núcleo de Memória da PUC-Rio.

No *metadado-filho*, o código é o do *metadado-pai*, seguido do sequencial, gerado automaticamente. Exemplo da composição do código de uma imagem = **ml0008_001** (onde, ml são as iniciais da pessoa que fez o registro no Banco de Dados; 0008 é o código do *pai*; e 001 é o *filho*). Lembrando que todo *pai* tem um *filho*. Nesse caso, pode ser um evento (*pai*=0008) e a imagem registrada é o *filho* (001), mesmo que só exista essa imagem. Ou seja, não é registrado somente o evento (*pai*) sem que haja algum documento relacionado a ele (fotografia, folder, banner etc.).

Após a localização, identificação, seleção, higienização (se necessária), classificação, catalogação – e na maioria das vezes, digitalização – os documentos são acondicionados em caixas de arquivo devidamente sinalizadas e devolvidos ao setor que os originou; nada é descartado pelo Núcleo. Esta decisão é tomada somente pelo setor de origem do documento.

Quanto ao acondicionamento, se houver necessidade e dependendo da importância do documento, ele pode ficar no Núcleo, mas não é o recomendado, principalmente pela insuficiência de espaço para armazenamento. Por ser um núcleo virtual, a maioria dos documentos (textos ou imagens) é digitalizada logo após a classificação. As fotos/imagens digitalizadas em alta definição são guardadas no acervo do Núcleo em formato JPG, com 300 ou 600 DPI; as versões originais dos vídeos de entrevistas e depoimentos são guardadas em formato AVI, em definição 640x480 pixels; os arquivos sonoros são armazenados em formato MP3, 128 Kbits, 44 KHz.

As políticas de acesso à informação preconizam que não basta somente preservar, mas tornar acessível a quem interessar. Nesse sentido, o Núcleo disponibiliza em seu sítio todos os registros dos documentos digitalizados (imagens e textos) e catalogados no banco de dados tais como os acervos da Administração Central e dos Centros da PUC-Rio, cronologias (geral, por departamento, dos Reitores), além das crônicas, *retalhos de memória*, *histórias entrelaçadas*, *lugares de memória*, galeria de imagens e outros *links* relacionados de instituições, grupos de pesquisa e outros projetos de memória.

A pesquisa no acervo do Núcleo pode ser feita no *catálogo de documentos e coleções* ou no *catálogo de imagens* a partir de palavras-chave. Ao recuperar uma fotografia, por exemplo, aparece uma ficha contendo as seguintes informações: título, código da imagem e identificação original, fonte/departamento, ano, descrição/legenda da imagem, palavras-chave, pessoas presentes ou citadas, autor(es) e comentários (figura 2).

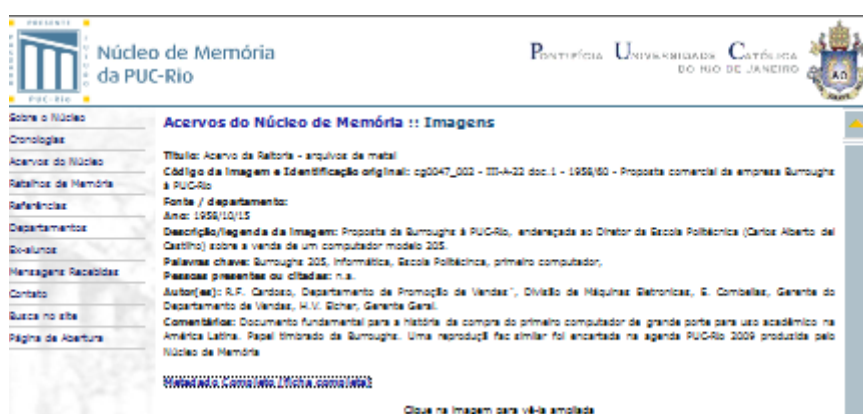


Figura 2 – Ficha de uma imagem recuperada no catálogo de imagens. Fonte: Núcleo de Memória da PUC-Rio.

O status do documento pode ser *armazenado*, *revisado* ou *publicado*. Nesse sentido, o usuário só terá acesso à imagem digital do documento *pai* ou *filho* se ele já estiver *publicado*.

Antes disso, o acesso é somente aos metadados. Porém, alguns documentos só possuem os metadados, isto é, não foram digitalizados.

Cabe ressaltar que o acesso é permitido. No entanto, para a reprodução do material catalogado pelo Núcleo, é necessária autorização prévia. Desse modo, o material disponível apresenta algumas características: fotos/imagens e vídeos em baixa definição; imagens com marca d'água; vídeos de entrevistas e depoimentos em versões resumidas. As fotos/imagens em alta definição, as versões originais das entrevistas e depoimentos e os arquivos sonoros com definições, formatos e versões adequados encontram-se guardados no acervo do Núcleo.

Com a finalidade de divulgar para o público interno e externo o que considera como documento histórico e o trabalho de reconstrução da memória que desenvolve, o Núcleo de Memória da PUC-Rio também têm suas próprias publicações, em que a história da instituição é o objeto principal. Nessa direção, nas atividades de constituição do acervo, a equipe faz uma reflexão sobre o documento e sempre busca produzir um novo conhecimento a partir das informações extraídas do próprio acervo e de bibliografia externa – artigos, livros, palestras, exposições, dentre outras –, aspecto relevante para o reconhecimento do Núcleo (interna e externamente), pois esperam ser cada vez mais conhecido e consultado pela comunidade acadêmica e não-acadêmica. Para atender às demandas da administração central, o Núcleo produz a *Agenda PUC-Rio* e o *Anuário da PUC-Rio* e, em 2010, publicou o livro *PUC-Rio 70 anos*, desenvolveu o site dos 70 anos e organizou a *Exposição PUC-Rio 70 anos, Rumo aos 80*.

Ainda em 2010, organizou o 1º Concurso de Fotografia da PUC-Rio, *Eu conheço a PUC de cor*, e estabeleceu uma parceria com o *Jornal da PUC* iniciada com a *Série Colunas da PUC-Rio – Para construir a memória da PUC-Rio*, em que foram publicados 10 crônicas, produzidas por seus pesquisadores, que tinham como eixo temático a comemoração dos 70 anos da PUC-Rio.

A partir de 2011, passou a divulgar alguns aspectos da memória “vívda” na Universidade e que fundamenta a sua identidade, através da *Série Crônicas de Memória* com os seguintes temas: *A PUC-Rio e a Cidade* (2011), 11 crônicas; *Um mapa da memória da PUC-Rio* (2012), 14 crônicas; e *Fotografias: janelas do tempo* (2013), que até o momento foram publicadas 4 crônicas. Em 2012, o Núcleo participou e colaborou na organização da Conferência Internacional Memória: América Latina em Perspectiva Internacional e Comparada.

Com o propósito de reconstruir a memória da PUC-Rio, o Núcleo iniciou um trabalho de coleta de depoimentos e entrevistas. Atualmente, os depoimentos disponíveis no sítio são

em sua maioria de coordenadores dos Programas de Pós-Graduação que contam as suas experiências no ensino ou na pesquisa na PUC-Rio. Há também uma série de depoimentos sobre a história da Universidade, que permitiu recuperar informações que não são encontradas em documentos, e sobre o próprio Núcleo. Constam ainda 27 entrevistas realizadas com professores e ex-professores, pesquisadores e funcionários que tenham ou tiveram uma participação relevante na instituição, possibilitando que esses membros se reconheçam como parte da instituição.

Como a ideia é criar um acervo tanto para o público interno quanto para o pesquisador em geral, uma variedade de documentos e temas produzidos por professores e alunos estão disponíveis no sítio do Núcleo. Pode-se encontrar, por exemplo, documentos relacionados à Educação no Brasil, Educação de Ensino Superior, Pós-Graduação e sobre a comunidade do entorno da PUC-Rio; qualquer assunto que, mesmo que indiretamente, esteja relacionado à PUC. Há ainda textos em palestras, notícias e mensagens recebidas.

O escopo do trabalho do Núcleo de Memória da PUC-Rio constantemente é reavaliado. Para avaliar seu desenvolvimento e desempenho um dos instrumentos utilizado é a estatística de acesso ao sítio. Até o mês de julho, foram mais de 28.000 acessos. A figura 3 mostra o quantitativo de acesso de 2008 a 2013 ⁶³.

Ano	Primeira visita (A)	Visita de retorno (B)	Total de visitantes (C)
2008	3.193	364	3.557
2009	3.892	658	4.550
2010	7.358	1.663	9.021
2011	3.551	874	4.425
2012	3.458	1.014	4.472
2013	1.766	498	2.264
Total	23.218	5.071	28.289
Média	3.870	845	4.715

Figura 3 – Estatística de acesso ao sítio do Núcleo de Memória da PUC-Rio ⁶⁴. Adaptada do Núcleo de Memória.

É considerada primeira visita (A) aquela referente à primeira vez que determinada pessoa acessou o sítio; e visita de retorno (B), quando a pessoa acessa novamente o sítio após determinado período. O total de visitantes (C) é o resultado de A+B. A média de consultas é

⁶³ Cf. sítio do Núcleo. *Link* “Estatística do *site*”.

⁶⁴ Informações retiradas do sítio, disponível em: <[https:// www.puc-rio.br](https://www.puc-rio.br)>. Acesso em: 23 jul. 2013.

referente ao período de um ano. Considerando o total de consultas, a média de acesso ao sítio do Núcleo de Memória da PUC-Rio é de cerca de 400 consultas por mês.

Todas as atividades, relatos do projeto, participação da equipe em pesquisas e eventos técnico-científicos, solicitações internas e externas e apoios prestados são arquivados, registrados e estão disponíveis no sítio, que também é utilizado para se ter um retorno do trabalho desenvolvido pelo Núcleo.

Dentre esses registros podemos destacar: pedido de autorização para uso de textos e imagens do acervo em trabalhos de pesquisa e monografias; solicitação de informações e documentos sobre a Universidade, professores e ex-professores, ex-alunos e ex-funcionários; solicitação de apoio na organização de exposições e comemorações dos diversos setores da PUC-Rio; pessoas que procuram o Núcleo para identificação de pessoas em fotos do acervo e para ceder outros materiais. Além das solicitações interna para apoio na constituição de acervos memorialísticos, o Núcleo recebeu solicitação de orientações para a montagem do Centro de Memória da Escola República / FAETEC e visitou o Núcleo de Memória da Maré com vistas a apoiá-lo. Destaco que minha solicitação de autorização para utilizar o Núcleo como objeto desta pesquisa, bem como a autorização para minha participação nas atividades descritas a seguir também foi registrada.

Além de todas as atividades realizadas para preservação e acesso do patrimônio documental da PUC-Rio, a equipe responsável pela execução do projeto se reúne semanalmente. Esses encontros se dividem em três linhas específicas: *Reuniões de pesquisa*, *Laboratórios de documentação* e *Seminários teórico-metodológicos*. As reuniões de pesquisa, em que se apresenta o andamento dos trabalhos, acontecem duas vezes no mês; as demais, uma vez.

Por ocasião da pesquisa, pude participar de duas delas: do Laboratório de Documentação e do Seminário Teórico-Metodológico. A participação no Laboratório de Documentação ocorreu no dia 14 de março de 2013, em que foi analisado um tipo de documento: o memorial⁶⁵ do Professor Luiz Fernando Gomes Soares, professor associado do Departamento de Informática, escrito em março de 2003. A base empírica desse laboratório foi, portanto, a série de memoriais de professores titulares em atividade hoje na PUC-Rio. A análise desse documento deu-se em função da monografia do aluno do curso de História,

⁶⁵ Segundo o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Memorial é um “documento que descreve, de forma detalhada, a produção acadêmica e o *curriculum vitae* de um candidato a cargo em concurso público para professor universitário”. No caso da PUC-Rio, esses memoriais são escritos por professores que desejam tornar-se professor titular. Ele passa pela Comissão de Carreira Docente (composta de dois professores internos e dois externo, sendo um do exterior) que analisa o memorial, em que se inscreve a trajetória do professor na Universidade.

Reinan Ramos, que pretende aprofundar a relação entre memória e história da PUC-Rio. O objetivo dos laboratórios é refletir de forma acadêmica sobre a natureza do documento, que pode conduzir a uma *descrição densa*.

Os Seminários Teórico-Methodológicos são de revisão e atualização bibliográfica, com o objetivo de discutir, à luz de textos de natureza teórica e metodológica, temas de interesse para a equipe que atua no Núcleo: história oral, memória, história etc. A participação em um dos seminários ocorreu no dia 26 de março de 2013, em que foi feita a leitura e a reflexão do texto *Após Auschwitz*, de Jeanne Marie Gagnebin⁶⁶.

Há, portanto, um compromisso com a formação da equipe. Essa afirmação é reforçada com a participação de pesquisadores do Núcleo no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), desde 2007. E esse é um dos objetivos do Núcleo; contribuir para a formação de pesquisadores, ou seja, não só informar, mas também formar.

4.2 O PROJETO MEMÓRIA DO SIBI/UF RJ

A primeira Universidade Federal no País, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), tem sua origem em 1920, através do Decreto nº 14.343, de 7 de setembro, resultado da união da Escola de Engenharia, criada a partir da Academia Real Militar (1810), da Faculdade de Medicina (1832) e da Faculdade de Direito (1891).

A instauração do Estado Novo (1937-1945) implicou na formação do Estado Nacional que tinha suas bases assentadas na homogeneização da cultura, da língua e da ideologia: a nação era entendida como uma coleção de indivíduos, transformada em um todo orgânico, uma entidade moral, política e econômica. A Constituição de 1937, que implantou o Estado Novo, atribuiu à União a competência para fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deviam obedecer à formação física, intelectual e moral da infância e da juventude. A partir daí a educação seguiu diretrizes que apontavam os valores aos quais deveria servir: a religião, a pátria e a família; outros termos seriam transformados em palavras-chave para representar as orientações a serem cumpridas e as decisões postas em prática: moral, disciplina, controle e ordem.

É nesse contexto que, em 5 de julho de 1937, a Lei 452 instituiu a Universidade do Brasil (UB), a universidade de caráter nacional, destinada a fixar o padrão de ensino superior em todo país e formada por uma comunidade de professores e alunos consagrados ao estudo.

⁶⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Após Auschwitz*. In: _____. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

A organização definitiva da Universidade do Brasil só ocorreu em 1939, quando é de fato instituída pelo Decreto-Lei 1190, de 4/4/1939. Em 1965, a Universidade do Brasil passou a designar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além de ser a primeira Universidade do Brasil, a UFRJ é considerada uma das principais Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

Diante da construção e trajetória da UFRJ, que se confundem com a História do Brasil, diversos setores da Universidade têm empreendido esforços para organizar, preservar e divulgar a memória técnico-científica e cultural, com vistas ao fortalecimento de sua identidade institucional e para a compreensão de sua importância na produção de conhecimento cultural, científico e tecnológico brasileiro, cumprindo desta forma, sua função social ao assegurar à sociedade o direito de acesso às informações sobre sua história e sobre o conhecimento produzido por ela ⁶⁷.

Dentre os setores que buscam preservar esse patrimônio está o Fórum de Ciência e Cultura (FCC). Um de seus propósitos são a preservação, expansão e difusão do patrimônio histórico, cultural, artístico e da natureza brasileira. Nesse sentido, promove a discussão no sentido de formular e implantar uma política cultural para a UFRJ que contemple as áreas de produção e difusão cultural, artística e científica, assim como museus, acervos e patrimônio. O Fórum é dirigido por um coordenador, tendo em sua estrutura órgãos com atuação autônoma: Casa da Ciência, Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE), Museu Nacional (MN), Editora UFRJ, Biblioteca Pedro Calmon e Sistema de Bibliotecas e Informações (SiBI).

Vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura, o Sistema de Bibliotecas e Informações da UFRJ (SiBI) teve início em 1983, a partir de um projeto que pretendia organizar a aquisição científica de periódicos estrangeiros para a UFRJ, proposto por uma comissão de bibliotecários coordenada pela professora Lena Vânia Ribeiro Pinheiro. Implantado em 1990, o SiBI têm entre seus objetivos a implementação de políticas de preservação de acervos e prestar assessoria aos arquivos documentais, aos museus da UFRJ e a projetos institucionais de desenvolvimento, tratamento e disponibilização de acervos de qualquer natureza.

Em 2006, foi elaborado o *Projeto Memória do SiBI/UFRJ* a partir da necessidade de identificar, preservar e disponibilizar os acervos *extra-bibliotecas* existentes em diversas unidades da UFRJ. De outro lado, a proposta visava atender o anseio dos bibliotecários do

⁶⁷ As informações apresentadas nesta seção tiveram por base: o *Projeto Memória SiBI/UFRJ* (OLIVEIRA; QUEIROZ; MELLO, 2009); o *Projeto Memória, Documentação e Pesquisa* (QUEIROZ, 2012); os sítios da Divisão de Memória, da Biblioteca Pedro Calmon (BPC), do SiBI e do FCC; as informações prestadas por Andréa Queiroz, Diretora da Divisão Memória; e por dados coletados na BPC, durante a pesquisa de campo.

sistema, o SiBI, através da Divisão de Memória Institucional – institucionalizada em 2011, como uma divisão do SiBI. É de responsabilidade do SiBI acompanhar o andamento do Projeto Memória, fazer contato com as unidades da UFRJ para o agendamento da coleta de dados, cuidar da digitalização de documentos, da catalogação dos dados coletados, assim como disponibilizar das informações na Base Minerva.

A partir da consolidação do Projeto, foi formado o *Grupo de Pesquisa em História, Memória e Documentação* coordenado pela Divisão de Memória e composto por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, História, Comunicação Social, Ciências Sociais e Educação.

Desde 2010, o projeto realiza um trabalho com bolsistas de Iniciação Científica, com alunos dos cursos de graduação em Biblioteconomia, Comunicação Social, Ciências Sociais e História, com o apoio da Pró-Reitoria de Graduação da UFRJ, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural (PIBIAC). A equipe realizou um levantamento e a análise dos acervos documentais preservados em diferentes espaços da UFRJ: escritos, iconográficos, cartográficos, arquitetônicos, artísticos e orais que representam a história e a memória da UFRJ. Esses documentos encontram-se disponíveis na base Minerva – catálogo *online* do acervo das bibliotecas da UFRJ – tanto para a comunidade interna quanto externa. Atualmente, permanecem no projeto dois alunos do curso de História.

Outro órgão vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura (FCC) e que visa à preservação e disponibilização dos acervos históricos e memorialísticos da UFRJ é a Biblioteca Pedro Calmon, considerada por muitos como uma *biblioteca-memória*.

Criada em 17 de dezembro de 1945, a partir do acervo da antiga Biblioteca Central da Universidade do Brasil, recebeu doações de homens ilustres das Ciências e das Letras, de instituições culturais e outras coleções particulares. Foi, portanto, a primeira Biblioteca Central da UFRJ. Com a implantação do SiBI, em 1990, a antiga Seção de Circulação da Biblioteca Central, passou a ser denominada Centro Referencial, preservando parte do acervo considerado de interesse para a UFRJ. No final do ano 2000, o espaço onde funcionava o Centro Referencial do SiBI passou a denominar-se Biblioteca Pedro Calmon (BPC). Atualmente, a BPC possui em seu acervo documentos textuais, iconográficos, multimídias e digitais (de valor histórico-científico), formando as seguintes coleções: *Afonso Carlos Marques dos Santos*, *Estudos de Problemas Brasileiros*, *Reitores UFRJ*, *Obras Raras*, *Memória UFRJ*, além de ser depositária das obras produzidas pela *Editora UFRJ*.

As coleções *Afonso Carlos Marques dos Santos*, *Obras Raras* e *Memória UFRJ* (esta última abordada mais adiante) já foram digitalizadas e estão disponíveis na base Minerva,

graças a um projeto de digitalização de acervo. Por se tratar de uma biblioteca tida como especializada na história da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, consultada por pesquisadores de todo o país, a Biblioteca Pedro Calmon (BPC) está com um projeto em desenvolvimento intitulado *Biblioteca Digital sobre a história da cidade do Rio de Janeiro*.

Para facilitar a compreensão de alguns caminhos percorridos para a preservação do patrimônio na UFRJ, elaboramos um esquema que mostra os diversos setores da Universidade que trabalham com preservação e acesso de documentos históricos e a relação entre eles (figura 4). Porém, existem outros setores, como os diversos espaços de memória da UFRJ, que não estão incluídos aqui.

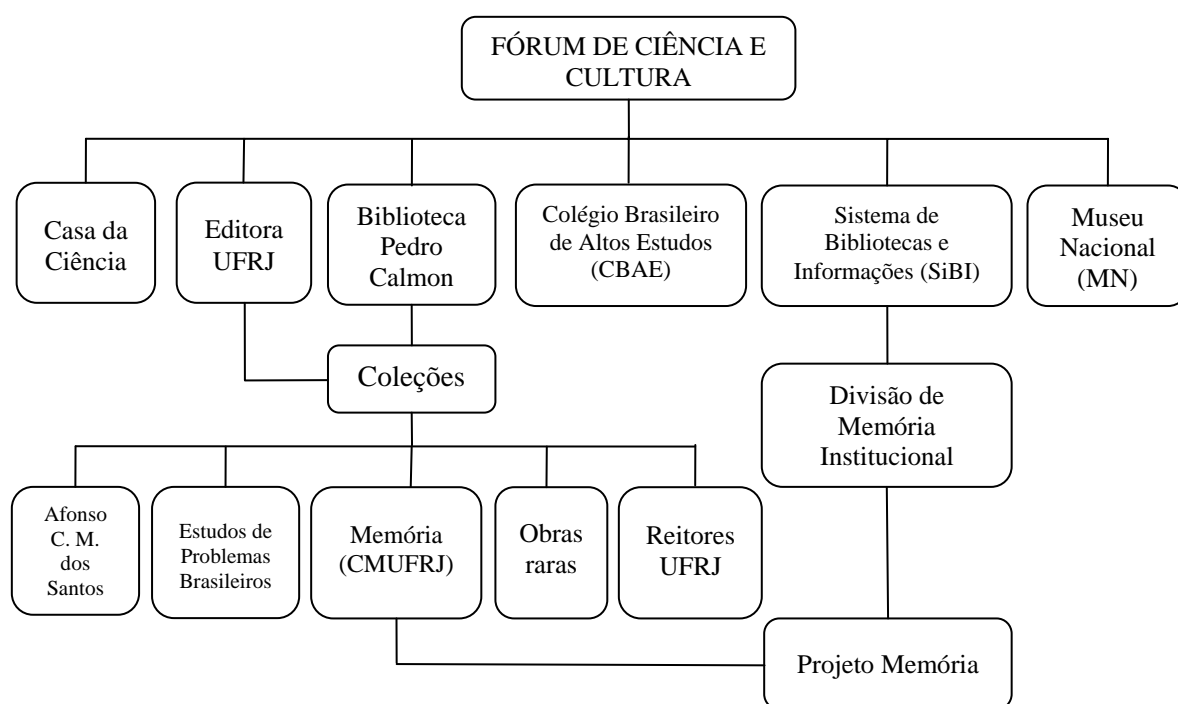


Figura 4 – Adaptação da estrutura organizacional da preservação e acesso ao patrimônio na UFRJ.

O trabalho inicial do Projeto Memória foi o levantamento e análise dos *espaços de memória* existentes na Universidade. Neste sentido, o trabalho foi muito mais de identificação e divulgação desses acervos. No levantamento realizado, o Projeto Memória identificou um pouco mais de trinta espaços de memória (listagem no ANEXO B). Nesses casos, as unidades detentoras desses acervos ficam responsáveis pelo processamento técnico dos materiais. Entretanto, todo material produzido pela Divisão Memória, principalmente referente aos eventos que realiza – folder, atas, discursos etc. –, são digitalizados e catalogados na base Minerva (*Memória UFRJ*), possibilitando, desse modo, a preservação da memória recente.

Após a criação do Projeto Memória da UFRJ, a Divisão Memória começou a receber um grande volume de materiais e, desde 2007, os encaminha para a Biblioteca Pedro Calmon

(BPC), que criou em seu acervo a *Coleção Memória UFRJ* (CMUFRJ) ⁶⁸, abrigando todo material de importância história e memorialística.

Quanto ao suporte, os documentos que compõe a CMUFRJ são: livro, folhetos, periódicos, gravuras, programas de concertos, separatas, projetos de pesquisa, projetos arquitetônicos, relatórios de pesquisa, recortes de jornais, fotografias, postais, plantas, DVD, CD-ROM. A CMUFRJ possui hoje aproximadamente 560 títulos, totalizando 870 volumes. O critério para a seleção dos documentos é: todos os documentos que chegam à biblioteca, produzidos pela UFRJ, e que tratam da origem e da história da instituição. Porém, quando são três exemplares ou mais esse material é oferecido para outras unidades que se interessarem.

A classificação e catalogação dos documentos ficam a cargo de uma bibliotecária. Os documentos são separados de acordo com a sua natureza, classificados por assunto e catalogados na base Minerva (figura 5), em espaço próprio para a coleção (*Memória UFRJ*), independentemente se foram digitalizados ou não. Já os documentos que foram digitalizados estão disponíveis também no sítio da BPC.

The screenshot shows the Minerva database interface for the 'Memória UFRJ' collection. At the top, there is a navigation menu with options like 'Identificação', 'Encontrar Sessão', 'Usuário', 'Preferências', 'Catálogos', 'Fala conosco', 'EEB', and 'Ajuda'. Below this, there is a search bar and a 'Voltar' button. The main content area displays the title 'Memória UFRJ - Coleção' and a brief description: 'Lisboa, Vinícius. O hospício que virou instituição de ensino : palácio da Praia Vermelha foi construído, no século XIX, por ordem do imperador Pedro II / Vinícius Lisboa. - Rio de Janeiro : O Globo, 2011. Universidade Federal do Rio de Janeiro. - Incêndios. Capela São Pedro de Alcântara - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Incêndios. Memória - UFRJ.' Below the description, there is a message: 'Não é possível reservar item disponível. Clique no link ("reservar" ou "fotocópia") para fazer uma solicitação de reserva ou fotocópia de um item.' There are also dropdown menus for 'Selecionar ano', 'Selecionar volume', and 'Selecionar biblioteca', along with a 'Esconder itens emprestados' checkbox. At the bottom, there is a table with columns: 'Opções', 'Descrição', 'Status', 'Devolver em', 'Hora', 'Biblioteca', 'Coleção', 'Localização', 'Páginas', 'Reservas', '2ª localização', 'Código de barras', 'Nota OPAC', and 'SFX'. The table contains one row of data for the book 'Memória UFRJ'.

Opções	Descrição	Status	Devolver em	Hora	Biblioteca	Coleção	Localização	Páginas	Reservas	2ª localização	Código de barras	Nota OPAC	SFX
Expandir		Emp. não permitido	Item disponível		FCC	Coleção Memória UFRJ	MUFRJ 814.84 L766h				758744-10		

Figura 5 – Registro de um documento na base Minerva (Memória UFRJ). Fonte Base Minerva.

Após a catalogação, os documentos são organizados em caixas devidamente identificadas, seguindo a seguinte ordem: por tipo / por assunto. Tendo em vista que a coleção está em crescimento e recebendo muitos documentos arquivísticos, existe a proposta de criação do *Fundo Arquivístico Coleção Memória*.

A divulgação do acervo fica a cargo da Divisão de Memória. A Divisão não só divulga a CMUFRJ, mas todos os acervos memórias da Universidade. Para tanto, realiza seminários,

⁶⁸ As informações contidas aqui sobre a Coleção Memória foram prestadas (via e-mail) pelo chefe da Biblioteca Pedro Calmon, José Tavares da Silva Filho, além da valiosa contribuição da bibliotecária Solange Mazzaroto.

publicações, exposições. Por exemplo, os seminários *Memória, Documentação e Pesquisa*⁶⁹ têm por objetivo divulgar o acervo e patrimônio institucional, a história e memória da Universidade, promovendo reflexões sobre o campo da memória, bem como a integração e a divulgação de estudos e pesquisas desenvolvidos por pesquisadores e profissionais, referentes a aspectos históricos da UFRJ.

A equipe coordenada pela Diretora da Divisão de Memória Institucional, a historiadora Andréa Cristina de Barros Queiroz, e a equipe do SiBI, coordenado pela bibliotecária Paula Maria A. Cotta de Mello, já realizaram cinco seminários: *A Universidade e os múltiplos olhares sobre si mesma* (2007); *A Universidade e seus lugares de memória* (2008); *A Universidade e seus lugares de memória II* (2009); *A memória institucional e as suas interfaces com a cultura e a oralidade* (2011); *Coleções especiais, patrimônio e memória* (2012). Em 2010 não houve seminário, pois a equipe do SiBI colaborou nas comemorações dos 90 anos da UFRJ, realizando um levantamento histórico.

Os trabalhos apresentados nos seminários resultaram em três publicações, que contaram com o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa: *A universidade e os múltiplos olhares de si mesma* (2007); *Universidade e lugares de memória* (2008); *Universidade e lugares de memória II* (2009).

Outro instrumento de pesquisa é o sítio do *Projeto Memória do SiBI/UFRJ*⁷⁰. Atualizado constantemente, contém notícias publicadas na mídia sobre a UFRJ, artigos de autoria de seus pesquisadores, acervo de imagens, *links* para os seminários realizados com os áudios das palestras e suas publicações, além dos *links* para os diversos lugares de memória da UFRJ e de outras instituições.

Na ocasião das comemorações dos 90 anos da UFRJ, a equipe do Projeto Memória iniciou uma pesquisa para coleta de depoimentos relacionados à memória da Universidade. Dessa forma, percebeu-se que não só a preservação dos acervos documentais e arquitetônicos era importante. Era necessário dar voz aos sujeitos que construíram a Universidade, em todos os sentidos do termo, como a comunidade do entorno dos diversos *campi*. Para tanto, foram realizadas diversas pesquisas e coleta de depoimentos.

Passada essa experiência inicial, a Divisão de Memória elaborou um projeto intitulado *Projeto Memória, Documentação e Pesquisa* para a constituição do acervo de História Oral (em fitas de áudio e vídeo), que integrará a Coleção Memória da UFRJ, na Biblioteca Pedro Calmon, de acordo com os critérios internacionais de salvaguarda, de conservação e de

⁶⁹ Normalmente, os seminários acontecem em setembro, mês em que se comemora o aniversário da UFRJ.

⁷⁰ Cf. sítio da Divisão de Memória: <www.sibi.ufrj.br/Projeto/memoria.html>.

consulta da International Oral History Association (IOHA) e da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Trata-se de depoimentos/entrevistas dos diversos reitores, antigos e atuais docentes e servidores técnico-científicos, bem como os personagens que ocuparam cargos de importância e visibilidade na instituição, que, posteriormente, serão transcritos, catalogados e inseridos na base Minerva para consulta pública.

Vale ressaltar que a Divisão de Memória, além de receber solicitações para o apoio para fazer o diagnóstico e a identificação de acervos, presta ainda assessoria técnica na criação de novos acervos memória e colabora na divulgação. Auxilia também nas comemorações dos setores, pois entende que não é só pensar no acervo, mas na memória como um todo.

5 DE VOLTA DO CAMPO EMPÍRICO: ANÁLISE E OS RESULTADOS

As políticas governamentais de preservação de documentos no Brasil têm por base a *Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados* que entende a gestão documental como “instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991).

O objetivo principal deste estudo foi identificar se os procedimentos adotados pelos Centros de Memória das Instituições de Ensino Superior (IES) estão em consonância com as Políticas de Preservação do Patrimônio Documental no Brasil. Assim, buscamos neste capítulo traçar um paralelo entre o que preconizam as políticas, programas e projetos de preservação do patrimônio e se os centros de memória selecionados para a amostra seguem as diretrizes traçadas por esses documentos.

No entanto, até o momento não se formulou uma política explícita⁷¹ voltada à preservação de documentos nas Instituições de Ensino Superior (IES). Para preencher essa lacuna foi necessário consultar o que propõem as diversas políticas de preservação documental em conjunto com leis, decretos e portarias. Algumas iniciativas com esse propósito consolidaram-se em documentos, a exemplo do Programa Memória do Mundo, da UNESCO e da proposta de uma Política Nacional de Preservação da Memória da Ciência e Tecnologia, do CNPq.

As diretrizes traçadas pela UNESCO e a proposta do CNPq são as que mais se aproximam dos interesses deste estudo. Porém, o Programa Memória do Mundo abrange o patrimônio documental de interesse mundial e, por isso, guarda uma distância com a proposta aqui colocada dirigida ao patrimônio de duas universidades.

A proposta do CNPq ainda não saiu do papel. A propósito, identificamos diversas iniciativas em relação ao patrimônio da Ciência e Tecnologia (C&T), mas não uma política. É fato que o privilégio é das políticas de preservação documental direcionadas à documentação produzida pelo Estado, característica que marca o período da institucionalização das políticas de preservação do patrimônio no país.

⁷¹ Sobre política explícita e política implícita ver HERRERA, A. Social determinants of science policy in Latin America: explicit science policy and implicit science policy. **J. Develop. Stud.**, v. 9, n. 1, 27 out. 1972. Para este autor, política explícita é a política expressa em leis, regulamentos e estatutos; é a política oficial. Já a política implícita, embora determine o papel da ciência na sociedade, não apresenta uma estrutura formal. Porém, a política implícita reflete as condições estruturais do País, no que se refere à ciência e tecnologia.

Diante do contexto atual, em que se apresenta um crescente volume de informações, a velocidade com que ela é produzida dificulta cada vez mais sua organização e posterior recuperação. Diante desse quadro, em que a produção de informação é exponencial, acaba-se por não se ter um referencial concreto. A reorganização da memória demanda, portanto, um esforço muito grande por parte das instituições e dos grupos que delas fazem parte.

A dificuldade em organizar toda a produção intelectual, com o objetivo de dar conta do volume de dados e informações e disponibilizá-los para uso, tem na criação de centros de memória, uma solução em médio prazo. No entanto, deve-se estar atento aos procedimentos técnicos utilizados no tratamento dessas informações. Nesse contexto, há um aspecto que merece destaque: a importância de se olhar para os documentos numa perspectiva patrimonial, ao mesmo tempo em que se deve estar atento às necessidades informacionais dos usuários desses centros que, geralmente, buscam por informação especializada.

Para isso é necessário conhecer as normas de recolha, seleção e classificação que fazem com que o centro de memória seja, de fato, um *lugar de memória*. Por se tratar de lugares de memória, algumas categorias são fundamentais para atribuir significado e auxiliar na estruturação dos centros de memória. É possível trabalhar com alguns pares de categorias: patrimônio/preservação, documento/informação, memória/história, perigo/valor, recuperação/uso, memória/esquecimento, preservação/perda. Alguns são complementares; outros, excludentes.

Entretanto, com base na literatura consultada, a análise teve seu interesse voltado para a identificação das formas de preservação e disponibilização do acervo documental nas duas instituições visitadas, pois as técnicas de preservação e acesso vão variar de acordo com a realidade e/ou especificidades de cada uma. Conforme foi dito anteriormente, buscamos aqui abordar os centros de memória visitados a partir da perspectiva apontada por Chagas (2007, p. 222), isto é, compreender o patrimônio documental em sua dinâmica social.

Com esse propósito, analisamos os centros de memória a partir das diretrizes do Programa Memória do Mundo da UNESCO que apresenta cinco *estratégias principais*⁷² para atingir seus objetivos, das quais destacamos quatro: *Identificação do Patrimônio Documental, Sensibilização, Preservação e Acesso*. Entre tantos documentos sobre preservação de patrimônio documental, optamos por nos orientar por essas estratégias, uma vez que, além de se tratarem de categorias fundamentais para a construção de um centro de memória, a

⁷² EDMONDSON (2002, p. 17-18).

proposta do CNPq, as políticas do IPHAN e demais políticas compartilham orientações semelhantes. Vale ressaltar que a essas estratégias, acrescentamos, ainda, *Recuperação e Uso*.

A *Identificação do Patrimônio Documental* é o primeiro estágio a percorrer na constituição de um centro ou núcleo de memória. É preciso identificar os documentos e sua importância para a instituição.

Nessa direção, o Núcleo de Memória da PUC-Rio procurou, inicialmente, localizar e identificar os documentos produzidos pela Pós-Graduação e Pesquisa.

Do mesmo modo, o Projeto Memória da UFRJ realizou um levantamento, identificando os vários espaços de memória existente na Universidade.

Na identificação desses documentos é necessário atribuir um significado, um valor a eles. Esse valor é apontado mais adiante, no item que trata da preservação. Esses documentos apresentam uma variedade de conteúdo e suporte; podem ser textuais, não-textuais, audiovisuais, iconográficos.

A segunda estratégia apontada pelo Programa Memória do Mundo refere-se à *Sensibilização*. Chamar a atenção para o patrimônio documental desaparecido ou perdido é apontada pelo Programa como uma das formas de sensibilização.

Ao pensar na constituição de um centro de memória devem-se desenvolver ações para conscientizar a comunidade interna sobre a importância do patrimônio documental. É necessário olhar de forma diferenciada para esses documentos, para sua história e sua contribuição para o desenvolvimento do país. É despertar o sentimento de memória nas pessoas que fizeram ou fazem parte da instituição.

A preservação e registro da memória é uma tradição praticada pela Igreja Católica. Já no século XV visava a proteção de suas edificações e, no século XVI, a criação dos primeiros arquivos, com o objetivo de organizar os documentos de cada diocese. A própria concepção de patrimônio no início do século XX, quando da criação do IPHAN, privilegiava a preservação do patrimônio da Igreja, influenciada pelos intelectuais católicos, como Alceu Amoroso Lima, que participou desse processo e da fundação da própria PUC-Rio.

Dessa forma, acreditamos que a adesão de grande parte da comunidade acadêmica deve-se a essa tradição, e o fato da administração central da PUC-Rio ser sensível à vontade de memória favorece o bom desempenho do Núcleo de Memória. Toda comunidade interna tem se mobilizado para contribuir direta ou indiretamente para que a história da Universidade seja contada.

Na UFRJ, a iniciativa partiu dos bibliotecários que iniciaram um levantamento para mapear a memória na instituição. Porém, a vontade de preservar a memória foi reforçada com

a participação da equipe do Projeto Memória nas comemorações dos 90 anos da UFRJ. Naquele momento percebeu-se que era necessário conhecer mais sobre a instituição e nada melhor do que utilizar-se da história oral para romper com os silêncios; dar voz àqueles que contribuíram para a construção da instituição e que agora contribuem para resgatar a sua memória e (re) construir a sua história.

Observamos que na ocasião em que professores, alunos e funcionários das duas instituições estudadas tomaram ciência dos trabalhos dos centros, entraram em contato com a equipe por eles responsável, no intuito de colaborar com o acervo, por meio de doação de fotografias, de documentos, concedendo entrevistas/depoimentos. O sentimento despertado nessas pessoas faz com que elas realmente se reconheçam como pertencentes à instituição.

O processo de sensibilização inclui a educação, o treinamento e a publicidade. Conforme mencionado anteriormente, Mário de Andrade e o ministro da Educação Gustavo Capanema chamavam atenção para a importância do patrimônio na educação popular. Hoje, percebemos sua contribuição para o ensino e para o exercício da pesquisa. É, portanto, uma via de mão dupla: o patrimônio favorece a educação do mesmo modo que esta favorece o patrimônio. O ensino constitui a base para o desenvolvimento de métodos de preservação, tanto é que a política do IPHAN prevê a *Educação Patrimonial*, na busca da implementação de uma postura educativa, construindo em conjunto com a sociedade “políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio cultural” (IPHAN, 2012).

Tanto a equipe do Núcleo de Memória PUC-Rio, quanto do Projeto Memória SiBI/UFRJ tem organizado diversos seminários e palestras, e participado de eventos técnico-científicos com o propósito de colaborar na formação de seus pesquisadores e daqueles que se interessem pelos assuntos abordados, envolvendo, inclusive a utilização das novas tecnologias na preservação e acesso. As equipes também incentivam a realização de pesquisas por meio de bolsas de estudo e pesquisa, e da organização de eventos que possibilitam maior visibilidade dos trabalhos dos pesquisadores. Ademais, os centros têm sido solicitados para auxiliarem na criação de novos acervos memorialísticos, seja em outros setores da Universidade, seja em outras instituições.

A necessidade de informações especializadas fez com que as equipes do Núcleo de Memória da PUC-Rio e do Projeto Memória da UFRJ buscassem um referencial teórico específico como forma de identificar os problemas básicos, e a articulação com outras instituições especializadas como, por exemplo, a experiência do CPDOC na constituição de acervos de História Oral. Outros exemplos de revisão e atualização bibliográfica são os seminários teórico-metodológicos realizados pelo Núcleo e o *Grupo de Pesquisa em História*,

Memória e Documentação, criado na Divisão de Memória da UFRJ, dedicado à pesquisa histórica e à preservação de acervos históricos.

Quanto à terceira estratégia, *Preservação*, podemos dizer que está intimamente relacionada à noção de dano/perigo.

A preocupação com a *perda* de documentos importantes para a instituição que se encontra em perigo ou que apresentam algum dano é um dos fatores para preservá-los.

Vale destacar que o *valor* atribuído aos documentos da instituição é que vai determinar se devem ou não ser preservados; sem agregar um valor ao documento não há preservação e, em consequência, possibilidade de acesso.

A investigação nos centros de memória das duas Universidades mostrou que o mais comum é atribuir um valor patrimonial, histórico, informativo, científico ou tecnológico aos documentos preservados na instituição. Nesses casos, todos os documentos que compõem seus acervos tratam da origem e da história da Universidade, de pessoas ligadas a ela ou das comunidades do entorno. Os próprios centros produzem documentos aos quais podem ser atribuídos tais valores.

As formas utilizadas para preservação vão desde a limpeza e acondicionamento em locais adequados para prevenir a deterioração até a digitalização, método bastante utilizado pelos centros estudados. Na reunião de documentos eles recorrem não somente àqueles dispersos na instituição, mas também os que estejam de posse de funcionários, professores e alunos, e os que se encontram em outras instituições, recorrendo, em alguns casos, a reprodução de outros acervos.

As políticas de preservação recomendam que deve haver um controle da documentação, utilizando-se mecanismo próprio que pode ser em formato manual ou, de preferência, informatizado, pois permitem a organização de dados de forma que facilita o acesso e, conseqüentemente, a recuperação e uso da informação. Ambos os centros utilizam banco de dados eletrônicos para catalogação de seus acervos e os disponibilizam em seus respectivos sítios.

Uma característica comum aos dois centros, e que parece ser uma tendência, é que eles não mantêm os documentos na forma física. Eles registram e apontam a localização dos documentos, ou seja, privilegiam o referenciamento, até porque manter um acervo físico gera um custo muito alto, pois necessitam de ações preventivas e ambiente adequado. A forma adotada pelos centros de memória analisados é a mesma do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), já na década de 1970.

A digitalização e a catalogação nos bancos de dados foram soluções encontradas para dar conta da organização e preservação do patrimônio documental dessas instituições, facilitando o acesso, a recuperação e uso da informação. O Núcleo de Memória da PUC-Rio tem todos os documentos digitalizados; o Projeto Memória da UFRJ iniciou esse processo, e depende da aprovação de projetos para financiar a fase de digitalização dos documentos.

Contudo, ao utilizar a digitalização como recurso para preservar o patrimônio documental, esses centros resolveram o problema atual de preservação e acesso. É um recurso indicado até mesmo pelo Projeto Memória do Mundo, pois facilita o acesso e evita o manuseio dos originais, contribuindo para sua preservação. Dessa forma, os documentos são digitalizados, cadastrados em bancos de dados eletrônicos e disponibilizados no sítio das Universidades. Após esses procedimentos – que incluem o acondicionamento em caixas identificadas – os documentos em suporte papel são devolvidos aos setores que os produziram, como acontece no Núcleo de Memória da PUC-Rio. Como não tivemos acesso aos documentos, não foi possível aferir o grau de adequação do armazenamento, condições climáticas, condições de manipulação e segurança. Na UFRJ, os documentos em formato papel estão na Biblioteca Pedro Calmon (BPC), na Coleção Memória UFRJ (CMUFRJ).

O Projeto Memória do Mundo sinaliza no seu texto que as condições inadequadas de armazenamento podem acarretar danos irreparáveis e afirma que é comum colocarmos em risco a preservação de longo prazo para satisfazer as demandas de acesso; risco que deveria ser evitado. De qualquer forma, o que se recomenda é que, mesmo depois de digitalizados, nenhum documento original deve ser eliminado indiscriminadamente e, se possível, mantê-los nos dois formatos (impresso e digital), principalmente porque as novas tecnologias rapidamente se tornam obsoletas.

O *Acesso* aos documentos preservados pelos centros de memória é, no nosso entendimento, um dos passos mais importantes, pois ele justifica a preservação. Não adianta identificar, selecionar, classificar e catalogar um acervo se ele não estiver disponível para consulta pública. A preservação por si só não teria sentido. De acordo com o IPHAN (2009), promover o acesso ao patrimônio é um direito de cidadania. Para garantir o acesso, a ferramenta mais utilizada e eficaz é a *internet*, que facilita não só o acesso aos documentos em formato de texto ou imagem, como também as gravações sonoras.

Por último, acrescentamos às estratégias adotadas pela UNESCO, a *Recuperação e Uso* desses documentos, pois acreditamos ser o principal objetivo quando uma instituição decide preservar e promover o acesso aos documentos por ela produzido. Como recuperar os documentos preservados no centro de memória? O que fazer com ele? É, portanto, uma

estratégica que está indissociada da estratégia anterior: o acesso.

Nos sítios dos centros visitados é possível recuperar depoimentos, entrevistas e áudio de palestras. Eles apresentam também algumas estratégias para otimizar a disseminação e recuperação dos documentos preservados. Uma delas é a atualização periódica dos seus sítios. À medida que passam pelo processo de catalogação no banco de dados, são automaticamente disponibilizados para consultas. A forma como o sítio está estruturado também facilita a recuperação das informações. Assim, uma fotografia ou qualquer outro documento pode ser recuperado a partir de palavras-chave.

Outra estratégia utilizada pelos centros está voltada tanto para o acesso e recuperação da informação, quanto ao seu uso. A partir de informações extraídas do próprio acervo, as equipes dos centros produzem outros instrumentos de pesquisa como crônicas, artigos em jornais internos, entrevistas e depoimentos sobre o acervo, além da organização de seminários, palestras e exposições. A técnica da História Oral é bastante utilizada por eles para reconstruir a trajetória da instituição e, assim, torná-la pública. São histórias, memórias, vivências e experiências de quem fez ou faz parte da instituição.

Para construir a questão principal e os objetivos a serem alcançados por esta pesquisa, algumas questões foram formuladas. Assim, foi necessário conhecer como se deu a institucionalização das políticas de preservação do patrimônio histórico-documental.

O conceito de *patrimônio* adotado a partir de 1937, na ocasião da institucionalização das políticas de preservação, com a criação do IPHAN, foi ampliado. Porém, a definição atual já era prevista por Mário de Andrade e foi retomada na década de 1970. Essa ampliação que se apresenta no momento, que inclui o patrimônio imaterial, pode estar vinculada a ampliação do conceito de *documento* que passa a considerar os mais variados suportes. Entretanto, a finalidade continua a mesma, passar de geração a geração. *Patrimônio* e *memória* são conceitos relacionados diretamente à *identidade*. Quando uma instituição decide criar um centro de memória, uma das motivações é o fortalecimento de sua identidade. O objetivo não se restringe a mostrar o seu perfil, mas a identidade construída, possibilidade de se (re) conhecer.

Ao analisar os dois centros foi possível verificar a contribuição do patrimônio documental preservado por eles para o avanço e popularização da Ciência e Tecnologia. No caso do Núcleo de Memória da PUC-Rio seu desenvolvimento e desempenho são revelados por meio da estatística de acesso ao sítio, instrumento utilizado para esse fim. A média de acesso é de 400 consultas por mês.

No Projeto Memória do SiBI/UFRJ não foi possível coletar esse dado, uma vez que

não tivemos contato com nenhum espaço memória da UFRJ. Dessa forma, não podemos afirmar se eles têm ou não esse tipo de controle. Porém, verificamos que a Coleção Memória UFRJ (CMUFRJ), que faz parte do acervo da Biblioteca Pedro Calmon (BPC), não é muito utilizada. Não pudemos verificar se esse material é acessado através da base Minerva, embora seja pouco provável, pois a maioria só contém os dados e a localização do documento. Na hipótese desses materiais realmente não serem utilizados, a nosso ver, pode ser: pela forma de divulgação; pelo tipo de material; ou por pertencer também a outro acervo.

Outra forma de mensurar a importância da preservação dos acervos documentais dessas instituições é sua utilização por pesquisadores, na produção de novos conhecimentos. Nesses acervos é possível recuperar informações que não seriam encontradas em nenhum documento. Os documentos pesquisados são utilizados em trabalhos de pesquisas, monografias e artigos. As solicitações vão desde informações e documentos sobre a instituição até o apoio na organização de exposições e eventos comemorativos da universidade. Essas pesquisas nos acervos já resultaram em diversas publicações, como a da série *Memória, documentação e pesquisa*, da Divisão de Memória Institucional – SiBI/UFRJ. Os seminários organizados pelos centros também promovem a integração e divulgação das pesquisas realizadas por pesquisadores sobre a história da instituição. Ressaltamos que todas as atividades, solicitações internas e externas são registradas pelo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

Quanto ao que deve ser preservado pela instituição e compor o acervo do centro de memória podemos afirmar que o patrimônio documental histórico, científico e tecnológico de uma instituição é composto por documentos produzidos pelas atividades institucionais e servem de prova de que essas atividades foram executadas. Além desse valor de prova, ele pode ter ainda um valor histórico, quando associado à identidade da instituição. Outra característica é de que esses documentos não são preservados pelos arquivos e bibliotecas.

Entretanto, Meneses (1999) chama atenção para o “excesso de memórias”. O olhar para o acervo deve considerar os objetivos da instituição, do centro de memória e, principalmente, as necessidades informacionais do usuário. A constituição do acervo é marcada pela tensão lembrar/esquecer, evitando-se, dessa forma, querer preservar todos os documentos produzidos pela instituição e reproduzir documentos já preservados em outros espaços da instituição. Nesse caso, acreditamos que o melhor seja fazer como os centros estudados: referenciar e apontar a localização do documento físico.

Com esta pesquisa foi possível conhecer os recursos utilizados pelo Núcleo de Memória da PUC-Rio e do Projeto Memória do SiBI/UFRJ para preservar e difundir o

patrimônio documental da instituição e a relação existente entre eles e as políticas de preservação documental vigentes no Brasil.

Constatamos que os critérios e procedimentos adotados para evitar a perda de documentos importantes vão depender de cada instituição. Porém, devemos considerar as especificidades de cada uma. Para efeito desta pesquisa temos, de um lado, uma instituição privada e do outro, uma instituição pública.

Vale destacar que por tratar de Universidade pública, os problemas/dificuldades encontrados pela UFRJ distinguiram-se dos da PUC-Rio, que conta com apoio da Administração Central e possui uma equipe que dedica entre 20 e 30 horas de trabalho por semana ao Núcleo de Memória.

Apesar da pesquisa ter contemplado contextos diferentes, o intuito não foi fazer julgamento de valor (mostrar se um centro é melhor do que o outro), mas observar como a preservação do patrimônio documental é tratada em realidades distintas.

Assim, percebemos que, independente do contexto, a possibilidade das pessoas que atuam nesses centros de se re (conhecerem) sobrepõe-se às dificuldades enfrentadas. É como se estivessem reconstruindo sua própria história, seja acadêmica, profissional ou pessoal que, em algum momento, se confunde com a da instituição. E nos pareceu que esse é um ponto forte para a criação, manutenção e atualização de um centro de memória. Essa “vontade de memória” é o elemento essencial. Muitos documentos ainda não se perderam porque essas pessoas se dedicam, guardam, protegem, divulgam.

Foi possível perceber o entusiasmo por parte das pessoas que trabalham nesses centros. A cada produto gerado a partir do acervo, a cada resultado favorável, uma vitória; a sensação de um dever cumprido. É como se tivessem evitado que um tesouro se perdesse. É uma satisfação pessoal. Cada documento descoberto é como se uma cortina fosse aberta. Ele carrega consigo uma unicidade; uma raridade. Cada documento recuperado é exibido como um troféu. E, lamenta-se, cada documento que já não é mais possível recuperar.

O sentido da memória está presente na fala das pessoas que fazem parte dos centros de memória. Orgulham-se ao dizer: “possuímos esse ou aquele documento. É um documento raro. Só tem aqui em nosso acervo”. Entristecem-se ao lembrar-se de documentos que seriam importantes, mas que já se perderam: “uma pena não possuímos nenhum registro sobre isso. Foi um momento tão importante para a instituição”. Juntam-se a elas, outras pessoas que “vivem” a instituição, permitindo que também compartilhem das mesmas experiências.

Na reconstrução da memória da instituição é possível evocar a tessitura de uma colcha de retalhos, em que cada documento representa um ponto, uma costura, ou um quebra-cabeça

em que, aos poucos, juntam-se as peças e faz-se o desenho. De forma análoga, podemos dizer que um centro de memória é uma grande colcha de retalhos; precisa ser tecida aos poucos, encaixando cada pedacinho, ora desmanchando, ora remendando.

Concordamos que a melhor maneira de se reconstruir a memória de uma instituição é através daqueles que a viveram, apesar de que nem sempre isso é possível, sobretudo, porque muitas dessas pessoas já faleceram. Além disso, as atividades exercidas nos centros de memória abrangem diversos conhecimentos e disciplinas, o que exige um trabalho especializado.

Entre os objetivos específicos deste estudo estava o de identificar de que maneira a Ciência da Informação aborda a questão da memória e do patrimônio. A partir da leitura e análise de trabalhos realizados para esse fim, pode-se afirmar que são temas ainda periféricos ao campo. Obviamente, segundo estudos apontados no capítulo 3 desta pesquisa, nos últimos anos têm crescido o número de publicações em artigos de periódicos e dissertações de mestrado, principalmente com a criação de Programas de Pós-Graduação em Memória Social e Museologia e Patrimônio, e a criação de dois novos GT's, no ENANCIB. Porém, mesmo no ENANCIB, a literatura aponta que quase metade dos trabalhos apresentados sobre o tema memória são produtos de pesquisas realizadas por outras áreas do conhecimento.

Não obstante, percebemos que não há muitas contribuições do campo da CI nas discussões sobre as políticas de preservação do patrimônio. Essa afirmação pode ser comprovada ao analisarmos a lista de pessoas que colaboraram com a Comissão do CNPq para a proposta de elaboração da Política Nacional de Preservação da Memória da Ciência e Tecnologia - CNPq. Dentre essas pessoas estão físicos, sociólogos, antropólogos, historiadores. Então, qual seria o papel do profissional da informação nesse contexto?

As políticas, programas e projetos analisados recomendam que para desenvolver o projeto e gerir um centro de memória, ele deve ser composto por uma equipe multidisciplinar (arquivistas, bibliotecários, museólogos, historiadores, dentre outros).

Quanto à atuação dos profissionais da informação nos Centro de Memória, podemos destacar que seu papel é fundamental nesses ambientes, pois é um profissional capacitado para selecionar, organizar, analisar e disseminar a informação. No entanto, o que observamos é que poucos profissionais têm atuado nessas instituições. Percebemos que há uma forte presença de historiadores, sociólogos e antropólogos. Contudo, é natural que isso aconteça, pois trata-se de trabalhar com memória, “um tema multidisciplinar”.

A função dos profissionais da informação, em especial o bibliotecário, é mediar a produção do conhecimento, através do registro e disseminação da informação, a fim de

satisfazer as necessidades informacionais dos usuários e despertar o interesse pelo acervo. Por isso, é fundamental a participação efetiva desses profissionais no processo de implantação e funcionamento daqueles centros. A natureza dos centros de memória exige do profissional da informação, não somente a aplicação técnica, mas também o uso de suas habilidades humanas, como criatividade e confiança, considerados tão (ou mais) importantes do que a competência profissional.

Como resultado desta pesquisa, pudemos verificar que os centros de memória estudados estão de acordo com as políticas de preservação do patrimônio documental e a literatura sobre o tema no que se refere ao direito à informação, que envolve identificação, seleção, organização, preservação, acesso, recuperação e uso da informação. E pelo fato de algumas dessas questões estarem na raiz da Ciência da Informação, destacamos aqui o aspecto social que envolve a relação dos centros de memória e a esperada atuação dos profissionais vinculados ao campo.

Podemos afirmar, então, que a criação de um centro de memória nas Instituições de Ensino Superior (IES) pode ser a solução para minimizar a perda das informações contidas nos documentos produzidos nessas instituições, bem como democratizar o acesso a eles.

A análise dos dois centros de memória demonstrou, ainda, que esses centros contribuem para a preservação da história e da memória das instituições, assim como fortalece sua identidade interna e externamente.

Os centros de memória contribuem também para o ensino na graduação, para a pesquisa acadêmica, uma vez que, estimulam a produção de trabalhos sobre a história das instituições, dos diferentes campos disciplinares, e da história das ciências no Brasil. Dessa forma, desempenham um papel importante na preservação e difusão da memória da Ciência e Tecnologia do país, além de facilitar a recuperação de informações que dificilmente seriam encontradas em outros documentos. Portanto, a grande contribuição dos Centros de Memória das Universidades é que eles tornam as fontes – em sua maioria primárias, e que poderiam estar perdidas em alguma caixa, em algum setor – mais próximas do pesquisador que, de posse delas, produz novas informações e conhecimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, identificamos as políticas de preservação do patrimônio, e abordamos de forma verticalizada o patrimônio documental e sua relação com os Centros de Memória nas Instituições de Ensino Superior (IES). De outro lado, foi possível refletir e conhecer quais os recursos utilizados pelas Universidades para preservar seu patrimônio documental. Foi possível verificar, através da coleta de dados nos dois centros de memória alvo da pesquisa, a relação existente entre os *lugares de memória* e as políticas de preservação documental vigentes no Brasil, além de programas e projetos de preservação desenvolvidos em outras instituições. As diretrizes e orientações apontadas pelos documentos foram claramente percebidas nas atividades realizadas por aqueles centros.

Pretendeu-se igualmente identificar de que maneira a Ciência da Informação aborda a questão da memória e do patrimônio: o que foi constatado é que esses temas ainda são poucos recorrentes no campo. A literatura consultada e o próprio campo empírico mostraram que a atuação de profissionais da informação nos centros de memória também tem uma recorrência não significativa.

O estudo identificou que embora as Universidades representem importante papel na produção de conhecimento são poucas as instituições que realmente preservam seus acervos histórico/memorialístico, conforme explicitado no corpo da dissertação: quando muito a preservação está ligada a alguma comemoração. Mesmo que a documentação da instituição não esteja dispersa, geralmente encontra-se desorganizada e não referenciada, tornando-se necessária sua organização e disponibilização aos usuários. O que observamos, então, são pessoas que num gesto de boa vontade e diante da necessidade de fortalecer a identidade e o reconhecimento da instituição, realizam o trabalho de organizar os documentos que contam a história e a trajetória da instituição. Os centros de memória são, portanto, reflexos da identidade da instituição. Diante de tudo o que foi exposto até aqui, foi possível tecer as considerações finais.

A questão do patrimônio no Brasil é um tema que tem sido discutido nos últimos anos. Mas apesar do pioneirismo na América Latina no que se refere à preservação do patrimônio, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pouco são as iniciativas governamentais com relação ao patrimônio documental das instituições de ensino e pesquisa, incluindo nessa categoria as Instituições de Ensino Superior.

As Universidades são apontadas como as principais produtoras de conhecimento científico e tecnológico. Por isso, acreditamos ser fundamental a preservação de seu patrimônio documental, que representa a base do desenvolvimento socioeconômico do país. É preciso que as instituições reflitam sobre seus patrimônios e reconheçam a importância de sua preservação tanto para a memória e história da instituição, quanto para a história das ciências.

Acreditamos ser urgente e necessária a elaboração de uma política de preservação do patrimônio documental própria das Instituições de Ensino Superior (IES). É uma forma de a Universidade se responsabilizar por seu patrimônio documental.

Até o momento, o que existe são legislações específicas para a preservação de documentos administrativos. Entretanto, os documentos históricos, científicos e tecnológicos devem ser preservados com a mesma seriedade, e não somente através de projetos. É preciso criar mecanismos que evitem futuras perdas, visto que, conforme alertam o Programa Memória do Mundo e outros estudos, muitos documentos já se perderam. No entanto, reconhecimento da importância da preservação e divulgação dos documentos históricos, científicos e tecnológicos tem crescido nos últimos anos.

Nas últimas duas décadas, o MCTI tem realizado diversas ações e colaborado com instituições de ciência, através de editais de fomento para a popularização da ciência, isto é, estender à sociedade o conhecimento produzido pela ciência e tecnologia, com vistas a promover a inclusão social, por meio dos centros e museus de ciência, de programas de extensão universitária, educação a distância, dentre outras ações. Porém, assim como o patrimônio documental das universidades e da ciência e tecnologia, não há ainda uma política pública ampla para a popularização da ciência no Brasil.

No geral, os projetos de memória nas instituições iniciam-se com um desejo passadista, mas aos poucos vão percebendo a importância não só para a instituição, mas para o país e acabam por pensar também na memória presente que servirá ao futuro. Apesar da importância dos centros de memória na preservação de documentos, muitos são os desafios e as dificuldades enfrentadas para que esses centros funcionem de maneira adequada e até mesmo para que novos acervos sejam criados. Eles precisam adequar seus serviços às condições e instrumentos disponíveis.

Diante disso, coloca-se a preocupação em relação aos Centros de Memória: por serem estruturados em forma de projeto, as atividades desenvolvidas pelos centros alvo desta dissertação têm prazo de duração. Muitos dos centros permanecem com o estatuto de projeto durante um longo período, a exemplo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.

Por isso, chamamos atenção para um ponto fundamental: a institucionalização dos

Centros de Memória no ambiente da Universidade. Na ausência de uma política governamental para garantir a preservação documental nas IES, a opção é que as próprias Universidades incorporem os centros em sua estrutura, criando a nível institucional, políticas de seleção, preservação e acesso à sua produção documental de caráter histórico/memorialístico. O ideal seria que todas as universidades tivessem um setor de memória – como é o caso da divisão memória da UFRJ, que identificou todos os espaços de memória da instituição – para promover a articulação entre esses espaços, evitando, desse modo, que um mesmo documento fosse preservado em diversos lugares.

Outra questão que merece destaque diz respeito à desejável atuação do cientista da informação na constituição e funcionamento de centros de memória, pois é um profissional capacitado para selecionar, organizar e disseminar a informação. Desse modo, é fundamental a participação desses profissionais nesses centros e, até mesmo, na apresentação de medidas e propostas de uma política pública para preservação dos acervos históricos, científicos e tecnológicos das IES.

Com vistas à realização de futuras pesquisas recomendamos: a) ampliação deste estudo em outras IES, com o objetivo de identificar outras formas de preservação, acesso e uso do acervo documental. Um exemplo seria fazer um levantamento de como são utilizados os documentos preservados nos espaços memória da UFRJ; b) realização de pesquisas que identifiquem os motivos da pouca atuação dos profissionais da informação nos centros de memória e nas discussões sobre políticas de preservação do patrimônio no país; c) apesar da preservação dos documentos que já nascem digitais ou que já foram digitalizados serem assunto que merece destaque, este estudo teve sua atenção voltada somente para o documento físico, em papel, tendo em vista que as discussões que envolvem esse tipo de documento parecem não dar conta de sua efetiva preservação. Entretanto, diante da proliferação dos documentos digitais, recomendamos que futuras pesquisas tenham esse tipo de material como objeto de estudo, uma vez que as tecnologias rapidamente se tornam obsoletas e, se foi observada a dificuldade na preservação do patrimônio em papel; o que esperar da preservação digital?

Esperamos que este estudo motive tantos outros e que as reflexões sobre as questões abordadas sirvam de contribuição aos profissionais da informação que atuam, ou desejem atuar, na preservação do patrimônio documental nos ambientes acadêmicos.

Finalmente, levada em consideração a importância da produção documental das universidades, desejamos que realmente se formule uma política voltada para a preservação de documentos nas Instituições de Ensino Superior brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Org.). **E o patrimônio?**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2008. p. 33-57.

ALVARES, Lilian; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério H. Marcos históricos da ciência da informação: breve cronologia dos pioneiros das obras clássicas e dos eventos fundamentais. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 195-205, set./dez. 2010.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO; MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. PATRIMÔNIO Documental e Cidadania. São Paulo, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/ciclopalestras6.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: Citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, ago. 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2002.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito. Rio de Janeiro, maio 2003.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, maio 2003.

AXT, Gunter. Memória, cidadania e os novos campos de trabalho do historiador. **Revista História Hoje**, São Paulo, n. 4, 2004.

BARRETO, Ângela Maria. Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina** v. 12, n. 2, jul./dez. 2007.

BASE DE DADOS REFERENCIAL DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (BRAPCI). Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/>>.

BELLOTTO, Heloísa L.; CAMARGO, Ana Maria de A. (Coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB-Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado de Cultura, Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

BERTOLETTI, Esther Caldas. **Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2002 (Como fazer; 7). Disponível em: <<http://www.saesp.sp.gov.br/cf7.pdf>>. Acesso em 10 out. 2008.

BIBLIOTECA PEDRO CALMON. Disponível em: <<http://www.forum.ufrj.br/biblioteca>>.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: _____. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 11-35.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtm>. Acesso em: 24 mar. 2012.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 dez. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 jan. 1937. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jan. 1991.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação (PNE). Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jan. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. Ministério da Cultura. Portaria nº 61, de 31 de outubro de 2007. Aprova o Regulamento do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 nov. 2007.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Compromisso de Brasília**. 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Brasília, abr. de 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>>.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999. p. 49-63. (Seminários & Debates).

CAMPELLO, Bernadete Santos. Organizações como fonte de informação. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Orgs.). **Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais**. 2. reimpr. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 35-48.

CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP (CME-FEUSP). Disponível em: < <http://www2.fe.usp.br/estrutura/cme/index.htm>>.

CENTRO DE MEMÓRIA DA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – CEMEX/UFF. Disponível em: <<http://www.proex.uff.br/memorias>>. Acesso em: out. 2010.

CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP – CMU. Disponível em: <<http://www.centrodememoria.unicamp.br>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CEMI ISERJ. Disponível em: < <http://cemiiserj.blogspot.com.br/>>.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Base de Dados Accessus**. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base>>.

CESSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2000. (Como fazer; 5).

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em Questão**: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS v. 13, n. 2, jul./dez. 2007.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVII. Brasília: UnB, 1998.

CHRISTO, Tatiana Ribeiro. Restauração de acervos bibliográfico e documental. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Curso de Preservação de Acervos bibliográficos e documentais**. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, 2006.

COELHO, Olinio Gomes P. **Do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: s.n., 1992.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq. **Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia**: relatório da comissão especial constituída pela portaria 116/2003 do presidente do CNPq em 04 de julho de 2003. Brasília: CNPq, 30 set. 2003. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/politica-dememoria.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2010.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória institucional: um conceito em definição. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação v. 1, n. 2, jul./dez. 1995.

CUNHA, Murilo Basto da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DARTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIVISÃO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL – SIBI/UFRJ. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/memoria.html>>.

DODEBEI, Vera. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, v. 12, n. 2, abr. 2011.

_____. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Org.). **E o patrimônio?**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2008. p. 11-32.

_____. Memória, circunstância e movimento. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. p. 43-54.

EDMONDSON, Ray. **Memória do Mundo: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental**. UNESCO, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A invenção do Patrimônio e a Memória Nacional. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 85-101.

_____. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONTANELLI, Silvana. **Centro de Memória e Ciência da Informação: uma intereção necessária**. 2005. 105f. Monografia [Trabalho de Conclusão de Curso], Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, 2005.

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA. Disponível em: <<http://www.forum.ufrj.br>>.

FREIRE, Gustavo H. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GOULART, S. **Patrimônio documental e história institucional**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 3).

GRANATO, Marcus. Panorama sobre o patrimônio da ciência e tecnologia no Brasil: objetos de C&T. In: Granato, Marcus; Rangel, Marcio Ferreira (Org.). **Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009, v. 1, p. 78-103.

GRANATO, Marcus; CAMARA, Roberta Nobre; MAIA, Elias da Silva. Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: concepção e resultados preliminares. XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, 2010. In: **Anais...** Brasília: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2010.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: _____. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. p. 29-70.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://portal.iphan.gov.br/>>.

_____. **Plano Diretor de Tecnologia da Informação**: para o biênio 2010-2011. Versão 1.2. Brasília: Ministério da Cultura, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/cgti/pdti>>.

JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. **Ci. Inf.**, v. 25, n. 2, 1995.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspect. Ciênc. Inf.**, v. 14, n. 1, jan./abr. 2009. p. 2-22.

JUAÇABA, Daniele. Centros de Memória Corporativos e a democratização da informação. **Revista Patrimônio**, [São Paulo], nov. 2005. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=47>>. Acesso em: mai. 2012.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003. p. 525-541.

_____. Memória. In: _____. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003. p. 419-476.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. Os senhores da memória e do esquecimento. **Transinformação**, v. 10, n. 1, p. 87-96, jan./abr. 1998.

MAIA, Marly Pommot. **Conservação e preservação documental**: interiorizando a informação cultural. Cuiabá: SEC, 1997.

MARTINS, Roberto de A. **A memória científica nas universidades**: estratégias para a preservação do patrimônio científico e tecnológico brasileiro. [s.d.]. Disponível em: <<http://ghc.ifi.unicamp.br/SBHC/Centros-de-memoria-RAM.htm>>. Acesso em: 18 out. 2010.

_____. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. Seminário Nacional de Arquivos Universitários, 1. Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 1992, pp. 27-48.

MENESES, U.T.B. de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória**:

trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999. p. 11-29. (Seminários & Debates).

_____. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**: São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) et. al. Introdução ao desafio do conhecimento. In: _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. rev. aprim. São Paulo: HUCITEC, 2006. parte 1, cap. 1, p. 21-34.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentim. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **DataGramZero**, v. 9, n. 6, dez. 2008.

MORENO, Augutin V. **El Tiempo de La archivística**: um estúdio de sus espacios de racionalidad histórica. *Ci. Inf.*, Brasília, v.33, n. 6, p. 76-96, set/dez., 2004.

MUELLER, Suzana P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Orgs.). **Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais**. 2. reimpr. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 21-34.

_____. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

NEVES, Margarida de Souza. **Memória e História da Pós-Graduação na PUC-Rio**. Rio de Janeiro, ago. 2006. (Mimeo)

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2010.

NUCLEO DE MEMÓRIA DA PUC RIO. Disponível em: <<http://www.ccpq.puc-rio.br/nucleodememoria/>>.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II. Disponível em: <<http://www.cp2centro.net/historia/nudom/nudom.asp?data=21/5/2012%2013:14:48>>

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de; QUEIROZ, Andréa C. B.; MELLO, Paula M. A. M. **Projeto Memória da UFRJ**. Rio de Janeiro, 2009. (Mimeo)

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na ciência da informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **Ponto de Acesso** v. 3, n. 3, jul./dez. 2009.

_____. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em revista** v. 7, n. 1, 2011.

ORTEGA, Cristina D. Surgimento e consolidação da documentação: subsídios para compreensão da história da ciência da informação no Brasil. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p.59-79, 2009.

ORTEGA Y GASSET, José; LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. **Missão do bibliotecário**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREGRINO, Miriane da Costa. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. **Revista Confluências Culturais**, v. 1, n. 1, p. 85-100, set. 2012.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva *et al.* Pela preservação da memória documental como uma garantia do acesso à informação, à memória e à cidadania. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 14, n. 2, p. 513-530, jul./dez. 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. A Universidade Federal do Rio de Janeiro e as suas Memórias. In: QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros; OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (Orgs.). **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2009. p. 281-296. (Memória, documentação e pesquisa, 3).

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. **Projeto Memória, Documentação e Pesquisa da UFRJ**. Rio de Janeiro, 2012. (Mimeo)

RIBEIRO, Rosina Trevisan M. Memória, Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico. In: QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros; OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (Orgs.). **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2009. p. 201-216. (Memória, documentação e pesquisa, 3).

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. **A Política Científica e Tecnológica no Brasil: análise das áreas de Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais**, 1988. Dissertação [Mestrado], Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, CNPq, 1988.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br>>.

SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE (SciELO). Disponível em:
<<http://www.scielo.org/php/index.php>>.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. A Ação Cultural. In: _____. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. Parte II, Capítulo 3. p. 79-105. (Estudos brasileiros, 81).

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos**. Orientadora Ana Maria de Almeida Camargo, 2007. 211 f. Tese [Doutorado], Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo São Paulo, 2007.

SIQUEIRA, Jéssica C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspect. Cienc. Inf.**, belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 52-66, set./dez. 2010.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÕES DA UFRJ (SIBI). Disponível em:
<<http://www.sibi.ufrj.br>>.

SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO DA UFRJ. **Base Minerva**. Disponível em:
<<http://www.minerva.ufrj.br/>>.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS (SIGPROJ). Disponível em:
<<http://sigproj1.mec.gov.br/>>.

SOUZA, Willian Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. O campo da ciência da informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p.1-23, 2010.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves M. *et al.* Informação: do tratamento ao acesso e utilização. **Comunicação e Educação**, São Paulo, n. 1, p. 15-46, set. 1994.

ANEXO A - Leis, Decretos-Leis, Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções, Portarias e Instruções Normativas vigentes sobre preservação e acesso a documentos.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 1988 (Excertos)

LEIS E DECRETOS-LEIS FEDERAIS

- DECRETO-LEI Nº25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937
Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- DECRETO-LEI Nº2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940
Código Penal/ Dos crimes contra o patrimônio.
- LEI Nº4.845, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1965
Proíbe a saída, para exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico.
- LEI Nº5.433, DE 8 DE MAIO DE 1968
Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.
- LEI Nº5.471 DE 09 DE JULHO DE 1968
Dispõe sobre a exportação de Livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros.
- LEI Nº6.546, DE 4 DE JULHO DE 1978
Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.
- LEI Nº7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983
Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.
- LEI Nº7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985
Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.
- LEI Nº7.627, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987
Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.
- LEI Nº8.159, DE 08 DE JANEIRO DE 1991
Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
- LEI Nº8.394, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991
Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, e dá outras providências.

- LEI Nº9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995

Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

- LEI Nº9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997

Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*.

- LEI Nº9.800, DE 26 DE MAIO DE 1999

Permite às partes a utilização de sistemas de transmissão de dados para a prática de atos processuais.

- LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Trata sobre aplicabilidade, diretrizes para assegurar o direito de acesso, principais conceitos e dever do Estado de garantia do acesso.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

- MEDIDA PROVISÓRIA Nº2.200, DE 28 DE JUNHO DE 2001

Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, e dá outras providências.

- MEDIDA PROVISÓRIA Nº2.220-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – IPC-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

DECRETOS

- DECRETO Nº82.590, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1978

Regulamenta a Lei nº6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo.

- DECRETO Nº1.173, DE 29 DE JUNHO DE 1994

(REVOGADO PELO DECRETO Nº4.073 DE 03 DE JANEIRO DE 2002)

Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e dá outras providências.

- DECRETO Nº1.461, DE 25 DE ABRIL DE 1995

(REVOGADO PELO DECRETO Nº4.073 DE JANEIRO DE 2002)

Altera os arts. 3º e 7º do Decreto nº1.173, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

(Revogado pelo Decreto nº4.073 de 03 de janeiro de 2002)

- DECRETO Nº1799, DE 30 DE JANEIRO DE 1996

Regulamenta a Lei nº5433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.

- DECRETO Nº2.134, DE 24 DE JANEIRO DE 1997

(Revogado pelo Decreto nº4.553, de 27 de dezembro de 2002)

Regulamenta o art.23 da Lei nº8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências.

- DECRETO Nº2.182, DE 20 DE MARÇO DE 1997
(Revogado pelo Decreto nº4.073, de 03 de janeiro de 2002)
Estabelece normas para a transferência e o recolhimento de acervos arquivísticos públicos federais para o Arquivo Nacional.
- DECRETO Nº2.910, DE 29 DE DEEMBRO DE 1998
(Revogado pelo Decreto nº4.553, de 27 de dezembro de 2002)
Estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informação de natureza sigilosa, e dá outras providências.
- DECRETO Nº2.942, DE 18 DE JANEIRO DE 1999
(Revogado pelo Decreto nº4.073, de 03 de janeiro de 2002)
Regulamento os arts. 7º, 11 e 16 da Lei nº8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
- DECRETO Nº3.294, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1999
Institui o Programa Sociedade da Informação e dá outras providências.
- DECRETO Nº3.505, DE 13 DE JUNHO DE 2000
Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
- DECRETO Nº3.585, DE 5 DE SETEMBRO DE 2000
(Revogado pelo Decreto nº4.176, de 28 de março de 2002)
Acresce dispositivo ao Decreto nº2.954, de 29 de janeiro de 1999, que estabelece regras para a redação de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo.
- DECRETO Nº3.587, DE 5 DE SETEMBRO DE 2000
(Revogado pelo decreto nº3.996, de 31 de outubro de 2001)
Estabelece normas para a Infraestrutura de Chaves Públicas do Poder Executivo Federal – ICP-Gov, e dá outras providências.
- DECRETO DE 18 DE OUTUBRO DE 2000
Cria, no âmbito do Conselho de Governo, o Comitê Executivo do Governo Eletrônico, e dá outras providências.
- DECRETO Nº3.714, DE 3 DE JANEIRO DE 2001
Dispõe sobre a remessa por meio eletrônico de documentos a que se refere o art.57-A do Decreto nº2.954, de 29 de janeiro de 1999, e dá outras providências.
- DECRETO Nº3.779, DE 23 DE MARÇO DE 2001
Acresce dispositivo ao art.1º do Decreto nº3.714, de 3 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a remessa por meio eletrônico de documentos.
- DECRETO Nº3.865, DE 13 DE JULHO DE 2001
Estabelece requisito para contratação de serviços de certificação digital pelos órgãos públicos federais, e dá outras providências.

- DECRETO Nº3.872, DE 18 DE JUNHO DE 2001

Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – CGICP-Brasil, sua Secretaria-Executiva, sua Comissão Técnica Executiva e dá outras providências.

- DECRETO Nº3.996, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001

Dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito de Administração Pública Federal.

- DECRETO Nº4.073, DE 3 DE JANEIRO DE 2002

Regulamenta a Lei nº8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

- DECRETO Nº4.176, DE 28 DE MARÇO DE 2002

Estabelece normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a alteração, a consolidação e o encaminhamento ao Presidente da República de projetos de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

- DECRETO Nº4.344, DE 26 DE AGOSTO DE 2002

Regulamenta a Lei nº8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, e dá outras providências.

- DECRETO Nº4.497, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2002.

(Revogado pelo Decreto nº4.553, de 27 de dezembro de 2002)

Altera o art.17 do Decreto nº2.134, de 24 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências.

- DECRETO Nº4.553, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse de segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

- DECRETO Nº 4.915, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2003

Institui o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal.

RESOLUÇÕES (CONSELHO DE CLASSE)

- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Resolução CFM nº1331/89 [Prontuários médicos]

(Revolução pela Resolução CFM 1639/2002)

- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Resolução CFM nº1.639/2002

Aprova as “Normas Técnicas para o Uso de Sistemas Informatizados para a Guarda e Manuseio do Prontuário Médico”, dispõe sobre tempo de guarda dos prontuários, estabelece critérios para certificação dos sistemas de informação e dá outras providências.

PORTARIAS FEDERAIS

- PORTARIA Nº58, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DE 20 DE JUNHO DE 1996
(Revogada pela Portaria nº17, do Ministério da Justiça, de 30 março de 2001)
[Regulamenta o registro e a fiscalização do exercício da atividade de microfilmagem de documentos, em conformidade com o parágrafo único do art.15 do Decreto nº1.799, de 30/01/1996].

- PORTARIA Nº17, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DE 30 DE MARÇO DE 1996
[Regulamenta o registro e a fiscalização do exercício da atividade de microfilmagem de documentos, em conformidade com o parágrafo único do art.15 do Decreto nº1.799, de 30/01/1996].

- PORTARIA Nº5, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2002 – CASA CIVIL
Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

- PORTARIA Nº 259, DO MINISTÉRIO DA CULTURA, DE 2 DE SETEMBRO DE 2004
Criar o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

- PORTARIA Nº 60, DO MINISTÉRIO DA CULTURA, DE 31 DE OUTUBRO DE 2007
Reconhece a inscrição no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO dos acervos documentais aprovados, de acordo com a decisão do Comitê Nacional do Brasil, proferida em reunião realizada em 11 de setembro de 2007, na cidade do Rio de Janeiro.

PORTARIA Nº 61, DO MINISTÉRIO DA CULTURA, DE 31 DE OUTUBRO DE 2007
Aprova o Regulamento do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

- PORTARIA Nº 60, DO MINISTÉRIO DA CULTURA, DE 13 DE JULHO DE 2011
Dispõe sobre a Política de Gestão Documental do Ministério da Cultura – MinC, cria a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SubSIGA/MinC e a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD/ MinC.

RESOLUÇÕES DO CONARQ

- RESOLUÇÃO Nº1, DE 18 DE OUTUBRO DE 1995
Dispõe sobre a necessidade da adoção de planos e/ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções.

- RESOLUÇÃO Nº2, DE 18 DE OUTUBRO DE 1995
Dispõe sobre as medidas a serem observadas na transferência ou no recolhimento de acervos documentais para instituições arquivísticas públicas.

- RESOLUÇÃO Nº3, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995
Dispõe sobre o *Programa de Assistência Técnica do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)*

- RESOLUÇÃO Nº4, DE 28 DE MARÇO DE 1996

[Revogação pela Resolução nº14, de 24 de outubro de 2001]

Dispõe sobre o *Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública*: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e aprova os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública.

- RESOLUÇÃO Nº5, DE 30 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a publicação de editais para eliminação de documentos nos Diários Oficiais da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

- RESOLUÇÃO Nº6, DE 15 DE MAIO DE 1997

Dispõe sobre diretrizes quanto à terceirização de serviços arquivísticos públicos.

- RESOLUÇÃO Nº7, DE 20 DE MAIO DE 1997

Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Político.

- RESOLUÇÃO Nº8, DE 20 DE MAIO DE 1997

[Revogada pela resolução nº14, de 24 de outubro de 2001]

Atualiza o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio e a Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, aprovadas pela Resolução nº4 do CONARQ.

- RESOLUÇÃO Nº9, DE JULHO DE 1997

[Substituída pela Portaria nº5, da Casa Civil da Presidência da República, de 7 de fevereiro de 2002) Dispõe sobre o regimento interno do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)

- RESOLUÇÃO Nº10, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999

Dispõe sobre a adoção de símbolos ISSO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos.

- RESOLUÇÃO Nº11, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999

Dispõe sobre os arquivos públicos que integram o acervo das agências reguladoras, das empresas em processo de desestatização, das empresas desestatizadas, das concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos, e das pessoas jurídicas de direito privado.

[Revogada pela Resolução nº18, de 30 de julho de 2003]

- RESOLUÇÃO Nº12, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999

Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração e interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.

[Revogada pela Resolução nº18, de 25 de julho de 2003]

- RESOLUÇÃO Nº13, DE FEVEREIRO DE 2001

Dispõe sobre a implantação de uma política municipal de arquivos, sobre a construção de arquivos e de websites de instituições arquivísticas.

- RESOLUÇÃO Nº14, DE 24 DE OUTUBRO DE 2001

Aprova a versão revisada e ampliada da Revolução nº4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativo as Atividades-Meio da Administração Pública.

- RESOLUÇÃO Nº15, DE FEVEREIRO DE 2002

[Revoga a Resolução nº09, de 1 de julho de 1997, do CONARQ, substituída pela Portaria nº05, da Casa Civil da Presidência da República, de 7 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o regimento interno do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)].

- RESOLUÇÃO Nº16, DE 24 DE JUNHO DE 2003

Dispõe sobre as diretrizes a serem adotadas para a criação do Boletim Interno do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

- RESOLUÇÃO Nº17, DE 25 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.

- RESOLUÇÃO Nº18, DE 28 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre os arquivos públicos que integram o acervo das agências reguladoras, das empresas em processo de desestatização, das empresas desestatizadas, das concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços público, e das pessoas jurídicas de direito privado.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS FEDERAIS

- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº1 DO ARQUIVO NACIONAL, DE 18 DE ABRIL DE 1997

Estabelece os procedimentos para entrada de acervos arquivísticos no Arquivo Nacional.

SISTEMA DE ARQUIVOS (Atos Constitutivos)

- Sistema de Arquivos da Câmara dos Deputados – SIARQ – CD. Ato de Mesa nº15, de 18 de maio de 1999 (Congresso Nacional).

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL

SISTEMAS DE ARQUIVO (Atos Constitutivos)

- SERGIPE – ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

Criação do Sistema: Decreto nº4.507, de 19 de novembro de 1979.

- ESPÍRITO SANTO - ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

Criação do Sistema: Decreto nº2.270, de novembro de 1981.

- BAHIA - ARQUIVO PÚBLICO ESTADO

Criação do Sistema: Lei Delegada nº52, de 31 de maio de 1983.

- SÃO PAULO – DIVISÃO PÚBLICO ESTADO

Criação do Sistema: Decreto nº22.789, de 19 de outubro de 1984.

- PERNAMBUCO - ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

Criação do Sistema: Decreto nº11.147, de 27 de janeiro de 1986.

- PARÁ - ARQUIVO PÚBLICO

Criação do Sistema de Informações Administrativas – SINAD: Decreto nº10.685, de 03 de julho de 1978.

Criação do Sistema: Decreto nº5.961, de 17 de fevereiro de 1989.

- RIO GRANDE DO SUL - ARQUIVO PÚBLICO ESTADO

Criação do Sistema: Decreto nº33.200, de 05 de junho de 1989.

- SANTA CATARINA - ARQUIVO PÚBLICO ESTADO

Criação do Sistema: Decreto nº3.427, de 09 de março de 1993.

- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SÃO PAULO – ARQUIVO PÚBLICO

Criação do Sistema: Lei nº4.438, de 29 de setembro de 1993.

- INDAIATUBA – SÃO PAULO – SISTEMA MUNICIPAL DE ARQUIVOS

Criação do Sistema: Lei Municipal nº3.076, de 16 de dezembro de 1993.

- RIO GRANDE DO NORTE – ARQUIVO PÚBLICO

Criação do Sistema: Decreto nº7.394, de 18 de maio de 1978.

Reestruturação do Sistema Estadual de Arquivo, Decreto nº12.924, de 20 de março de 1996.

LEIS

- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI Nº2.331, DE 05 DE OUTUBRO DE 1994

Dispõe sobre o acesso aos documentos públicos sob custódia do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

- GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº12.040 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1995

Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, e dá outras providências.

- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº2.545, DE 28 DE ABRIL DE 2000

Dispõe sobre a proteção dos documentos de arquivos públicos.

DECRETOS**- MINAS GERAIS**

Conselho Estadual de Arquivos – CEA

Decreto nº39.504, de 24 de março de 1997

Cria o Conselho Estadual de Arquivos-CEA, e dá outras providências.

- RIO DE JANEIRO

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Decreto Nº29.387 de 15 de outubro de 2001

Cria o Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ) e estabelece a sua competência, organização e funcionamento.

ANEXO B – Lista dos acervos de memória da UFRJ

- Acervo Histórico da Faculdade de Farmácia / CCS
- Acervo do Gabinete do Reitor (Atas do Consuni e Coleção Iconográfica)
- Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)
- Arquivo do Escritório Técnico da Universidade (ETU) ⁷³
- Arquivo Histórico do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira(CACO) / Biblioteca da Faculdade de Direito (FD)
- Arquivo Memória do Museu Nacional-SEMEAR
- Arquivos do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
- Biblioteca de Obras Raras do Centro de Tecnologia (CT)
- Biblioteca Digital da Escola de Música
- Biblioteca Pedro Calmon – Fórum de Ciência e Cultura (FCC)
- Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN)
- Centro de Documentação do Ensino das Ciências da Saúde (CEDEM)
- Centro de Informações Europeias (CIE) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)
- Centro de Memória e Documentação da Escola de Serviço Social
- Centro de Memória Inezil Penna Marinho – Escola de Educação Física e Desporto (EEFD)
- Centro de Pesquisa em Línguas Indígenas (CELIN) – Museu Nacional
- Documentação e Memória do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – NEPP-DH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
- Espaço Carlos Chagas Filho – Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (CCS)
- Memória Afetiva da Prefeitura Universitária
- Museu D. João VI – Escola de Belas Artes (EBA)
- Museu da Anatomia – Centro de Ciências da Saúde (CCS)
- Museu da Escola Politécnica – Centro de Tecnologia (CT)
- Museu da Geodiversidade – Departamento de Geologia (IGEO / CCMN)
- Museu da Psiquiatria – IPUB
- Museu da Química Professor Athos da Silveira Ramos – Instituto de Química (IQ)
- Museu do Microscópio

⁷³ O acervo histórico do Escritório Técnico da Universidade foi transferido para Núcleo de Pesquisas e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / FAU.

- Museu do Observatório do Valongo
- Museu Instrumental Delgado de Carvalho – Escola de Música (EM)
- Museu Nacional – Fórum de Ciência e Cultura (FCC)
- Museu Virtual da Faculdade de Medicina– Centro de Ciências da Saúde (CCS)
- Núcleo de Pesquisas e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (NPD-FAU)
- Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) – Faculdade de Educação